

BBVA

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.

Relatório e Contas Consolidado 2012



ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	5
--------------------------	----------

2. PRINCIPAIS COMITÉS	6
------------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	7
----------------------------------	----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
4.1. Economia Internacional	8
4.2. Economia da Zona Euro	10
4.3. Economia Portuguesa	12

5. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	18
--	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	23
6.1. Banca de Retalho, Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	23
6.2. Negócios Globais	29
6.3. Banca de Investimento e Clientes Globais	31
6.4. Risco	32
6.5. Recursos e Meios	44



7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	48
7.1. BBVA Gest	
7.2. BBVA Leasimo	
7.3. Invesco Management nº1	
7.5. BBVA Fundos	
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO	52
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	67
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	68
<ul style="list-style-type: none">• Informação sobre os accionistas• Relatório dos Auditores• Demonstrações Financeiras: Consolidadas• Certificação legal de Contas: Consolidadas• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal: Contas Consolidadas• Acta da Assembleia-geral• Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	

Síntese de indicadores relevantes

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas			VARIAÇÃO
BALANÇO (un. Milhares de €)	2011	2012	%
Activo Líquido Total	7.096.917	6.128.697	-13,6%
Crédito a Clientes	6.457.513	5.533.168	-14,3%
Recursos de Clientes	3.576.266	2.633.952	-26,3%
Em Balanço	3.220.504	2.281.460	-29,2%
Fora de Balanço	355.762	352.492	-0,9%
Capital	350.501	347.185	-0,9%
CONTA DE RESULTADOS (un. Milhares de €)	2011	2012	%
(+) Juros e rendimentos similares	270.515	213.556	-21,1%
(-) Juros e encargos similares	186.638	155.778	-16,5%
(=) Margem Financeira	83.877	57.778	-31,1%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	491	464	-5,5%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	33.175	32.176	-3,0%
(+) Outros Resultados de Exploração	25.703	10.913	-57,5%
(=) Produto Bancário	143.246	101.331	-29,3%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	111.216	72.203	-35,1%
(-) Amortizações	4.304	5.554	29,0%
(-) Provisões e Imparidade	45.347	79.463	75,2%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	-17.621	-55.889	217,2%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	-375	2.148	-673,6%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	6.826	3.651	-46,5%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-7.201	-1.503	-79,1%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	-17.246	-58.037	236,5%
(-) Interesses minoritários	0	0	0,0%
(=) Resultado Consolidado do Exercício	-17.246	-58.037	236,5%
Rácios	2011	2012	Var. (p.p.)
Crédito em Risco/Crédito Total	4,8%	6,27%	1,4%
Custos Operacionais/Produto Bancário	80,8%	76,74%	-4,1%
Crédito Líquido/Depósitos de Clientes	200,5%	242,39%	41,9%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	10,5%	10,40%	-0,1%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base	10,5%	10,41%	-0,1%
Core Tier I	10,5%	10,44%	-0,1%
Outros Dados	2011	2012	Var.%
Número de Agências Bancárias	94	87	-7,4%
Número de Empregados	791	773	-2,3%

Rácios calculados de acordo a definição constante das instruções 16/2004 e 23/2011 do Banco de Portugal

1. Órgãos Sociais

Assembleia-geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: *Maria* do Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: Alberto Manuel Charro Pastor

Vogais:

Álvaro Aresti Aldasoro

Gerardo Bergé Sobrevals

Jaime Saenz de Tejada

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro

Luís Filipe da Silva Figueiredo

Manuel Gonçalves Ferreira

Maria Luísa Gomez Bravo

José Miguel Blanco Martín

Conselho Fiscal

Presidente: Plácido Norberto dos Inocentes

Vogais: Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

João Duarte Lopes Ribeiro

Vogal Suplente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Para Efeitos de Certificação Legal de Contas

ROC: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC nº 1210

2. Principais Comités

Comité de Direcção

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité Executivo

Tem por missão a gestão, acompanhamento, controlo e tomada de decisões sobre a evolução dos negócios realizados pelas diversas Redes de Distribuição do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

Comité Geral de Gestão de Riscos

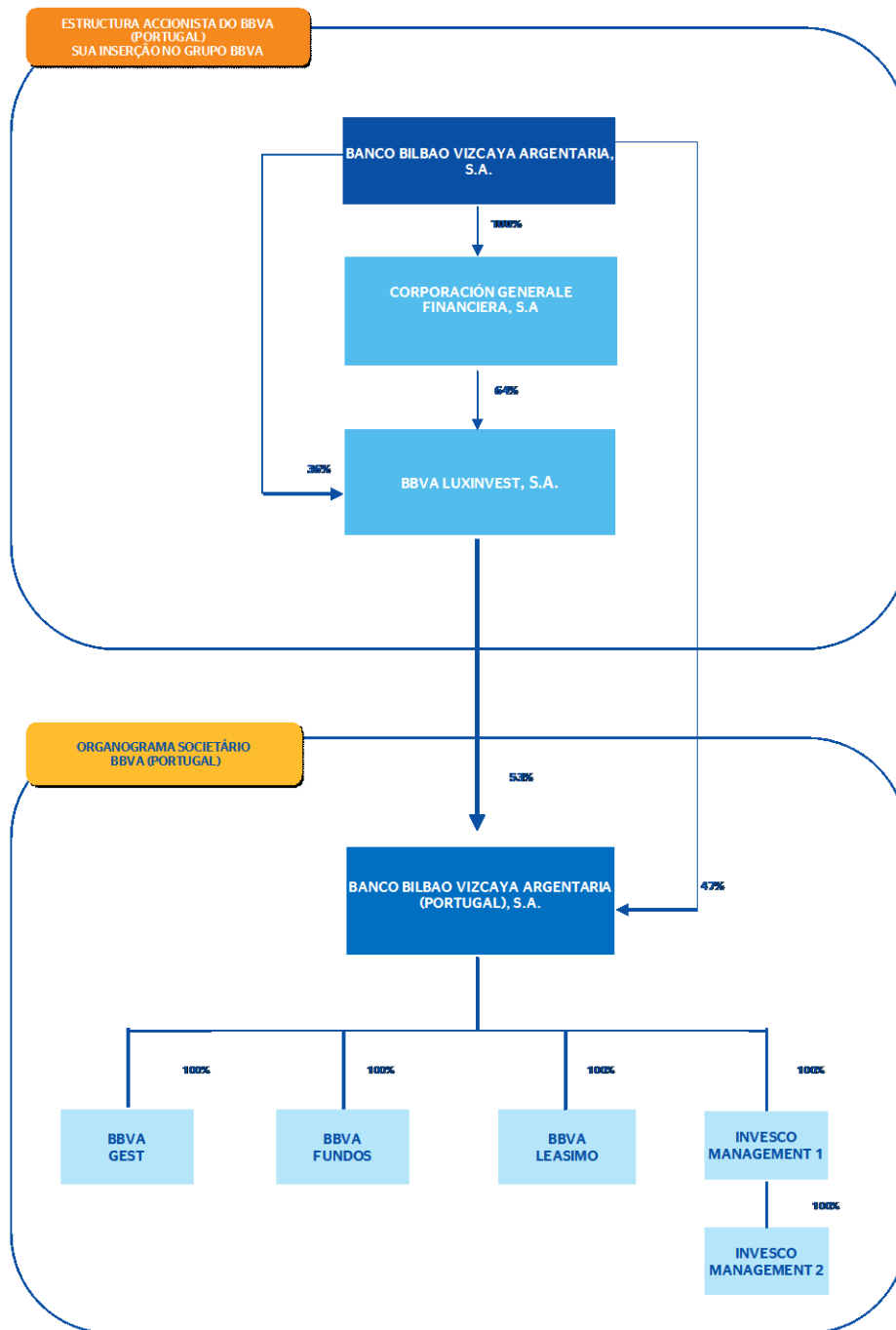
Este comité é um órgão colegial, que tem como objectivo assessorar e coadjuvar regularmente a Função de Gestão de Riscos na finalidade de assegurar a adequação eficaz e o funcionamento efectivo do Sistema de Gestão de Riscos no Grupo BBVA (Portugal).

Comité Novos Instrumentos e Activos Financeiros

Tem por missão a aprovação dos instrumentos aptos a ser adquiridos pelos diferentes tipos de sociedades geridas na área, examinando a sua aptidão legal, viabilidade de administração, avaliação, contabilização, assim como qualquer tipo de implicações dos mesmos. Visa também a aprovação dos intermediários financeiros com que se permite contratar.



3. Organograma Societário e Estrutura Accionista



4. Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2012, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

Depois de uma desaceleração gradual da economia em 2011, particularmente no último trimestre, a perspectiva para a economia global no início de 2012 era optimista. Esperava-se um maior dinamismo da economia global, embora muito heterogéneo, mais evidente na Ásia e na América Latina, aumentando a divergência nas taxas de crescimento entre as principais áreas económicas. Por sua vez esperava-se que a Europa e EUA também continuassem a aumentar as suas diferenças de crescimento e que as autoridades europeias prosseguissem na tomada de medidas decisivas para gradualmente reduzir o stress financeiro. Alguma indefinição na implementação atempada de medidas eficazes na área do euro que promovessem a resolução da crise institucional e de dívida conduziu a um enfraquecimento geral da actividade económica em 2012.

	Previsões de Crescimento PIB (a/a %)		
	2011	2012	2013
Mundo	3,9	3,2	3,6
EUA	1,8	2,2	1,8
UEM	1,5	-0,5	0,3
América Latina*	4,3	2,8	3,5
EAGLES **	6,6	5,1	5,8
China	9,2	7,7	8,0

* Argentina, Brasil; Chile, Colômbia, Perú, Venezuela

** Brasil, China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, México, Rússia, Taiwan, Turquia

Fonte: BBVA Research

Depois de um primeiro semestre marcado por um ambiente de elevada incerteza nos mercados financeiros, onde pontificou a instabilidade da crise grega, que alastrou a Espanha e posteriormente a Itália, assistiu-se nos últimos meses do ano a acções significativas por parte dos bancos centrais da área do euro e dos Estados Unidos, que impediram um evento de risco sistémico comparável com o que ocorreu com a crise financeira de 2008. Assim, ambos os bancos centrais contribuíram para um novo quadro institucional, no caso da Europa, e para um novo pacto fiscal, no caso dos EUA.

O caminho para a resolução da crise europeia tomou um novo rumo desde o anúncio pelo BCE da sua disponibilidade para comprar títulos soberanos a fim de eliminar o risco de ruptura do euro. A situação nos mercados financeiros melhorou, e a probabilidade de se materializar um cenário de risco através de uma forte contracção económica reduziu-se significativamente. No entanto, a crise ainda está longe de ser resolvida,

Nos EUA, a economia cresce mas a taxas historicamente baixas e com o desemprego ainda elevado. O processo de desalavancagem e o ambiente de incerteza externa, condicionado pela resolução final da crise na Europa e, a partir de uma perspectiva interna, a falta de acordo sobre a forma de reduzir o elevado défice público, apesar de se ter evitado o “precipício fiscal”, contribuem para este desempenho. Neste contexto, a Fed anunciou que tem a intenção de manter as taxas de juro a níveis mínimos pelo menos até meados de 2015 e anunciou igualmente que vai manter sua política acomodatória enquanto for necessário para assegurar o fortalecimento e recuperação do emprego.

Para 2013 a perspectiva económica é mais positiva graças à queda das tensões financeiras e à possível implementação de acordos vinculativos sobre a banca na Europa, aos acordos para evitar o “precipício fiscal” nos EUA e à recuperação das economias emergentes. No entanto, a incerteza no cenário económico permanece enviesada no sentido negativo, embora não sejam de excluir possíveis surpresas positivas.

BBVA: Índice de Tensões Financeiras



Fonte: BBVA Research

4.2 Economia da Zona Euro

No final do primeiro semestre, os mercados financeiros, particularmente os mercados de dívida europeus, foram dominados por um nível de elevada tensão. O principal factor por trás da deterioração das condições de mercado foi, novamente, o risco soberano, neste caso focado em Espanha e Itália. Neste sentido, assistiu-se a uma divergência crescente entre os países centrais da Europa e os países periféricos.

Os níveis de taxas de juros da dívida dos países periféricos, bem acima do que justificariam os fundamentos económicos, eram uma indicação de que o mercado estava descontando nestas taxas de juros mais do que o risco soberano: também incorporou riscos de convertibilidade. Neste contexto, o BCE adoptou dois tipos de decisões. Primeiro, em Julho, reduziu as taxas de juros oficiais abaixo de 1%, para 0,75%; Segundo, e mais importante, anunciou, em Setembro, um novo programa (condicional) de compra de títulos até 3 anos (OMT), que constitui um claro ponto de inflexão na abordagem do BCE à resolução da crise europeia.

Também em Outubro, o lançamento do novo fundo permanente de resgate europeu, o Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), veio reforçar os recursos disponíveis para

novas intervenções (até 500 mil milhões de euros adicionais) e desfrutar de uma maior flexibilidade na sua utilização, podendo intervir nos mercados primário e secundário da dívida soberana.

Igualmente e no domínio da integração bancária, fundamental para restaurar os mercados financeiros europeus e evitar o contágio entre o risco soberano e o risco bancário, das quatro áreas potenciais de integração (supervisão conjunta, regulamentos comuns, um órgão conjunto para a resolução bancária e um fundo de garantia de depósitos europeu), as discussões avançaram, principalmente no que concerne ao mecanismo único de supervisão bancária, onde o BCE terá um papel fundamental e que abrangerá os bancos de dimensão significativa e aqueles que estiverem intervencionados.

Registaram-se assim progressos em todas as frentes, mas provavelmente estes desenvolvimentos não foram ambiciosos o suficiente para mudar de forma rápida a dinâmica actual. No curto prazo, o apoio do BCE e o programa do MEE, com condicionalidade orçamental, criam um ponto de referência para abordar difíceis situações de financiamento com que se defrontam países como Espanha ou Itália. Ao mesmo tempo, a aplicação correcta dos planos da união bancária e uma maior definição de um desenho de uma união orçamental serão factores chave para a sustentabilidade da zona do euro a longo prazo.

Em suma, em 2012 registaram-se avanços na política económica por parte das autoridades europeias que demonstraram claramente o seu compromisso com o euro. O anúncio pelo BCE da sua disponibilidade para comprar títulos soberanos, a resolução da crise grega de Novembro e a decisão da cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Dezembro de prosseguir em direcção a uma maior integração bancária, com uma lista de acções específicas a serem implementadas em 2013 respeitantes à supervisão e ao mecanismo de resolução comum, são avanços efectivos.

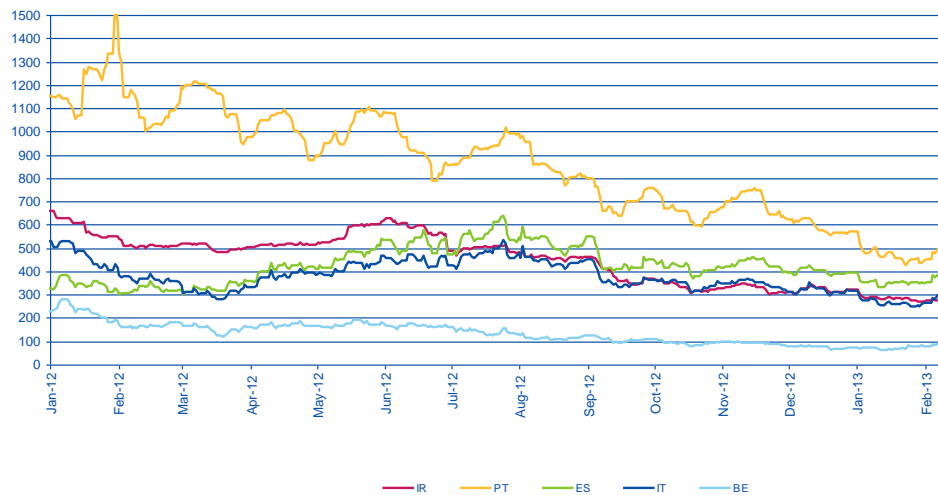
No entanto, a crise ainda está longe de ser resolvida, e os obstáculos ainda são numerosos. A situação de crise na Grécia melhorou e, pelo menos a curto prazo, não se equaciona a sua saída do euro, mas a sua situação económica permanece débil. Outra fonte de incerteza está ligada à condicionalidade que o MEE e o BCE exigiram a Espanha ou a Itália no caso em que estes pedissem ajuda financeira e, especialmente, o que aconteceria se a condicionalidade não fosse cumprida estritamente. Do mesmo modo, se

aplicarem novos planos de consolidação orçamental nos países periféricos, a recessão pode agudizar-se, e se os multiplicadores orçamentais forem superiores ao esperado, o cumprimento dos objectivos tornar-se-á ainda mais complicado.

Assim, para 2013 prevemos que a Europa possa crescer cerca de 0,3% depois de cair 0,5% em 2012. Por países, as diferenças vão permanecer entre o centro e a periferia. Esta última afectada por condições financeiras mais restritivas e pela necessidade de prosseguir os processos de consolidação orçamentais. Apesar da redução do risco de ruptura do euro, o cenário económico depende crucialmente da gestão da crise na zona do euro.

UEM: Diferenciais Soberanos Obrigações 10 anos

Fonte: Bloomberg e BBVA Research



Fuente: BBVA Research

4.3 Economia Portuguesa

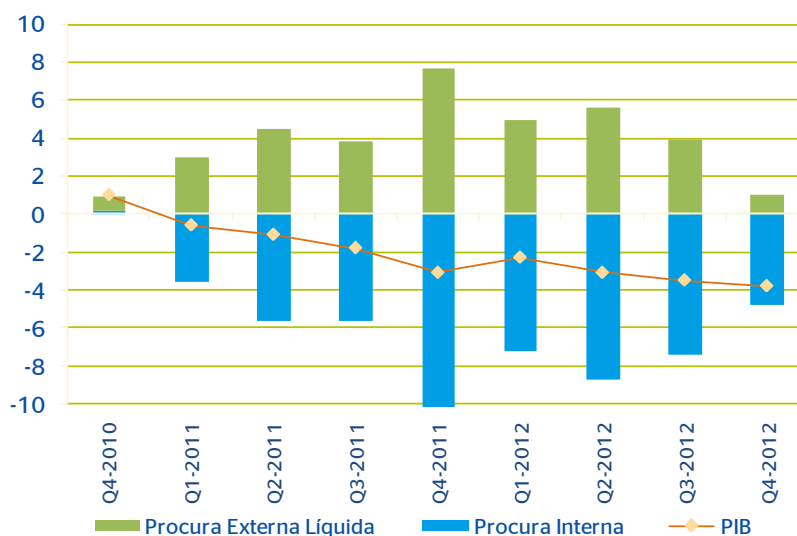
A actividade económica em Portugal contraiu em 2012, -3,2%, marcada por uma retracção muito significativa da procura interna e um desempenho positivo da procura externa.

Após a moderação acentuada do contributo negativo da procura interna no terceiro trimestre, os dados disponíveis para o quarto trimestre confirmaram que esta moderação foi temporária e que voltou a condicionar muito negativamente a economia no último trimestre de 2012. Em particular, os dados da produção industrial juntamente com o agravamento das encomendas à indústria, suportadas apenas pelas provenientes do exterior, e a debilidade da procura interna reflectiram-se numa nova contracção do

investimento que, em 2012, terá sido de 14,5%, segundo previsões do Banco de Portugal. Os dados das vendas de retalho até Dezembro também indicavam que a queda do consumo privado se tinha intensificado no final de 2012, caindo cerca de 5,6% face ao ano anterior, reflectindo uma nova deterioração no mercado de trabalho (com a taxa de desemprego a aumentar cerca de 0.3pp no 4T para 16,5% em Dezembro) bem como uma forte queda do rendimento disponível das famílias durante 2012 (cerca de 3% até ao 3T12). Finalmente, o processo de consolidação orçamental em curso, que permitiu o cumprimento da meta orçamental para 2012 resultou numa nova queda do consumo público, -4,4%, de acordo com previsões do Banco de Portugal.

A consolidação orçamental em curso, aliada ao processo de desalavancagem do sector privado, ao declínio da confiança e a uma deterioração do mercado de trabalho, conduziu a um recuo mais acentuado da procura interna que se estima ter contribuído muito negativamente para o PIB, - 7,0%

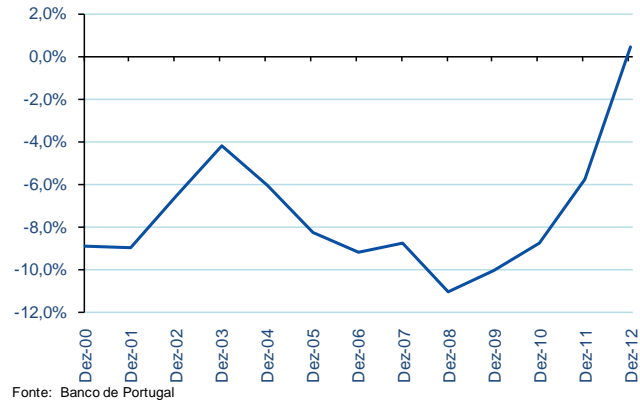
Crescimento do PIB e contribuições (tvh trimestral)



Fonte:INE

O sector externo permanece como o principal suporte, com as exportações a continuarem a crescer a um ritmo assinalável, apesar da desaceleração da procura global, e com as importações a registarem importantes quedas devido à debilidade da procura interna, o que se traduziu num ajustamento rápido do saldo da balança corrente e de capital que passou para uma situação praticamente equilibrada em 2012.

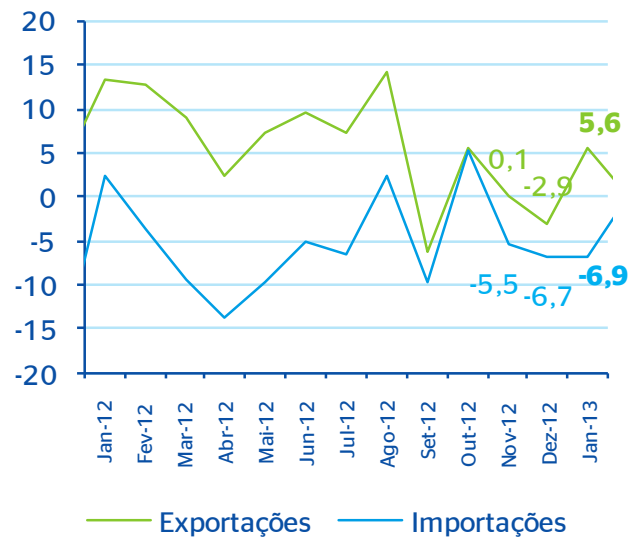
Saldo da Balança Corrente + Balança de Capital (% do PIB)



No entanto assistiu-se a um enfraquecimento das exportações no quarto trimestre e, em consequência, aumentam as preocupações sobre a sustentabilidade do principal suporte do crescimento económico nos últimos dois anos. Este enfraquecimento pode estar associado à queda da actividade no conjunto da zona euro no final do ano passado, que foi generalizada em todos os estados membros.

Exportações/Importações

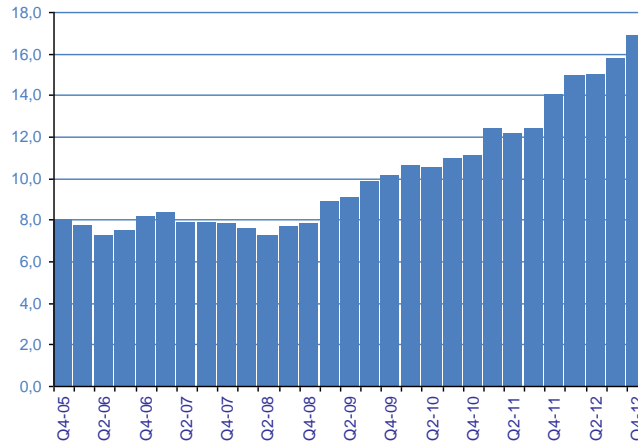
Fonte: Banco de Portugal



A deterioração do mercado de trabalho agudizou-se ainda mais, e atinge níveis máximos sucessivos. No trimestre acabado em Dezembro a taxa fixou-se em 16,9%. Anualmente a

taxa foi de 15,7%, face a 12,7% em 2011. A expectativa é de que continue a evoluir desfavoravelmente.

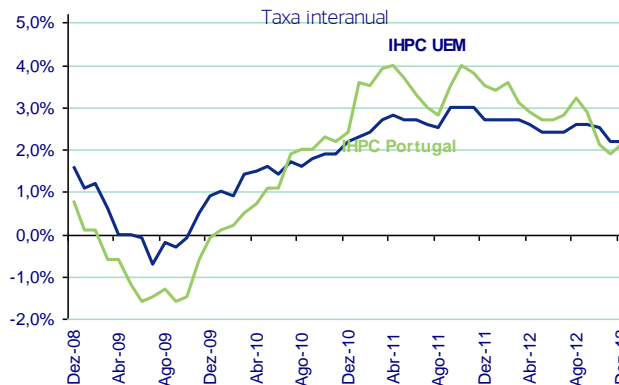
Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Os aumentos de impostos nos últimos anos não só afectaram negativamente o rendimento disponível das famílias, como mantiveram a inflação em níveis mais elevados que o esperado, considerando a actual contracção da economia. Contudo, o IHPC tem diminuído gradualmente nos últimos meses, situando-se a taxa de inflação média em 2,8%, face a 3.6% em 2011, 0.4pp acima da taxa média da Zona Euro.

Inflação Portugal - UEM

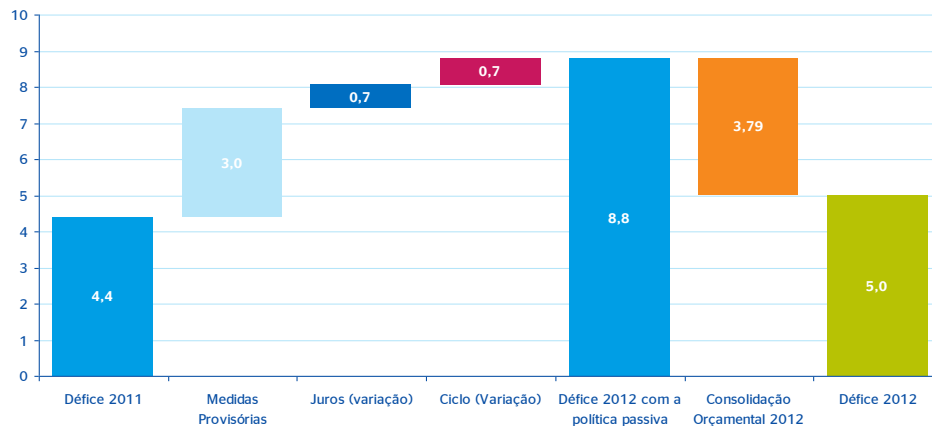


Fonte: INE e Eurostat

Portugal cumpriu a meta de défice de 5% para 2012. O esforço fiscal realizado (cerca de 3,7% do PIB) foi suficiente para atingir a meta de défice acordado com a troika que, em Outubro e depois da 5ª avaliação positiva, suavizou as metas do défice orçamental para os próximos dois anos, (de 4,5% para 5% do PIB em 2012 e de 3% para 4,5% em 2013)

permitindo assim mais tempo para o ajustamento. De referir, no entanto, que a receita fiscal ficou abaixo do previsto, sendo compensada por uma queda maior da despesa.

Decomposição do défice em 2012 (% do PIB)



Fonte: BBVA Reasearch com base em dados do Ministério das Finanças

Em 2013 a consolidação orçamental irá basear-se principalmente no aumento previsto das receitas fiscais por um valor correspondente a 2,6% do PIB e numa redução nos gastos de 0,6% do PIB. O cumprimento da meta orçamental em 2012, e as medidas anunciadas para 2013 devem resultar num aumento da confiança dos mercados financeiros.

Para 2013 e de acordo com as nossas previsões, antecipamos uma queda do PIB de 2,2%, nível de contracção ligeiramente inferior ao das previsões oficiais, embora os riscos estejam enviesados no sentido descendente, nomeadamente pela implementação das novas medidas fiscais anunciadas e por um possível efeito de repercussão negativa da economia espanhola, embora também possa beneficiar de um clima melhor nos mercados financeiros e de menores tensões, devido às medidas anunciadas recentemente pelo BCE.

De acordo com as nossas previsões, a procura interna continuará a contribuir negativamente para o crescimento com uma queda mais moderada do consumo privado, em linha com a necessária desalavancagem das famílias (não devemos esquecer que o elevado desequilíbrio externo de Portugal na última década foi em grande medida explicado por uma taxa de consumo muito elevada), e público, e uma contracção ainda elevada no investimento.



BBVA

As expectativas de uma ligeira recuperação nos países da Europa central, juntamente com o crescimento ainda robusto das economias emergentes, corrobora a nossa visão de que o sector externo continuará a suportar o crescimento económico em 2013 o que, conjugado com a queda das importações, permitirá uma maior correcção do desequilíbrio da balança corrente.

5. Estratégia e Modelo de Negócio

O ano de 2012 foi, principalmente durante o 1º semestre, marcado por elevadas tensões nos mercados financeiros. As incertezas sobre a compatibilidade entre os objectivos de austeridade orçamental e o crescimento, do efeito da pressão da falta de crescimento sobre o sistema financeiro e do grau de compromisso de alguns países com um projecto europeu comum, deram origem a temores de uma ruptura do euro.

No entanto, 2012 foi também um ano marcado por avanços essenciais para a resolução da crise financeira na Europa. Os países periféricos realizaram reformas estruturais significativas, assistiram-se a progressos significativos na reestruturação dos sistemas financeiros, criou-se o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e deram-se os primeiros passos para uma união bancária, com o BCE a anunciar o lançamento de um programa de compra de obrigações no mercado secundário para os países que solicitarem a assistência do MEE. Assim, o compromisso com o euro fortaleceu-se e as tensões financeiras na Europa diminuíram consideravelmente a partir do Verão.

Em Portugal o ajustamento prosseguiu, com consequências negativas sobre o crescimento e o emprego. Neste contexto de intensificação da recessão económica, o sistema bancário português continuou a enfrentar exigentes desafios, com consequências negativas ao nível dos resultados e qualidade de crédito.

Um dos desafios foi o reforço do nível de solvabilidade que pressupunha, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado entre o Governo Português e as entidades internacionais, a obtenção de um rácio Core Tier I de 10% em Dezembro de 2012. De realçar que os bancos melhoraram a sua capitalização, mantendo-a em níveis adequados.

No que respeita à gestão de liquidez, e permanecendo limitado o acesso dos bancos aos mercados grossistas, o acesso ao financiamento junto do BCE a prazo alargado e a estabilidade dos depósitos de clientes permitiram uma melhoria também nesta vertente.

Negativamente é de assinalar uma acentuada deterioração da qualidade dos activos. O processo de ajustamento da economia portuguesa implicou uma forte queda da actividade

económica, um aumento maior do que o esperado do desemprego, menor rendimento disponível e mais insolvências de empresas. As dotações para imparidades e as provisões aumentaram, com consequências negativas sobre a rentabilidade.

Em 2012, assistiu-se a uma ligeira melhoria dos resultados, apesar de alguns bancos ainda apresentaram resultados negativos. A necessidade de desalavancagem, com a consequente redução do crédito e o aumento do custo dos recursos (onde se englobam aqueles ligados aos juros com a ajuda do Estado) e a evolução da Euribor levaram a quebras da margem financeira. O reconhecimento de imparidades e reforço do esforço de provisionamento contribuíram igualmente para a baixa rentabilidade.

É neste exigente e adverso contexto que o BBVA prosseguiu um processo de desalavancagem, que se traduziu numa redução da carteira de crédito e num esforço acrescido de captação de depósitos de clientes. Apesar deste esforço, e de forma a permitir uma melhoria na posição de liquidez, o BBVA recorreu ao financiamento junto do BCE num montante que, em 31 de Dezembro, era de 350 milhões de euros. O BBVA **reforçou o capital**, no valor correspondente a 50 milhões de euros mantendo em níveis confortáveis os seus indicadores de solidez e solvabilidade.

Em 2012 o BBVA Portugal centrou os seus esforços em três pilares fundamentais:

Nas Pessoas:

- Desenvolvendo soluções flexíveis e adaptáveis às necessidades dos clientes.

Nos Princípios:

- Promovendo sempre boas práticas como factor diferencial.

Na Inovação:

- Gerindo novos modelos de relacionamento e interacção com os clientes, apostando em otimizar a cadeia de valor, tanto ao nível da qualidade como da produtividade.

O BBVA apostou num banco de princípios, de pessoas e de tecnologia, mais eficiente, que ofereceu produtos mais simples, distribuídos por diferentes canais, privilegiando a capacidade de antecipação, a liderança tecnológica, o posicionamento competitivo, a transparência e a integridade.

Os objectivos de desalavancagem e de redução do gap entre crédito e depósitos, bem como uma menor procura, conduziram a uma maior selectividade na concessão de crédito. Assim, o Crédito Total apresentou uma redução de 14,3%. Foi igualmente necessário proceder a ajustamentos nos spreads médios, efectuando uma correcta adequação dos preços praticados nas operações activas e passivas.

No que respeita aos **Recursos Geridos**, embora tenham sofrido uma evolução negativa de 26,3%, esta deve-se parcialmente à redução do depósito da Luxinvest no montante de 480,3 milhões de euros, particularmente importante no actual contexto de escassez de liquidez,

Assim, no âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou novas soluções adaptadas a clientes com distintos perfis de risco e apostou na disponibilização de novas soluções de poupança. Para clientes com um perfil de risco conservador apresentaram-se depósitos com taxa de juro predefinida, o “Depósito Crescente 8M BBVA”, o “Depósito Crescente 8 Plus BBVA” e o “Depósito 3,5 BBVA”. Criaram-se ainda soluções adaptadas a clientes com um perfil de risco menos conservador apresentando-se produtos com garantia de capital, 50% de remuneração mínima e 50% com um potencial de valorização, como o “ Depósito Dual Investimento Europa BBVA”, o “ Depósito Dual Oportunidade Europa BBVA”, o “Depósito Dual Valorização Europa BBVA”, o “Depósito Dual Investimento Global Europa BBVA” e o “Depósito Dual China e México BBVA”,

Relativamente aos **Produtos de Activo**, é de salientar o lançamento da campanha House, em que se ofereceram aos clientes condições especiais para aquisição de imóveis, quer estes fossem propriedade do BBVA quer fossem de empreendimentos por ele financiados.

O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, e considerando que a educação constitui o eixo central da sua política de responsabilidade corporativa, manteve a sua participação numa série de programas de cariz financeiro, “Valor Seguro” do Porto Canal, onde se pretende contribuir para a educação financeira das famílias e das empresas. Repetiu-se e reforçou-se igualmente este ano o programa de Educação Financeira do BBVA, “Valores de Futuro” que promove, junto de alunos dos três ciclos do Ensino Básico, o diálogo e a reflexão sobre os valores associados ao dinheiro e ao seu bom uso, tais como o esforço, a prudência, a responsabilidade ou a solidariedade. O programa teve a

participação de mais de 127 mil alunos de 849 escolas dos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra.

No âmbito da promoção da internacionalização das empresas portuguesas o BBVA, com o apoio do China Citic Bank e em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, realizou uma conferência subordinada ao tema “China 2012: Oportunidades de Investimento e Comércio Externo”.

Pretendendo também contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução da economia e da competitividade, o BBVA promoveu encontros dedicados aos temas: “Perspectivas Económicas Internacionais, de Espanha e de Portugal”; “Spain: Economic Recession vs Wall of Liquidity”; “América Latina: Um Investimento Seguro ou Arriscado?”. Para debater, ao nível das decisões de investimento dos investidores institucionais, o conceito de diversificação e o dilema da rentabilidade versus segurança, organizou-se a conferência “As Grandes Empresas do Sul da Europa”.

No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura com a empresa de entretenimento UAU, do projecto Teatro Tivoli BBVA conferindo a esta sala de espectáculos o papel de âncora dinamizadora das produções nacionais. O Teatro Tivoli BBVA é assim o primeiro teatro com “naming” em Portugal. O BBVA celebrou igualmente um protocolo com a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN).

No que respeita a **distinções**, o BBVA foi considerado o melhor banco a actuar em Portugal segundo o estudo “Cliente Mistério” da Multimétrica, que avalia o aspecto físico da agência, o atendimento ao balcão e o atendimento comercial nas agências das instituições bancárias nacionais. O BBVA foi igualmente distinguido pela revista Euromoney como um dos melhores fornecedores de Serviços de Cash Managment, e pela NYSE Euronext Lisbon, com o prémio “Most Active Trading House in Derivatives Market”.

Perante o cenário que se desenha para 2013 o BBVA, de acordo com a sua estratégia corporativa, continua a apostar num comportamento diferencial, que **assenta em três pilares:**

- **Um modelo de negócio baseado em três elementos:**
 - Um modelo de banca de retalho, focada em relacionamentos duradouras, centrada no cliente, garantindo um elevado nível de resultados recorrentes e um financiamento estável na forma de depósitos.
 - Uma rede de distribuição de grande capilaridade;
 - Uma avançada tecnologia, pela qual o BBVA aposta decisivamente desde há vários anos para alcançar bons níveis de eficiência.
- **Um modelo de gestão baseado em:**
 - Prudência, em relação às decisões tomadas, principalmente no que respeita ao risco;
 - Antecipação, ou seja, capacidade de antecipar eventos e a flexibilidade de se adaptar rapidamente a eles;
 - Globalidade, que consiste em explorar o potencial de negócio como um todo.
- **Um modelo de governo**, que assenta nos princípios da prudência, integridade e transparência, e cujo principal objectivo é a criação de valor para o accionista.

O modelo de negócio do BBVA é, segundo o presidente do grupo, centrado no cliente, inovador, alavancado pela tecnologia, com uma gestão prudente e com capacidade de antecipação e com um modelo de rentabilidade sujeito a princípios, integridade e transparência. Em suma é um modelo com uma visão de longo prazo que implica prudência, antecipação, princípios e sobretudo, pessoas.

6. Actividade das Principais Áreas do Banco

6.1 Banca de Retalho, Banca Privada, Banca de Empresas, Corporativa e Institucional

Particulares e Premium

Tendo sido a captação de novos clientes e novos recursos, bem como o incremento da vinculação e transaccionalidade, os principais objectivos de 2012, foram criadas várias soluções e produtos para a prossecução desta estratégia.

Mais concretamente, e em matéria de captação de novos clientes e novos recursos, realizaram-se diversas campanhas na base do “member get a member”, disponibilizaram-se novas soluções a prazo e foram reforçadas as ofertas para incremento da domiciliação de ordenados, com propostas atractivas na “Conta Ordenado”.

Aproveitando a conjuntura de mercado, optou-se igualmente pelo lançamento de novos depósitos Duais e Estruturados, com destaque para a diversificação de geografias e de activos, alargando o leque de oportunidades de investimento aos nossos clientes e de onde relevamos o depósito Dual Investimento Global BBVA e o depósito Dual China e México BBVA.

Orientados para o futuro dos investimentos e poupanças dos nossos clientes, lançámos em 2012 uma campanha de transferências de PPR's e Fundos de Pensões, desenvolvendo simultaneamente diversas acções comerciais com o objectivo de aumentar a vinculação e transaccionalidade dos nossos clientes, reforçando as bases de uma relação duradoura e consequente.

Com o objectivo de venda de imóveis propriedade do BBVA Portugal e de alguns imóveis de Empreendimentos financiados pelo Banco, foi também lançada a Campanha Casa BBVA com preços de imóveis muito atractivos e condições de financiamento imbatíveis.

Banca Privada

Os objectivos centrais para esta Unidade de Negócio eram:

- Fidelização e crescimento de Clientes;
- Fidelização e crescimento em recursos;
- Incremento da receita.

O trabalho sobre Clientes interagiu directamente sobre os objectivos de recursos. Com efeito, o esforço dos dois anos anteriores em incrementar o valor dos recursos de balanço, implicou um esforço acrescido num ano particularmente difícil devido ao deslizamento constante das taxas Euribor e da disputa intensa com idênticas políticas das Outras Instituições de Crédito.

O posicionamento estratégico dos nossos modelos de Gestão Discricionária revelou-se particularmente ajustado, tendo obtido rentabilidades excepcionais em todos os perfis, recuperando perdas de anos anteriores e posicionando as carteiras em terreno claramente positivo.

Iniciou-se na segunda metade do ano a migração de posições em depósito a prazo para as diversas Soluções de Investimento com Gestão, nomeadamente para o BBVA Unit Linked, com resultados muito positivos.

A forte actividade nas soluções de gestão discricionária permitiu atingir um nível de receita gerada cerca de 2,5 vezes superior à do ano anterior.

A fim de incrementar a vinculação e transaccionalidade, conseguiu-se concretizar o lançamento do Cartão de Crédito BBVA Private, no final do ano, incorporando vantagens competitivas singulares.

Negócios

No segmento de Negócios, manteve-se a estratégia de dar prioridade à captação de novos Clientes, à vinculação dos actuais e ao aumento da sua transaccionalidade.

Para o efeito foram lançadas várias campanhas ao longo do ano para promover a colocação de Terminais de Pagamento Automático, Cartões de Crédito Business BBVA e do serviço de Banca Electrónica BBVA net cash.

Tendo como objectivo oferecer condições preferenciais em função da tipologia do negócio das empresas, criaram-se as seguintes Soluções BBVA:

- Soluções Comércio BBVA;
- Soluções PME BBVA;
- Soluções Negócio Internacional BBVA.

Quanto à política de preços, o BBVA optou por adequar o preço das novas operações de crédito à conjuntura económica e financeira do país.

Embora se tenha assistido a uma diminuição acentuada na procura de crédito, o Banco continuou a apoiar as PME's, tecido empresarial vital para o crescimento da economia portuguesa, com a celebração em Janeiro de mais um Protocolo no âmbito das Linhas de PME Investe, a linha de crédito PME Crescimento.

No final do 3º trimestre de 2012, o BBVA disponibilizou às empresas a possibilidade de acesso ao alargamento pelo prazo de 12 meses e com carência de capital, às operações contratadas ao abrigo das Linhas PME Investe, o que permitiu aliviar a tesouraria das PME's e minimizar o risco de incumprimento deste segmento

Banca de Empresas e Corporações

A conjuntura económica que tem afectado o nosso país nos últimos anos aliado à crescente instabilidade na Zona Euro, marcou a evolução da actividade do Segmento de Banca de Empresas e Corporações (BEC) em 2012. A actividade creditícia em Portugal continuou marcada pela restrição ao crédito e pelo ajustamento de preços o que, aliado a uma retracção da procura fez com que muitas empresas reduzissem os seus investimentos.

Neste contexto difícil dentro da Europa, as empresas portuguesas optaram por procurar novos mercados para a exportação dos seus produtos. Assim ao longo do ano de 2012 ganharam especial evidência os mercados angolano, moçambicano, brasileiro e colombiano.

Aproveitando a presença do Grupo BBVA em diversos países e o inerente conhecimento de mercado, o BBVA Portugal organizou ao longo de 2012 um conjunto de conferências no qual se abordaram potenciais mercados de investimento para as empresas portuguesas. Assim, foram apresentados e estudados os seguintes mercados: China, México, Peru e Colômbia. Estes eventos têm vindo a ser organizados pelo BBVA em colaboração com as respectivas Embaixadas e Câmaras de Comércio desses países em Portugal.

Aliado a esta aposta no esclarecimento e consciencialização dos nossos Clientes, o BBVA alargou o projecto de Sinergias Internacionais, que visa acompanhar as empresas no seu processo de internacionalização, de 18 Bancos do Grupo para 21 Bancos. Este projecto tem sido um motor importante na dinamização do comércio internacional dos nossos Clientes sendo considerado como uma mais valia pelos mesmos.

A captação de novos Clientes foi um objectivo constante ao longo deste exercício. Consciente das dificuldades das empresas portuguesas em acederem a linhas de crédito, o BBVA Portugal lançou uma campanha denominada de Linha de Crédito 500 Milhões de euros BBVA. Esta campanha visou apoiar as necessidades das empresas que pretendessem a expansão ou internacionalização do seu negócio, com condições muito atractivas.

No que diz respeito ao negócio na área de BEC, as grandes prioridades em 2012 foram o desenvolvimento e incremento da actividade de comércio internacional, bem como o aumento da fidelização dos nossos Clientes empresa. O BBVA Portugal, através do seu modelo de negócio, procurou estar ainda mais próximo dos Clientes no atendimento das suas necessidades, promovendo igualmente uma resposta mais célere dos nossos serviços bem como actividades de cross-selling.

Serviços Transaccionais

No ano de 2012, a actividade esteve baseada em 4 grandes planos de trabalho:

- Plano EXPORTA: Potenciar a actividade e promoção de Comércio Exterior através de melhorias concretas na promoção de todo o portefólio de produtos e serviços junto de Clientes e potenciais Clientes, melhorias na eficiência e qualidade do serviço e na plataforma informática de apoio;
- Plano MP VINCULA: Potenciar a gestão dos Meios de Pagamento, através da consolidação da venda da nova família de cartões TEMPO, renovação dos cartões para o segmento de Empresas, melhorias na eficiência e qualidade do serviço e participação em acções de promoção e venda junto de empresas;
- Plano CANAIS: Desenvolver os canais electrónicos aumentando o portefólio de oferta e adaptando-a a variedade da tipologia de Clientes Empresa: Oferta para Clientes Globais, Corporativos, Empresas, PMEs. Consolidação e aumento do uso do canal BBVA net cash pelos Clientes Empresa, da oferta Swift Net como a mais completa do mercado em serviços MA-CUG e Score para Clientes Globais, bem como de outros canais que no seu conjunto conduzem a uma melhoria clara dos níveis de vinculação com o Banco e de eficiência operativa interna. A oferta transaccional passa a conter 7 canais diferentes e complementares.
- Plano QUALIDADE: Melhorar o nível de atenção aos Clientes e de estabilização dos serviços e canais electrónicos, o que permitiu reduzir o nível de incidências em 83%. Foi consolidado o conceito de projecto de implementação de canal, o que possibilitou melhorar de forma significativa o conhecimento que os Clientes utilizadores têm dos canais, garantindo o seu uso mais recorrente.

No final de 2012 estavam registados 5.100 utilizadores nos diferentes canais electrónicos, o que representou uma consolidação sustentada de utilizadores, comparativamente a 2011.

A revista EUROMONEY elegeu em 2012 e pela segunda vez, o BBVA Portugal como um dos melhores três Bancos para Cash Management em Portugal, distinção que muito nos orgulha por ter tido origem na avaliação directa dos nossos Clientes dos produtos e serviços colocados á sua disposição.

Marketing e Publicidade

Sendo o BBVA um banco de pessoas para pessoas, ao longo do ano de 2012 procurou uma vez mais, estar mais próximo dos seus Clientes, reforçando o conceito de comunicação “APROVEITE O SEU BANCO”.

Neste âmbito, e para que os seus Clientes pudessem aproveitar mais e melhor o seu Banco, lançou no início do ano o “Projecto Casa BBVA” (casa.bbva.pt). Um projecto imobiliário, visando a promoção de excelentes oportunidades, com condições de financiamento exclusivas.

Também os cartões de crédito mereceram algum destaque ao longo do ano de 2012. Foram desenvolvidas campanhas junto dos Clientes, promovendo condições mais vantajosas associadas a este produto, nomeadamente a criação e comunicação do *Cash-Back* nos cartões “Ao Seu Ritmo” e “Depois Classic”, permitindo a devolução de 5% e 1,25%, respectivamente, do valor total de cada utilização. O BBVA reforçou igualmente a sua oferta nesta gama de produtos, lançando o “Cartão de Crédito Private BBVA”, destinado aos Clientes de Banca Privada.

Durante o ano de 2012, apostou também na comunicação da “Conta Ordenado” do BBVA como forma de captação de novos Clientes, retomando a promoção das ofertas TV, Mycook e iPad.

Dada a actual conjuntura económico-social, em que a preocupação base de todos os Clientes é POUPAR e poupar bem, poupar com confiança, o BBVA lançou uma forte Campanha Publicitária, através da qual convidava os seus Clientes a conhecer as Soluções de Poupança BBVA. Para reforçar esta posição de “Banco de Poupança”, o BBVA comunicou esta campanha, sob o tema “Invista em Finais Felizes. Poupe com o BBVA”. Assim, ao mesmo tempo que promovia a preocupação de criar as melhores soluções de poupança para os seus clientes, promovia-as de forma segmentada: para todas as idades, para diferentes objectivos e sob diferentes formas (produtos).

Inserido neste conceito e sempre realçando todas as vantagens e características dos seus produtos de poupança, o BBVA lançou duas campanhas no último trimestre do ano, nomeadamente: Campanha do “Depósito Super 3,5 BBVA”, uma alternativa de poupança

com uma taxa de juro bastante atractiva e uma Campanha de Fundos de Pensões BBVA, através da qual o BBVA premiava os Clientes que subscrevessem ou transferissem para o BBVA o seu PPR ou Fundo de Pensões Aberto.

Distribuição Multicanal

Em 2012, foram estes os três vectores essenciais de actividade:

BBVA Consigo

Lançamento no mercado do modelo de gestão não presencial, adaptando-se ao cliente na forma e nos horários de contactos. Este modelo registou elevados níveis de adesão, demonstrando que é um modelo que vai de encontro às necessidades dos clientes. Registou-se uma evolução tanto nos volumes de facturação como nos volumes sob gestão (22% volume de negócios da Banca Comercial do BBVA Portugal), contando com mais de 15% dos clientes de Banca Comercial.

Protocolos Comerciais

Através da inovação do modelo de divulgação e com uma linha de atendimento dedicado, apostou-se na oferta de soluções que permitam vincular clientes, sempre com a preocupação de promover, através deste canal, benefícios adicionais.

Canais Digitais

Durante o ano de 2012, verificou-se um crescimento de cerca de 18% nos clientes utilizadores do BBVA net. tendência esta que se reflecte igualmente nos volumes de transacções. Sendo a multi-canalidade uma das grandes apostas na banca, disponibilizaram-se novas facilidades, tais como o correio digital e o correio seguro, com o objectivo de satisfazer um maior leque das necessidades dos clientes.

6.2 Negócios Globais

No ano de 2012 assistimos à continuação do processo extremamente complexo de transformação europeia e de resolução da crise da dívida soberana dos países europeus periféricos que Portugal tem atravessado de forma especialmente intensa. Neste processo

convém salientar algumas expectativas já mais favoráveis durante o segundo semestre, às quais não é alheio o comportamento do Banco Central Europeu.

A estratégia do BBVA Portugal de total enfoque na procura de soluções de valor acrescentado para os clientes, mantendo as carteiras próprias de negociação com perfil residual, continuou a demonstrar estar plenamente actualizada e eficaz nas presentes condições de mercado.

Neste sentido registou-se mais um ano de crescimento dos resultados desta actividade, sustentado fundamentalmente na grande capacidade de muito rápido ajustamento da oferta de produto ao processo de transformação das necessidades dos clientes.

Conforme era previsível, o negócio com empresas na componente das operações de cobertura de risco de taxa de juro, depois de um grande crescimento atingiu uma fase de maturidade e sofreu uma redução em virtude do enquadramento menos favorável, mas mantendo-se muito consistente o posicionamento do BBVA como uma entidade claramente de referência em Portugal enquanto fornecedor e parceiro preferencial de soluções de gestão de risco para as empresas portuguesas. Esta redução continua a ser compensada pelo crescimento resultante do Plano Forex lançado em 2010 com o objectivo de concretizar o relançamento da actividade de negócio cambial e permitir que o BBVA se venha a tornar uma entidade líder em Portugal em soluções de gestão de risco cambial aproveitando o perfil cada vez mais global do grupo BBVA e a fortaleza da presença diferencial nos mercados da América Latina, assim como a possibilidade de entrega de soluções muito competitivas nos mercados asiáticos. Nesta perspectiva registou-se uma coincidência desta estratégia com a aposta de Portugal no crescimento das exportações e de forma muito especial fora da zona euro.

Gostaríamos também de salientar a presença bastante activa do BBVA no relançamento do mercado monetário interbancário em Portugal, posicionando-se como um dos principais agentes neste mercado.

A actividade com investidores registou um crescimento significativo continuando o banco a ganhar maior presença nos mercados primários e secundários de capitais. Este crescimento foi conseguido principalmente na actividade tradicional com produtos mais simples e mais líquidos de taxa de juro, crédito ou ações e resulta claramente do ênfase do

Grupo BBVA a nível global neste segmento de clientes investidores e é consolidado pelo perfil de parceiro de longo prazo com estes clientes no mercado português. Merece especial destaque o crescimento de actividade com subjacentes portuguesas seja na intermediação de obrigações de empresas e instituições financeiras seja na oferta de soluções indexadas à performance das empresas portuguesas.

6.3 Banca de Investimento e Clientes Globais

A área de Banca de Investimento e Clientes Globais compreende quatro segmentos de actividade: Financiamento Estruturado, Mercado de Capitais, Corporate Finance e Global Transaction Banking.

O ano de 2012 foi, uma vez mais, caracterizado pela crise financeira internacional, que tal como verificado em 2011, implicou uma forte gestão de liquidez através do “repricing” da grande maioria das operações e do enfoque na vertente de serviços.

As restrições de liquidez do sector bancário, as incertezas regulatórias geradas no contexto do cenário de ajuda externa a Portugal e a redução significativa do investimento público impediram a concretização de projectos, tanto de infra-estruturas como de energias renováveis. Apesar do enquadramento desfavorável, a área de Financiamento Estruturado conseguiu fechar um contrato de prestação de serviços de Banco Agente e “Account Bank” no contexto de um financiamento de bancos sul-coreanos à empresa portuguesa Rose HS1 para o desenvolvimento de um conjunto de centrais foto voltaicas. Este contrato representará um fluxo estável de receitas de cerca de 20.000 euros por ano, sem qualquer custo de liquidez e sem onerar o balanço do banco e é um modelo que pretendemos vir a replicar junto de outros clientes. Por outro lado, destaca-se também o refinanciamento da operação da Empark, no qual o BBVA detém uma participação de EUR 38 milhões.

Para a área de Mercado de Capitais - Dívida é de salientar a liderança na emissão de obrigações da Vodafone Portugal em Julho, tendo o BBVA também sido contratado para o serviço de agente pagador para esta emissão.

Em termos de empréstimos sindicados, o BBVA foi “Mandated Lead Arranger” na “Revolving Credit Facility e Term Loan” da Portugal Telecom de 800 milhões de euros

concluída em Junho de 2012. Em Fevereiro, o BBVA fechou um empréstimo sindicado com o grupo Cimpor no valor de 75 milhões de euros.

Na vertente de Corporate Finance, o BBVA esteve mais uma vez muito activo, tendo sido assessor exclusivo da Oman Oil Company na privatização da REN. Assessorou igualmente um investidor no concurso de privatização da ANA Aeroportos. Assessorou a Sogrape na compra das Bodegas Lan em Espanha e a Amorim Energia na compra de uma participação da Galp Energia ao grupo ENI.

A área de Global Transaction Banking dedica-se ao desenvolvimento da relação com Clientes Globais em produtos e serviços relacionados com o ciclo de exploração das empresas: concessão de crédito de curto prazo (overdrafts, reverse factoring, garantias, etc.), captação de passivo (depósitos), serviços de custódia de títulos e soluções de cash management (sistemas que facilitem a gestão da tesouraria e a gestão de cobranças). Nesta área, em 2012, é de realçar o aumento do número de clientes, resultantes das várias adjudicações de “Request For Proposals” para banco de apoio, em Portugal, de grupos líderes nos sectores de Telecomunicações, Publicidade, Saúde, Automóvel, Automação. Neste âmbito, destacamos a prestação de serviços transaccionais, a captação de passivos em Euro e USD e o incremento do cross-selling com a nossa base de clientes. Destacamos ainda o incremento de comissões relacionadas com serviço de custódia de títulos.

6.4 Risco

A política e os princípios de gestão de riscos seguidos pelo BBVA (Portugal) têm por objectivo essencial, gerir e controlar activamente a exposição à incerteza para otimizar a rentabilidade da Instituição, numa perspectiva de assegurar um adequado equilíbrio entre nível de solvabilidade, imparidades dos créditos e liquidez.

Para alcançar tal objectivo, a Função de Riscos deve assegurar que todos os riscos estão devidamente identificados, medidos e valorados, monitorizados e mitigados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões, fazendo parte do quotidiano da gestão contribuindo, assim, para definir o perfil de risco desejado pela Instituição, em linha com os objectivos globais do Grupo BBVA.

A Função de Riscos do Grupo BBVA caracteriza-se pelos seguintes princípios e valores:

1. A Função de Riscos é uma função única, independente e global;
2. Os riscos assumidos devem ser compatíveis com o nível de solvência objectivo, têm que estar identificados, medidos e valorizados e devem existir procedimentos para o seu seguimento e gestão, além de sólidos mecanismos de controlo e mitigação;
3. Todos os riscos devem ser geridos de forma integrada durante o seu ciclo de vida, dando-lhes um tratamento diferenciado em função da sua tipologia e realizando-se uma gestão activa de carteira baseada numa medida comum (Capital Económico);
4. As áreas de negócio são responsáveis por propor e manter o perfil de risco da carteira da sua responsabilidade, dentro da sua autonomia e do “marco” de actuação corporativo (definido como o conjunto de políticas e procedimentos de Riscos), através de uma infra-estrutura de riscos adequada;
5. A infra-estrutura de riscos deve ser adequada em termos de pessoas, ferramentas, bases de dados, sistemas de informação e procedimentos, de forma a que facilite uma definição clara de papéis e responsabilidades, assegurando uma atribuição eficiente de recursos entre a área corporativa e as unidades de risco das áreas de negócio.

Com base nos princípios assinalados, o Grupo desenvolveu um sistema integral de gestão de riscos que está estruturado segundo três eixos:

- um conjunto de ferramentas, circuitos e procedimentos que configuram esquemas de gestão diferenciados;
- um sistema de controlo interno;
- um esquema corporativo de governance do risco com uma arquitectura baseada na segregação de funções e de responsabilidades.

Organização e Sistema de Gestão de Riscos

Os sistemas de avaliação, gestão e controlo dos riscos desenvolvidos pelo Grupo BBVA (Portugal) têm em conta as suas responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes “stakeholders”, e enquadram-se nas regras prudenciais e comportamentais definidas pelas Autoridades de Supervisão, nacionais e europeias.

O Conselho de Administração do BBVA (Portugal) é o órgão máximo responsável pela definição das políticas gerais de riscos, integradas numa gestão sã e prudente da Instituição que visa a sustentabilidade a longo prazo. No âmbito da sua responsabilidade inclui-se:

- a aprovação dos princípios e regras que deverão ser seguidos na gestão dos riscos,
- as linhas de orientação na alocação do capital económico às diversas áreas de negócio,
- a salvaguarda de que a Instituição detém os recursos e competências necessários para tal.

Compete ao Comité de Direcção, definir o perfil de risco objectivo da Instituição mediante a fixação de limites globais e específicos. Este Comité é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorrido, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovados para o desenvolvimento das actividades.

Nos processos de gestão e acompanhamento dos Riscos a responsabilidade pela classificação sistémica e actuação perante os diferentes tipos de risco, a que a Instituição se encontra exposta, está atribuída às diferentes áreas funcionais. Dentro de um plano de acção, estabelecido pelo Conselho de Administração com o objectivo de assegurar a existência de um sistema adequado de gestão global de riscos, alinhando conceitos e práticas, a Instituição dispõe da Função Gestão de Riscos (FGRisco) independente como previsto no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal.

A Função Gestão de Riscos (FGRisco) é compatível com a natureza, dimensão e complexidade das actividades desenvolvidas pela Instituição, está organizada de modo a facilitar a aplicação das políticas de risco e a gestão de todos os riscos materiais a que está ou pode vir a estar exposta e tem uma influência activa nas tomadas de decisão do órgão de administração e dos órgãos de gestão intermédia.

De notar que, na actuação da Função Gestão de Riscos (FGRisco), apoiada por cada responsável de Riscos no âmbito do Comité Geral de Gestão de Riscos, está incluída a avaliação e análise das metodologias implementadas, o acompanhamento dos diversos Riscos, a que a Instituição revela exposição material, bem como a aplicação e estimação de alertas e limites.

O Comité Geral de Gestão de Riscos reúne os responsáveis dos diferentes Riscos aos quais o BBVA (Portugal) tem exposição, proporcionando, à Função Gestão de Riscos, um conhecimento apropriado da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade desenvolvida, bem como possibilita a avaliação do Sistema de Gestão de Riscos desde uma óptica consolidada e global.

Destaques da Actividade

Em termos gerais, as principais linhas de actuação e actividades, tanto as qualitativas (estrutura, sistemas e procedimentos) como as quantitativas (metodologias e ferramentas), desenvolvidas durante o ano de 2012 no âmbito da Gestão de Riscos foram as seguintes:

- Dentro da área de risco de crédito, um reforço de competências e de investimento em ferramentas com ênfase nas áreas de seguimento e recuperações como consequência da degradação das condições económicas, com vista a uma rápida intervenção ao menor sinal de alerta e a uma mais rápida recuperação dos créditos;
- Elaboração dos relatórios regulamentares relativos ao Pilar II de Basileia II (Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno “ICAAP”), relativos ao Pilar III (Disciplina de Mercado) e ao risco de concentração de crédito para além do Relatório de Controlo Interno;
- Contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de gestão e controlo de riscos, em particular no que se refere ao risco de crédito com uma actualização do Modelo de Cálculo de Imparidade;
- Implementação das alterações de calibragem nos parâmetros dos algoritmos de scoring na área de crédito a particulares, relativo aos produtos Habitação, Consumo e Cartões;
- Actualização dos parâmetros do modelo de rating, base da análise em empresas e corporativa;
- Acompanhamento acções tendentes à diversificação das fontes de refinanciamento, acesso ao BCE com implicações na gestão dos riscos de liquidez;

- Participação nas acções que visaram adaptar os sistemas do Banco às novas necessidades de identificação e marcação do crédito reestruturado, Instrução n.º 18/2012 do Banco de Portugal;
- Adaptação de procedimentos, sistemas internos de gestão de clientes e de reporting no âmbito das iniciativas legislativas de ajuda às famílias sobrendividadas, programas PARI, PERSI e situações de excepção;
- Acompanhamento e implementação de todas as directivas, avisos e instruções das autoridades de supervisão, publicadas ao longo do ano de 2012, com especial ênfase para as resultantes dos acordos de reequilíbrio financeiro macroeconómico, “plano Troika”, ao impor um conjunto de rácios prudenciais mais conservadores às instituições financeiras nacionais.
- No âmbito do cumprimento dos rácios de solvabilidade destaca-se o aumento de capital efectuado no final do ano e o ajuste na política de refinanciamento com vista a acomodar os efeitos de degradação do rating soberano de Espanha decorrente da crise da dívida pública que assolou o continente europeu;
- Trabalhos relativos ao sistema de gestão de risco e controlo Interno da BBVA Fundos de acordo com a Norma Regulamentar n.º 8/2009 do Instituto de Seguros de Portugal, no seu segundo ano de implementação;
- Continuação dos trabalhos relativos ao projecto “revisão do sistema de gestão de riscos BBVA Gest” baseado na Estrutura Organizacional da Gestora e na sua integração nas Unidades Orgânicas do Grupo.
- Desenvolvimento de uma nova metodologia para avaliação do risco estratégico assente no Plano de Negócios do BBVA Portugal.

Realização do stress test de acordo com a Instrução n.º 4/2011 do Banco de Portugal que permite não só cumprir com as boas práticas europeias, como também assegurar uma melhor percepção dos riscos e da actividade do Banco, obrigando a construção de cenários alternativos, a tomada de decisões atempada e a definição de planos de contingência.

Risco de Crédito

O risco de Crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se

existir) ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

A gestão do risco de Crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do seu ciclo de vida (análise, autorização, seguimento e classificação e, se for o caso, a recuperação). É suportada por uma organização matricial que está integrada na estrutura geral de controlo do Grupo, envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Com o objectivo de assegurar uma adequada gestão de risco de crédito o BBVA (Portugal) tem por missão garantir uma equilibrada carteira de crédito, através de uma estratégia de segmentação de clientela e de produto, do seguimento dos limites, das políticas e dos objectivos estabelecidos pelo Grupo, tudo em consonância com o perfil e apetite de riscos definido.

Durante o ano 2012 prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento no âmbito de reforçar os processos utilizados na gestão do risco de Crédito como foi o caso da nova aplicação de gestão das delegações e controlos dentro do universo da actividade creditícia a clientes particulares, que implicou a revisão da norma de delegação em matéria de crédito.

Também se destaca em 2012, os desenvolvimentos prosseguidos pelo Departamento de Seguimento e Reestruturações de Crédito em “parceria” com as áreas comerciais, na consolidação da implementação da figura do gestor de vencidos em Banca Comercial, a sua extensão ao segmento BEC (empresas e corporativa), a implementação das novas ferramentas de marcação e seguimento de clientes e nas acções específicas focalizadas no acompanhamento contínuo das operações de crédito que denotam indícios de deterioração, desencadeando os necessários processos de reestruturações e renegociações (antecipação de toda a filosofia de gestão inserida na legislação PARI e PERSI).

Com a publicação da instrução do Banco de Portugal nº 23/2011 que entrou em vigor em Setembro de 2011 o conjunto de indicadores de crédito de divulgação obrigatória foi alargado, passando a ser divulgado o rácio de crédito em risco:

Rácio Crédito em Risco	
Dez-11	Dez-12
4,84%	6,27%

Em todo o ciclo de gestão as medidas de riscos combinam-se com a informação de rentabilidade no âmbito da gestão baseada em valor, integrando assim o binómio rentabilidade/risco na tomada de decisões, desde a definição estratégica do negócio até à aprovação dos créditos individuais, à fixação dos preços, à avaliação das carteiras em mora, aos modelos de incentivos do grupo, etc.

Neste contexto as ferramentas de classificação (ratings e scorings) avaliam o risco de cada operação e/ou cliente em função da sua qualidade creditícia mediante uma pontuação que se emprega na associação de métricas de risco em conjunto com outras informações adicionais como a antiguidade dos contratos, rácio empréstimo/garantia, segmento de clientes, dimensão do cliente, etc.

Risco de Mercado

Entende-se pelo conceito de risco de Mercado, o risco que o valor de um investimento/carteira possa sofrer em consequência das alterações das condições gerais de mercado, manifestadas por alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio e preços de acções ou commodities. Os factores de risco que afectam os preços de mercado são: Taxa de juro; Taxa de câmbio; Preço das acções; Vega, Gamma e correlação em opções.

A gestão do risco de Mercado visa limitar estas perdas potenciais e otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados, de acordo com os objectivos fixados pelo Grupo.

A forma de medir o risco de Mercado é através do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco). Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de co-variâncias, estima a perda máxima de um investimento/carteira que pode produzir-se face às alterações das

condições gerais dos mercados financeiros, com um nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia. Pretende-se, com a medição deste risco, monitorizar as posições próprias do banco limitando as suas perdas, estabelecendo alertas, bem como otimizar a rentabilidade ajustada ao risco.

O risco de mercado da sala de tesouraria é identificado, avaliado e gerido desde a Matriz do Grupo BBVA. Todas as operações contratadas pelo Banco e que estejam sujeitas a risco de mercado contribuem para o cálculo do VaR.

O cálculo do VaR e a sua análise são efectuados diariamente. De referir que, mensalmente, é feita uma análise mais detalhada que permite obter informação mais precisa, de forma a ser discutida em comité próprio (o COAP).

A decomposição do VaR por tipos de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 era a seguinte:

10³ Euros

VAR	2012	2011
Taxa de Juro	37	51
Cambial	10	11
Renda Variável	134	72
Efeito de diversificação	(39)	(45)
VaR total	142	89

Adicionalmente, e como complemento das medições de risco efectuadas, em condições normais de mercado, realizam-se estimativas periódicas das perdas potenciais em situações de comportamento catastrófico.

Para tal, as posições mantidas são submetidas às condições de mercado que se verificaram em situações críticas no passado, bem como a outras situações anormais obtidas a partir de simulações. Estes testes de stress-testing constituem uma ferramenta suplementar de gestão do risco de mercado que ajuda a avaliar a capacidade do património do Grupo para absorver perdas significativas em cenários de reduzida probabilidade.

Risco de Taxa de Juro Estrutural

Define-se como risco de Taxa de Juro a alteração que se produz na margem financeira e/ou no valor patrimonial da Entidade devido a variações nas taxas de juro.

A exposição da Instituição a movimentos adversos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a criação de valor económico. O risco de Taxa de Juro deve ser gerido de modo a que não seja excessivo em relação aos Fundos Próprios da Instituição e mantenha uma relação equilibrada com o resultado esperado.

A gestão, controlo e seguimento do risco de Taxa de Juro requer uma estrutura adequada desde o ponto de vista organizativo, com as áreas e comités necessários, exigindo uma adequada segregação de funções de forma a evitar conflitos de interesses.

No BBVA analisa-se a exposição ao risco Taxa de Juro sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Na óptica dos resultados, a análise limita-se a um horizonte temporal de 12 meses, no qual se avalia a incidência de diferentes curvas de taxas de juro sobre a margem financeira anual.

Trabalham-se também hipóteses de comportamento das massas patrimoniais e estratégias de contratação que permitem projectar de forma dinâmica as posições de risco bem como as medidas de sensibilidade.

Na óptica do valor económico, o horizonte temporal de análise é o longo prazo., no qual se avalia o efeito de movimentos das curvas das taxas de juro no valor actual dos activos, passivos e posições fora do balanço do Grupo, calculando ainda “a duração” do activo, passivo e posições fora de balanço ou seja “a duração” do valor patrimonial.

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Em termos práticos define-se como a probabilidade de que a Instituição não tenha capacidade de fazer face aos seus compromissos de pagamento ou que, para conseguir fazê-lo, tenha que obter fundos em condições penalizadoras.

No BBVA (Portugal) compete ao Comité de Activos e Passivos (COAP) o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de Liquidez: para que exista um adequado desfasamento entre rendimentos e pagamentos no tempo, existam activos disponíveis para vender que permitam fazer face a situações de insuficiência de fundos a curto prazo, sejam desenvolvidas políticas de captação de passivos nos mercados grossistas e capacidade de mobilizar activos para obter liquidez.

A gestão de risco de Liquidez no Grupo é suportada por três indicadores: o rácio de liquidez, a evolução do fluxo de financiamento do Grupo e análise do GAP.

Em relação ao rácio de Liquidez, a metodologia base de identificação é a usada para o cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de Liquidez, (Mapa de liquidez mensal) recorrendo-se à Base de Dados Financeira.

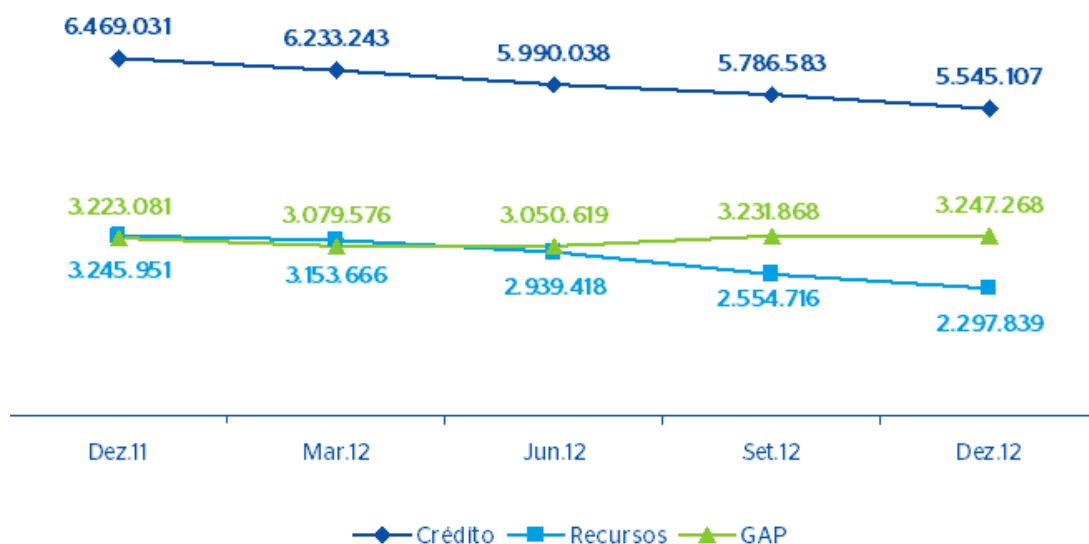
Para analisar as tomadas do Grupo cabe à área de mercados fornecer a informação para a Base de Dados Financeira. Aqui a identificação e análise da situação de liquidez relativamente à evolução do fluxo de financiamento desde o Grupo é realizada numa base diária. O BBVA (Portugal) cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

Dentro de uma política de gestão da liquidez de assinalar que em 2012 o Banco contraiu junto do BCE linhas de refinanciamento no âmbito do programa de gestão LTRO lançado por aquela entidade. Este movimento enquadra-se numa política geral do Grupo que impulsiona as diversas unidades orgânicas a serem autónomas na gestão das suas necessidades.

O terceiro indicador, ou seja o cálculo do GAP mensal de liquidez, acompanhou a gestão do COAP sistematicamente ao longo do ano de 2012 passando a ser uma variável chave

da gestão dentro da linha estratégica de desalavancagem e diminuição da dependência das fontes interna de financiamento.

A análise do GAP de liquidez durante o ano de 2012 foi a seguinte:



Risco Cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento. No exercício de 2012, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

Risco Operacional

O risco Operacional, no Grupo BBVA, é objecto de uma definição própria corporativa: entende-se que é aquele risco que pode provocar perdas, em resultado de erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas nos sistemas e em consequência de acontecimentos externos.

Este risco é inerente a todas as actividades, produtos, sistemas e processos, e as suas origens são muito diversas (processos, fraudes internas e externas, tecnológicos, recursos humanos, práticas comerciais, desastres, fornecedores). A gestão do risco Operacional está integrada na estrutura global de riscos do Grupo BBVA.

Os objectivos de gestão do risco Operacional definidos para o Grupo BBVA visam a implementação em toda a organização, de um modelo de controlo interno e referencial de gestão que permita identificar, medir, monitorizar e controlar os riscos e perdas operacionais, com o objectivo de minimizá-los. Para tal desenvolveram-se internamente ferramentas próprias aplicando técnicas de autoavaliação para identificar e quantificar os riscos operacionais. Obtêm-se desta forma mapas de riscos por categorias que permitem estabelecer políticas comuns de mitigação.

Tem vindo a ser implementada uma estrutura organizacional interna de gestão do risco Operacional, desenvolvendo as políticas adequadas para gerir este risco em todos os produtos e actividades do Banco, bem como processos e sistemas. Em paralelo, os seus procedimentos e resultados, são sujeitos a avaliação pela Auditoria Interna nos trabalhos que realiza, para verificar o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, as ferramentas utilizadas e avaliando a gestão do risco Operacional.

Para o seguimento posterior da evolução do risco utiliza-se outra ferramenta baseada no uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que constitui um mapa de gestão dinâmico que permite retratar a evolução dos riscos no tempo e conseqüentemente comprovar se as medidas de mitigação produziram os resultados desejados.

Durante o ano de 2012, destacam-se os trabalhos de implementação da nova ferramenta corporativa de gestão denominada “STORM” (Support Tool for Operacional Risk Management) cuja filosofia assenta nos conceitos de risco inerente e residual, definição do gap existente e existência de planos de mitigação, incluindo vários indicadores e cenários.

Risco de Compliance

Define-se Risco de Compliance como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se

materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Existe uma unidade directamente responsável pela gestão deste risco e na dependência directa do Conselho de Administração com um reporte inclusive global à unidade correspondente da Matriz.

Nas várias actividades desenvolvidas durante o ano de 2012 evidencia-se em matéria de gestão do risco a elaboração do Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo ao abrigo Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012.

6.5 Recursos e Meios

Recursos Humanos

A formação continua a ser encarada como um dos objectivos prioritários do BBVA Portugal no que respeita à qualificação das nossas pessoas e à necessária resposta às condições adversas e ao mesmo tempo desafiantes que o mercado e a sociedade requerem.

O ano de 2012 registou um total de 32.653 horas, repartidas por 5.579 participações, perfazendo uma média de 41,9 horas de formação por cada colaborador e voltou a incidir em acções que se traduziram em efectivas mais-valias para os colaboradores abrangidos, quer na área comportamental ou na área técnica, como a formação na nova plataforma da Google e respectivas aplicações, possibilitando desta forma uma transição tranquila e com a menor perturbação possível da actividade laboral.

Em 2012 foi dada continuidade ao Plano de Transformação de Recursos Humanos, baseado no conceito de Gestores Pessoais e Gestores Directos implementado em todo o Grupo BBVA. Esta especialização e a proximidade com todo o Colectivo permite-nos por em prática diversos projectos tais como os Itinerários Formativos a Colaboradores em mudança de funções, Planos de Tutorização para reincorporação de Colaboradores que estiveram ausentes, Planos de Diversidade para a sustentação equilibrada das nossas equipas.

De todo o colectivo do BBVA Portugal mantivemos contacto específico com 84% dos Colaboradores, e a consecução dos Processos de Avaliação manteve-se, tal como em 2011 nos 100%, o que representa o interesse e empenho dos colaboradores nos processos de gestão, avaliação com objectivo de melhoria contínua de desempenho e da própria satisfação profissional e pessoal.

Este ano, a área de Selecção manteve, à semelhança de 2011, a aposta no recrutamento interno. Efectuámos 164 movimentações, proporcionando aos mesmos uma progressão na carreira profissional, sendo esta uma prioridade no BBVA.

Relativamente ao recrutamento externo, admitimos 8 colaboradores BBVA e contratámos 65 colaboradores temporários.

Em 2012, proporcionamos Estágios de Verão, com a duração de 3 meses, a nível nacional, a 13 jovens pré - finalistas e finalistas do ensino superior, nas áreas de Gestão e Economia. À semelhança dos anos anteriores, o BBVA manteve a sua parceria com o Instituto de Formação Bancária, nomeadamente no Curso Profissional de Técnicas e Operações Bancárias, permitindo aos formandos um contacto directo com a actividade bancária.

O ano de 2012 ficou ainda caracterizado pela nossa capacidade de adaptação às alterações legislativas verificadas no código do trabalho e no código contributivo.

Operações

O ano 2012, em Operações, caracterizou-se pela estabilização dos circuitos/procedimentos definidos no processo de centralização/externalização de tarefas administrativas, o que permitiu a implementação de uma estrutura mais “Lean” mantendo a Eficiência, o Controlo e a Qualidade do serviço prestado aos Clientes internos e externos.

O enfoque estratégico na reengenharia de processos e automatização das tarefas operativas com vista à simplicidade, eficiência e minimização do Risco Operacional, tendo-se revelado um factor de motivação a projecção das melhorias operativas em favor do Cliente centrando neste todo o esforço de melhoria.

O período de constantes mudanças em processos operativos relacionados com as frequentes alterações legislativas e do próprio perfil operativo obrigaram a um esforço de adaptação dos processos, sistemas e das próprias pessoas, sem prejuízo da capacidade de resposta, qualidade com cumprimento dos níveis de serviço e do respectivo controlo operacional.

Organização, Processos e Apoio à Rede

A actividade desenvolvida por esta unidade teve um impacto muito forte na redução dos gastos gerais e na constituição de um projecto com uma forte orientação a capital. O projecto levado a cabo de reorganização da estrutura funcional do Banco teve como consequência uma redução muito significativa dos postos e, conseqüentemente, dos gastos de pessoal. A actividade deste exercício foi ainda marcada pelo acompanhamento da Rede de Agências e da estrutura de distribuição da BBVA Consigo, no âmbito das actividades operativas, por via quer da centralização quer da automatização. Adicionalmente foram implementadas ao longo do ano um conjunto de iniciativas com vista à racionalização do consumo dos recursos energéticos e ao aumento do nível de eficiência energética dos principais edifícios.

Informática

O projecto estratégico de renovação tecnológica, que permitirá suportar o processo global de transformação do modelo de negócio do Banco, é o principal desafio da área de Informática.

A transformação tecnológica, moderna e inovadora, deverá ser totalmente centrada no Cliente, possibilitando-lhe novas soluções e permitindo alterações no seu processo de relacionamento com o Banco facultando-lhe mobilidade, oferta multi-canal e capacidade de escolha da forma como acede ao BBVA.

Considerando a tecnologia como um suporte fundamental para a obtenção de uma vantagem competitiva duradoura, e num contexto de melhoria continua, modernização e fortalecimento de sistemas aplicativos, o BBVA desenvolveu ao longo de 2012 um conjunto de projectos de inovação tecnológica que permitiram melhorar a competitividade

ao nível dos processos de negócio e administrativos, e dos quais destacamos as seguintes componentes:

- Gestor Documental,
- Motor de workflow,
- Plataforma de assinatura digital e electrónica qualificada,
- Digitalização assistida com captura e interpretação de caracteres - OCR
- Periféricos novos

Estas componentes, em conjunto, contribuem para a desmaterialização e aumento do grau de automatização conduzindo a uma maior agilidade, controlo e optimização dos processos, Contribuem igualmente para a diminuição do risco operacional, uma maior produtividade e incremento da segurança operativa e de sistemas.

Durante o ano de 2012 e na componente operativa de sistemas não se verificou, uma vez mais, qualquer incidência ou paragem de sistema relevante ou com impacto nos serviços internos e no atendimento aos clientes do Banco.

7. Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

- **Consolidação Integral**

7.1 BBVA GEST - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	7.561.795 €
Situação Líquida	7.456.063 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	96.216 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Gest iniciou o ano de 2012 com uma quota de mercado de 1,1%, tendo terminado o ano com uma quota de 0,7%, referente a um património sob gestão de 89,2 milhões de euros.

Ao contrário da Indústria de fundos, que registou no final do ano de 2012 uma variação positiva de 13,5% (dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, APFIPP), o património sob gestão da BBVA Gest registou uma variação de -25,2%.

O volume patrimonial e o número de Fundos geridos pela BBVA Gest diminuíram consideravelmente nos últimos 4 anos, com destaque para o período entre Maio de 2011 e Maio de 2012. Esta diminuição teve a sua origem no vencimento dos Fundos garantidos, na dificuldade de venda de novos fundos face à concorrência de produtos como os Depósitos a Prazo que, neste contexto, praticaram taxas de remuneração anormalmente altas e, inclusivamente, na dificuldade de manutenção dos saldos já existentes devido á complexa conjuntura económica.

A acrescer a este efeito, as condições gerais dos mercados durante o ano de 2012 foram extremamente penalizadoras para os fundos de tesouraria no global da indústria, sendo

que o BBVA Cash F.T. não foi excepção a esta regra, tendo registado um forte fluxo de resgates.

FUNDO	PATRIMÓNIO	
	31-12-2011	31-12-2012
BBVA BOLSA EURO	5.886.707	5.455.552
Fundo de Acções da UE, Suíça e Noruega		
FCG BBVA INVESTIMENTO EUROPA	4.604.001	4.325.413
Fundo de Capital Garantido		
BBVA PPA - Fundo Índice (PSI20)	2.006.178	1.933.281
Fundo de Índice PSI 20		
BBVA OBRIGAÇÕES	5.114.088	4.050.686
Fundo de Obrigações		
BBVA OBRIGAÇÕES GOVERNOS EQ ZE	12.063.163	5.708.246
Fundo de Obrigações de Taxa Fixa Euro		
BBVA CASH - FUNDO DE TESOURARIA	34.166.104	21.985.211
Fundo de Tesouraria Euro		
BBVA MULTIACTIVO FLEXÍVEL - FEI	18.835.652	15.319.344
Fundo Especial de Investimento		
BBVA GESTAO FLEXIVEL - FIA	20.597.402	14.758.900
Fundo Flexível		
BBVA MONETÁRIO CURTO PRAZO FEI	15.896.028	15.645.193
Fundo Monetário		
TOTAL	119.169.323	89.181.826

7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	21.259.282 €
Situação Líquida	9.384.787 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	-728.751 €
Participação do BBVA	100%

A deliberação de reduzir a actividade comercial da BBVA Leasimo, já que a mesma é realizada, desde meados de 2005, no balanço do BBVA Portugal, focando-se a empresa na gestão da carteira actual de clientes, constitui o factor explicativo da inexistência de novos contratos.

A redução da actividade comercial, com a sua consequente transferência para o balanço do BBVA Portugal, reflecte-se numa quebra do Activo Total que registou, no final do ano, o valor de € 21.259.282, valor inferior em 15,1% ao observado no ano anterior. O Resultado Líquido que, neste exercício, foi negativo em € 728.751, compara com um resultado negativo de € 50.132 em 2011. O incremento de provisões contribuiu para esta evolução mais negativa dos resultados face ao ano transacto.

7.3 Invesco Management nº1, S.A.

Activo Líquido	8.674.060 €
Situação Líquida	8.532.492 €
Capital Social	16.212.000 €
Resultado Líquido	-580.461 €
Participação do BBVA	100%

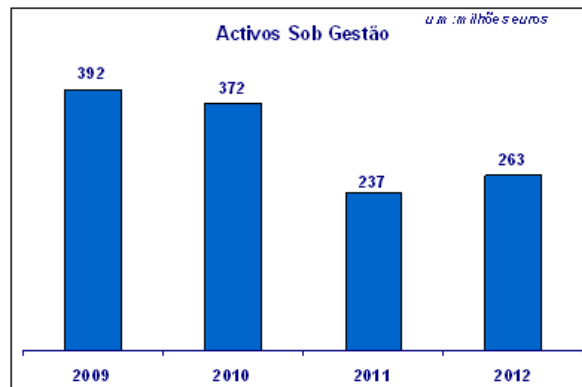
O BBVA adquiriu, em Julho de 2006, a sociedade Invesco Management nº1, sociedade de serviços auxiliares com sede no Luxemburgo. Por sua vez, esta sociedade constituiu a sociedade Invesco Management nº2, na qual detém uma participação de 100,0%, e que se dedica à gestão de créditos hipotecários em contencioso.

7.4 BBVA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Líquido	11.593.158 €
Situação Líquida	11.295.038 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.092.427 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, área de empresas e de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 263 milhões de Euros, com um aumento no valor sob gestão de 11% em relação ao ano anterior.





Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve o lugar no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 23 operadores, com uma quota de mercado actual de 1,83%, o que representou um acréscimo em relação à quota do ano anterior, que foi de 1,79%. Ocupa a 9ª posição no ranking global, onde aparecem nos primeiros lugares as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes. Continua a ser importante referir, a transmissão parcial para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões do sector bancário, no final de 2011, que influenciou fortemente o ranking das entidades gestoras, desde esse momento.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 9 fundos de pensões, dos quais 4 são do tipo poupança reforma, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos.

Em 2012 a BBVA Fundos manteve a sua orientação comercial muito focada na comercialização de Fundos Abertos e PPR, reconhecidos de forma geral como produtos com características que possibilitam um planeamento eficaz de um complemento de reforma, com o objectivo de atenuar as alterações introduzidas pela Reforma da Segurança Social.

8. Análise Económico-Financeira do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe e as das suas subsidiárias, empresas onde o BBVA detém o controlo ou o poder de gerir as respectivas políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras das subsidiárias são consolidadas pelo método integral.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Introdução - Condicionantes da actividade

Em 2012, a economia mundial cresceu pouco mais de 3%, o que implica uma taxa de crescimento anual um pouco abaixo da média das últimas três décadas (3,5%). Este abrandamento do crescimento global foi impulsionado principalmente pela intensificação das tensões financeiras na Europa, apesar de ter sido também um ano marcado por avanços essenciais para a resolução da crise financeira.

Portugal prosseguiu o esforço de consolidação orçamental e realizou reformas estruturais significativas mas a contracção significativa do consumo e do investimento conduziram a uma queda do PIB de 3,2%.

A recessão económica, maior do que a esperada, a obrigatoriedade de reforçar o capital e gerir uma liquidez muito escassa num quadro de elevadas tensões financeiras e o agravamento do risco, continuaram a penalizar a actividade e a rentabilidade do sector bancário em Portugal. O modelo de negócio continuou a incorporar a necessidade de reduzir os níveis de alavancagem e reforçar a base de capital, o que implicou uma política selectiva de concessão de crédito que, conjugada com o aumento de percepção de risco e com a restritividade de acesso aos mercados de financiamento, conduziu à manutenção de níveis ainda elevados de taxas de juro praticadas, quer activas, quer passivas embora, especialmente nestas últimas, se assista já a uma correcção significativa.

Em 2012 assistiu-se novamente a uma contracção do crédito interno. Segundo dados do Banco de Portugal os empréstimos a sociedades não financeiras e particulares, registaram um decréscimo, -5,3% em Dezembro (taxa de variação anual), valor que compara com um decréscimo de 2,4% em Dezembro de 2011, reflectindo a acentuada diminuição na procura de crédito derivada da queda do investimento e do consumo privado, bem como critérios mais exigentes na oferta. O financiamento a particulares apresenta um decréscimo (-4,3% em Dezembro de 2012 face a um decréscimo de 2,2% em Dezembro de 2011), que depende, sobretudo, da contracção do crédito ao consumo, -9,4% em 2012, face a -5,8% em Dezembro de 2011. No segmento habitação o decréscimo foi de 3,6%. No crédito a sociedades não financeiras verificou-se uma contracção, -6,5%, depois de ter decrescido 2,4% em Dezembro de 2011.

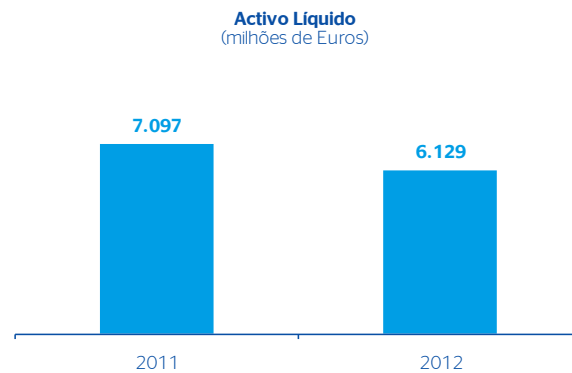
Reflectindo os importantes ajustamentos económicos, a queda significativa da actividade económica e a forte deterioração do mercado de trabalho, assistiu-se a um visível aumento dos níveis de incumprimento, com rácios de crédito vencido que se fixaram, para particulares e empresas não financeiras e segundo dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal relativos a Dezembro de 2012 em, respectivamente, 4,1 % (face a 3,7% em Dezembro de 2011), e 10,1% (que compara com 6,7% em Dezembro do ano anterior).

No que concerne à captação de depósitos, verificou-se uma evolução ligeiramente negativa caindo em Dezembro em termos anuais, -3,4%, principalmente devido à evolução dos depósitos de empresas não financeiras.

Actividade

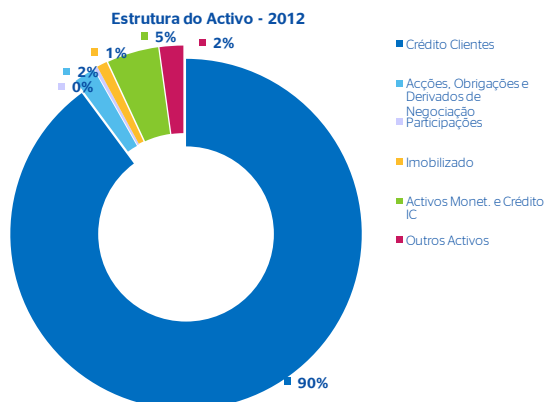
Activo

O Activo Líquido consolidado do BBVA totalizou 6.129 milhões de euros no final de 2012, o que traduz um decréscimo de 13,6% face ao ano anterior, menos 968 milhões de euros, o que reflecte a continuação do esforço de desalavancagem empreendido.

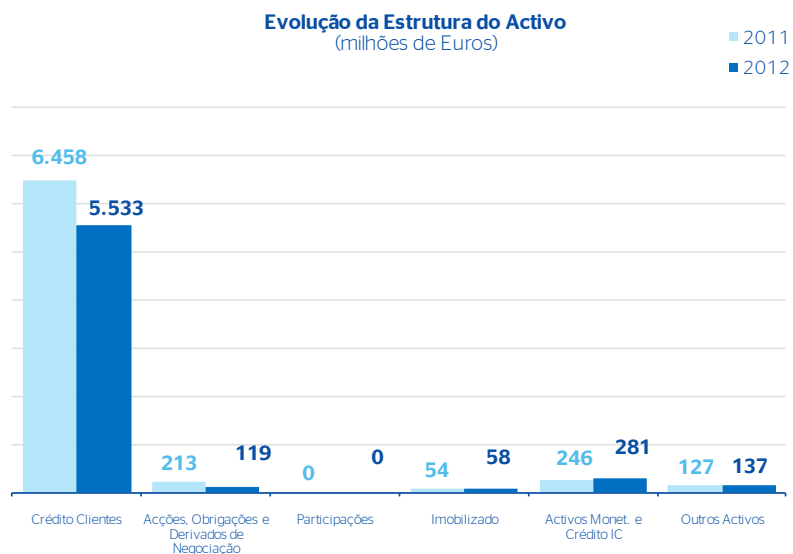


Esta evolução assenta no comportamento da carteira de crédito, menos 924 milhões de euros e nas componentes Acções, Obrigações e Derivados de Negociação, menos 93 milhões de euros.

Ao analisarmos a estrutura do Activo, 90,3% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, face a 91,0% no ano anterior, enquanto as componentes Activos Monetários e Crédito a Instituições de Crédito passaram a apresentar um peso relativo de 4,6%, face aos 3,5% do ano transacto.

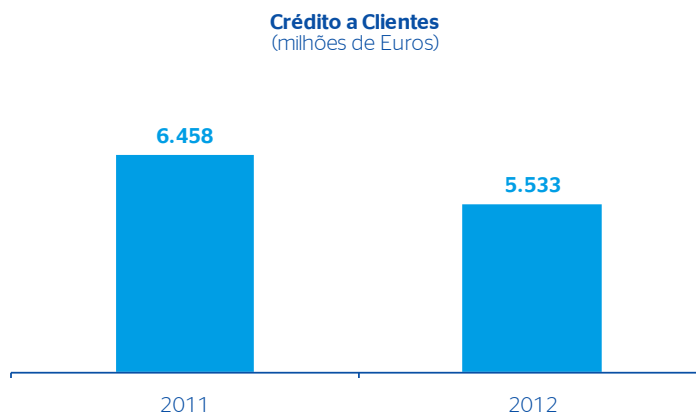


Face ao ano anterior, a evolução das componentes do Activo líquido do Banco foi a seguinte:



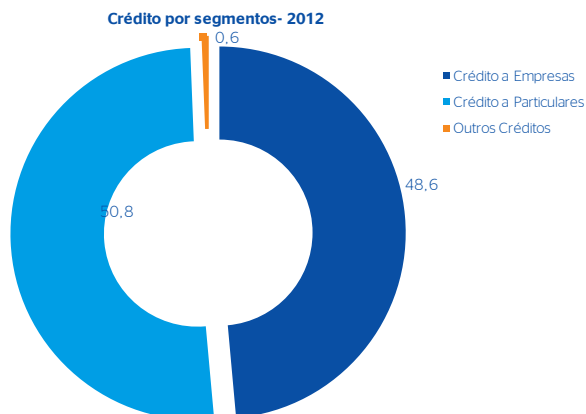
Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 5.533 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2012, registando um decréscimo de 14,3% face a idêntico período do ano anterior. Esta diminuição traduz a necessária desalavancagem e a diminuição da procura de crédito, quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento.



No gráfico e quadro seguintes, que representam a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas representa 48,6% do Crédito Total, face a 51,0% no

ano anterior, e que o Crédito a Particulares contribui com 50,8% para a carteira de crédito face a 45,8% em idêntico período de 2011.



No crédito a empresas salienta-se a significativa desaceleração, -17,0% face a idêntico período do ano anterior, ascendendo a 2.797 milhões de euros em Dezembro de 2012, menos 574 milhões de euros. No crédito a particulares, a desaceleração é sensivelmente inferior, -3,3%, e concentrada no crédito à habitação.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2012	2011	Var (%)
Crédito a Empresas	2.796.832	3.370.793	-17,0
Crédito a Particulares	2.926.205	3.025.761	-3,3
▶ Crédito Habitação	2.787.991	2.915.007	-4,4
▶ Outro Crédito Particulares	138.214	110.754	24,8
Outros Créditos	35.734	215.672	-83,4
Total do Crédito (bruto)	5.758.771	6.612.227	-12,9

O agravamento das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas conduziu a um aumento dos níveis dos indicadores de incumprimento, prosseguindo o BBVA com uma estratégia prudente e pró-ativa de controlo e análise da qualidade da carteira de crédito. O rácio de crédito vencido à mais de 90 dias atingiu 3,66% em 2012, valor que era de 2,48% em 2011. O montante de crédito vencido atingiu 249.499 milhares de euros em Dezembro de 2012. Este valor compara com 178.693 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um acréscimo de 39,6%. O grau de

cobertura de crédito vencido líquido evoluiu de 87,2% no ano de 2011 para 90,8% em Dezembro de 2012.

O crédito em incumprimento que, de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, fixou-se em 3,87% do crédito total em Dezembro de 2012, o que compara com 2,73% em idêntico período do ano anterior. No que respeita ao Crédito em Risco, calculado segundo a mesma instrução do Banco de Portugal e que engloba, para além do crédito vencido e do crédito vincendo associado, os créditos reestruturados, situou-se em 6,27% em Dezembro de 2012, que compara com um rácio de 4,84% registado em Dezembro de 2011.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2012	2011	Var. (%)
Crédito e juros vencidos	249.499	178.693	39,6
Mais de 90 dias	210.770	164.287	28,3
Crédito em Incumprimento	222.714	180.574	23,3
Provisões para Crédito	225.603	154.714	45,8
Crédito vencido/Crédito total	4,50%	2,77%	1,73 p.p.
Mais de 90 dias/Crédito total	3,66%	2,48%	1,18 p.p.
Crédito em Incumprimento/Crédito total ⁽¹⁾	3,87%	2,73%	1,13 p.p.
Crédito em Risco/Crédito total ⁽¹⁾	6,27%	4,84%	1,39 p.p.
Crédito em Incump., liq/Crédito total, liq ⁽¹⁾	-0,05%	0,40%	-0,45 p.p.
Crédito em Risco, liq/Crédito total, liq ⁽¹⁾	2,45%	2,56%	-0,11 p.p.
Cobertura do crédito vencido Líquido	90,80%	87,20%	3,60 p.p.
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	107,04%	94,20%	12,84 p.p.
Cobertura do crédito em incumpri. Líquido	101,30%	85,70%	15,60 p.p.

(1) Calculado de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 15,4% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 62,9%. A evolução verificada em 2012 face ao ano anterior traduz um aumento de concentração nos prazos mais longos, a que não é alheio o aumento do peso relativo do crédito à habitação no total do crédito. De referir igualmente que, no final de 2012, o crédito contratado a mais de um ano correspondia a 75,1% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2012	%	2011	%	Var (%)
Até 3 meses	887.111	15,4	1.522.929	23,0	-41,7
De 3 meses a 1 ano	302.054	5,2	552.915	8,4	-45,4
De 1 a 5 anos	700.537	12,2	733.937	11,1	-4,6
Mais de 5 anos	3.620.613	62,9	3.625.025	54,8	-0,1
Vencidos	248.456	4,3	177.421	2,7	40,0
Total do Crédito (bruto)	5.758.771	100,0	6.612.227	100,0	-12,9

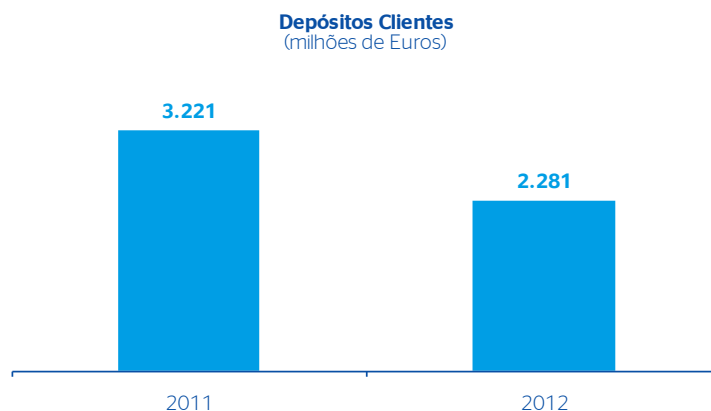
Recursos de Clientes

Os recursos totais de clientes (dentro e fora de balanço) apresentaram um decréscimo de 26,3% em 31 de Dezembro de 2012.

Unidade: milhares de euros

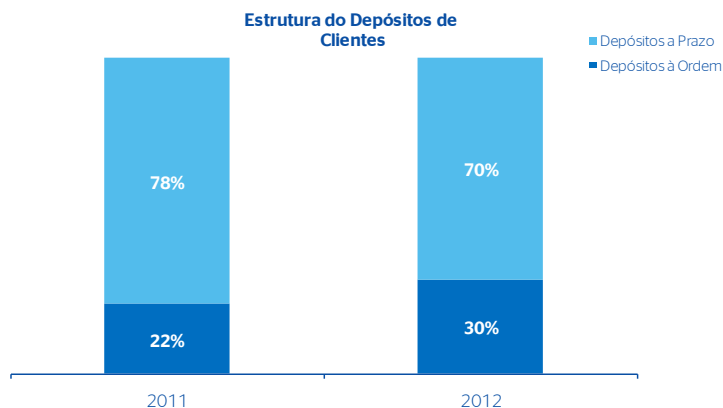
RECURSOS GERIDOS	2012	2011	Var (%)
Depósitos de Clientes	2.281.460	3.220.504	-29,2
Outros Recursos fora de Balanço	352.492	355.762	-0,9
Total de Recursos Geridos	2.633.952	3.576.266	-26,3

Ainda sujeitos ao ambiente volátil dos mercados financeiros e ao aumento da incerteza e da aversão ao risco, os Recursos Fora de Balanço apresentaram uma evolução negativa de 0,9%. O valor dos Recursos de Clientes em balanço, atingia 2.281 milhões de euros, menos 939 milhões do que em 2011.

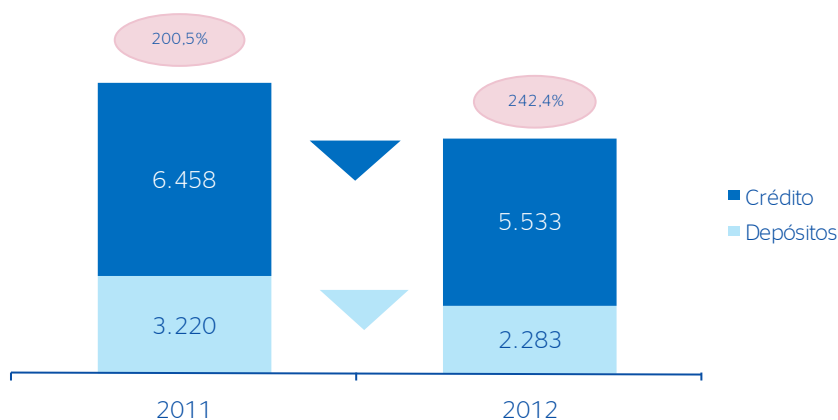


A extinção do depósito da Luxinvest, no montante de 480,3 milhões de euros, explica grande parte desta quebra.

Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, numa diminuição do peso relativo dos Depósitos a Prazo, que passaram a representar 70% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem sofreram um acréscimo de 8 pp.

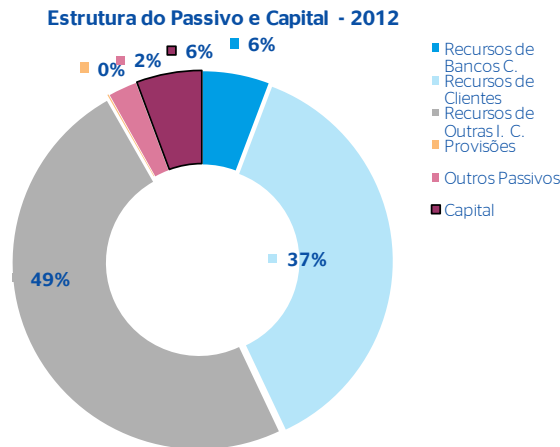


Apesar da diminuição significativa na concessão de crédito, o decréscimo dos recursos obtidos de Clientes, para o qual foi determinante a diminuição do depósito da Luxinvest, conduziu a um aumento do rácio de transformação desses recursos em Crédito, passando esse rácio a registar um valor de 242,4% em 2012.

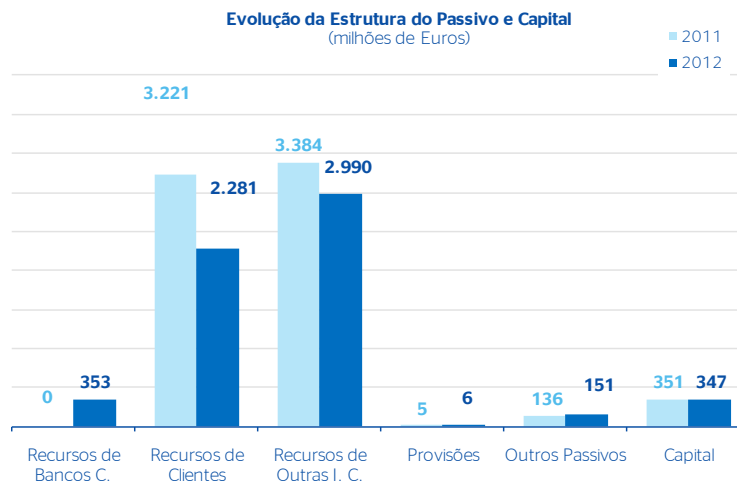


Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Outras Instituições de Crédito representavam 53% do total de recursos (peso relativo superior ao de 2011 em cerca de 2 pontos percentuais), e os recursos provenientes de Depósitos de Clientes 41%, (49% no período homólogo). O financiamento obtido por via

das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 97%. De salientar o recurso ao BCE, com um peso na estrutura de financiamento de 6%.



Face ao ano anterior, a evolução das componentes do Passivo do Banco foi a seguinte:



Análise da Conta de Resultados

O ano de 2012 caracterizou-se por ser particularmente exigente e complexo, marcado por uma conjuntura ainda mais recessiva e por maiores exigências regulatórias ao nível do capital e de liquidez, numa envolvente de elevada tensão financeira, fraca actividade e agravamento do risco.

O Resultado do BBVA Portugal traduziu este difícil enquadramento e foi negativamente influenciado pelo aumento da dotação para imparidades e provisões, pelos menores volumes de negócio, pelas baixas taxas de juros e pela elevada concorrência na captação de depósitos. No final de 2012 o BBVA registou um Resultado Líquido negativo de 58 milhões de euros.

Conta de Resultados	31-Dez-12	31-Dez-11	Var.%
(+) Juros e rendimentos similares	213.556	270.515	-21,1%
(-) Juros e encargos similares	155.778	186.638	-16,5%
(=) Margem Financeira	57.778	83.877	-31,1%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	464	491	-5,4%
(+) Result.Serviços e Comissões	32.176	33.175	-3,0%
(+) Outros Resultados Exploração	10.913	25.703	-57,5%
(=) Produto Bancário	101.331	143.246	-29,3%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	72.203	111.216	-35,1%
(-) Amortizações	5.554	4.304	29,1%
(-) Provisões, Imparidade e Correc.de Valor	79.463	45.347	75,2%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	-55.889	-17.621	217,2%
(-) Impostos s/lucros	2.148	-375	-672,6%
(-) Impostos correntes	3.651	6.826	-46,5%
(-) Impostos diferidos	-1.503	-7.201	-79,1%
(=) Resultado Líquido	-58.037	-17.246	236,5%

Margem Financeira

Em 2012 assistiu-se a uma evolução negativa da Margem Financeira que atingiu 57,8 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 26,1 milhões, menos 31,1%, quando comparado com 2011. O encarecimento na obtenção de recursos no mercado, reflexo da intensificação da concorrência na captação de depósitos, e da redução provocada pelo efeito volume no crédito pelo necessário processo de desalavancagem, conduziu a este decréscimo da margem financeira.

A Margem Financeira permanece como a principal componente de obtenção de resultados, com um peso relativo de 57,0%,

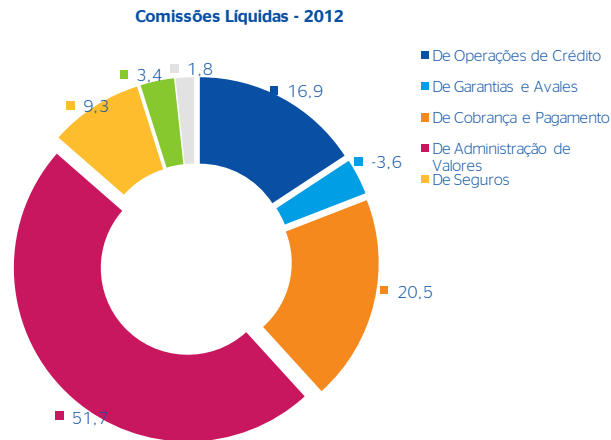
Comissões

As comissões, que ascenderam a 32,2 milhões de euros, apresentaram um valor ligeiramente inferior ao do ano anterior, menos 3,0%.

Unidade: milhares de euros

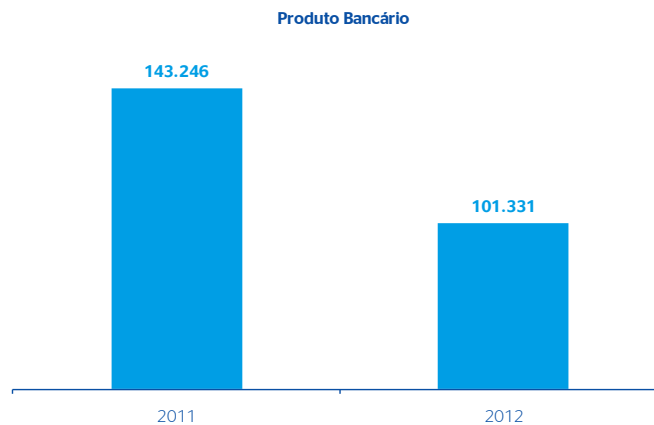
COMISSÕES LÍQUIDAS	2012	2011	Var (%)
De Operações de Crédito	4.971	4.709	5,6
De Garantias e Avais	-1.065	46	n.a.
De Cobrança e Pagamento	6.047	6.664	-9,3
De Administração de Valores	17.936	16.228	10,5
De Seguros	2.750	2.732	0,7
De Manutenção de Contas	993	1.385	-28,3
Outras	543	1.411	-61,5
Total	32.176	33.175	-3,0

De referir que, apesar da redução na concessão de crédito, a adopção de um preçário correcto permitiu que as comissões de Operações de Crédito apresentassem um desempenho favorável, crescendo 5,6%. De salientar igualmente o bom comportamento das comissões de Administração de Valores que, em conjunto com as anteriores representam 68,6% do total das comissões cobradas e que aumentaram 10,5%.

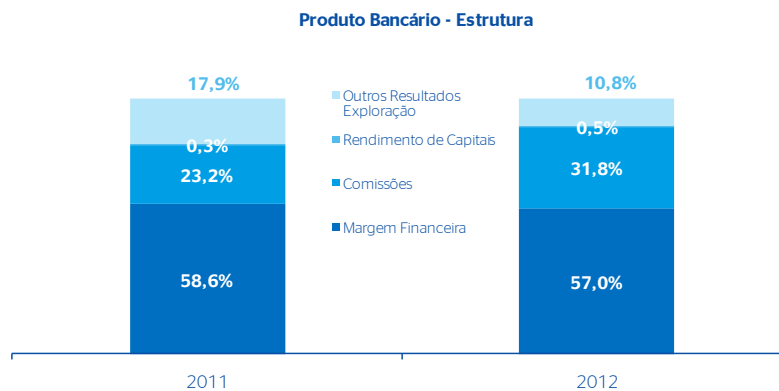


Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 101.331 milhares de euros, valor que representa uma evolução negativa face a 2011, menos 29,3%.



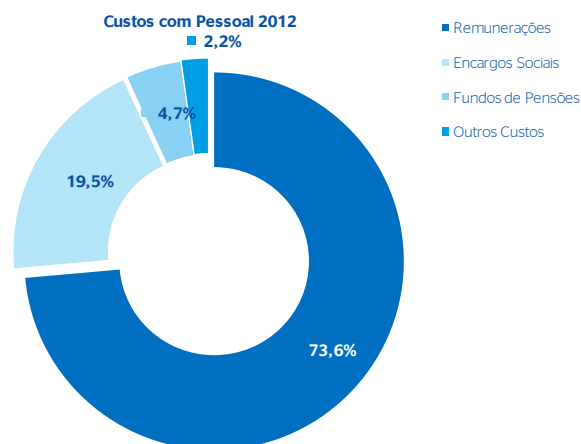
Esta evolução traduziu o comportamento menos positivo da Margem Financeira e a evolução da componente Outros Resultados de Exploração, que sofreu uma queda de 57,5%, em virtude desta componente em 2011 englobar o resultado da venda do edifício sede, no montante de 21,1 milhões de euros. Sem este efeito não recorrente, a evolução do Produto Bancário seria negativa em 17%.



Custos de Estrutura

Os Custos de Estrutura elevaram-se a 77,8 milhões de euros, menos 32,7 % do que em 2011. Mesmo excluindo o efeito de base do processo de reorganização do quadro de colaboradores, no valor de 15,1 milhões de euros e da transferência para a Segurança Social de parte das responsabilidades com pensões em pagamento, no valor de 14,3

milhões de euros, ocorrido em 2011, os custos de estrutura teriam sofrido uma redução de 9,7%. Os custos com pessoal, corrigidos desse efeito base não recorrente, diminuiriam 11,8% fixando-se em 44,2 milhões de euros.



Os Outros Custos Administrativos também sofreram uma correcção assinalável, totalizando 28 milhões de euros, menos 7,4% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2012	%	2011	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	1.720	6,1	1.949	6,4	-11,7
Rendas e Alugueres	4.676	16,7	3.129	10,4	49,4
Comunicações, Despesas Expedição	2.885	10,3	3.245	10,7	-11,1
Deslocações Estrang. e representação	490	1,8	913	3,0	-46,3
Publicidade e Publicações	1.242	4,4	2.206	7,3	-43,7
Avenças e Honorários	627	2,2	599	2,0	4,6
Conservação e Reparação	1.221	4,4	874	2,9	39,7
Seguros	504	1,8	434	1,4	16,2
Judiciais, Contencioso, Notariado	324	1,2	539	1,8	-39,9
Informática e Trabalhos Especializados	5.588	20,0	8.384	27,7	-33,3
Outros serviços de Terceiros	8.694	31,1	7.951	26,3	9,3
Total	27.972	100	30.223	100	-7,4

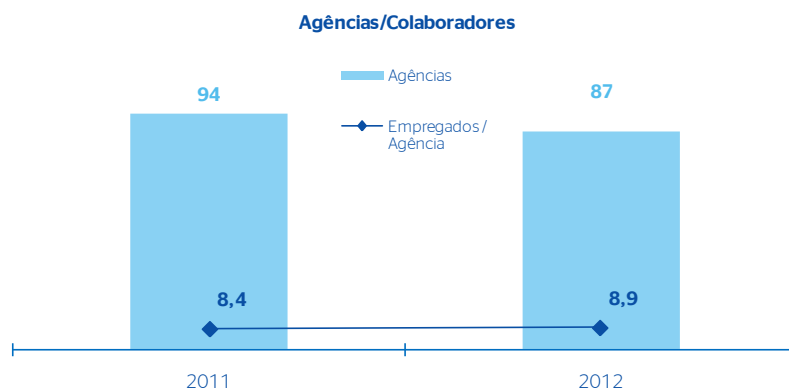
Apesar da evolução do produto bancário, a diminuição significativa dos Custos de Estrutura conjugada com o efeito base atrás referido permitiu uma melhoria no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos, que se fixou em 76,7%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 71,3%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2012	%	2011	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	44.231	56,9	80.993	70,1	-45,4
Outros Custos Administrativos (b)	27.972	36,0	30.223	26,2	-7,4
Custos de Funcionamento (a+b)	72.203	92,9	111.216	96,3	-35,1
Amortizações (c)	5.554	7,1	4.304	3,7	29,1
Custos de Estrutura (a+b+c)	77.757	100,0	115.520	100,0	-32,7
Custos de Pessoal em % Produto Bancário ^(*)	43,7		56,5		
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	71,3		77,6		
Custos de Estrutura em % Produto Bancário ^(*)	76,7		80,6		

(*) Calculado de acordo com a instrução nº16/2004.

A política de reestruturação de recursos humanos traduziu-se numa diminuição do número de funcionários em 2,3%, fixando o seu número, no final de 2012, em 773. O número de agências diminuiu 7,4% o que implicou um ligeiro aumento do número de colaboradores por Agência.



O Resultado Líquido em 2012 foi negativo em 58 milhões de euros.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de -16,45%, valor que compara com -6,09% no período homólogo. Por sua vez, a Rentabilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de -0,84% em 2012 face a -0,23% em 2011.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2012 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

RENTABILIDADE	%	
	2012	2011
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	-16,45	-6,09
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	1,52	1,86
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	-0,84	-0,23

O ano de 2012 foi um ano muito exigente para Portugal e para a banca, que continuam condicionados pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). A recessão económica superior à esperada e o desemprego em níveis historicamente elevados condicionaram a actividade e os resultados da banca.

Em 2013 o BBVA pretende continuar a apostar, como referiu o presidente do grupo, numa cultura de inovação contínua, assente na integridade, transparência e prudência nas relações com os clientes.

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração



Lisboa, de 14 de Fevereiro de 2013



10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas: 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2012, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 253.332.454 acções, correspondendo a 52,7775946% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 226.667.396 acções, correspondendo a 47,2223742% do capital social da sociedade.

Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)

1. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio encontra-se detalhadamente descrito no ponto 5. Do Relatório de Gestão.

2. Estratégias e Objectivos

As estratégias e os objectivos estão igualmente contemplados no ponto 5. Do Relatório de Gestão. Não existem, no BBVA, operações de titularização.

No Relatório de Gestão, no capítulo 8. é apresentada uma análise pormenorizada da actividade e resultados do BBVA em 2012.

3,4 e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 5., 6. e 8. do Relatório de Gestão, bem como na Nota 3. do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

2. Riscos e Gestão de Riscos

6 e 7. Descrição, natureza e práticas de gestão de risco

No ponto 6.4 do Relatório de Gestão, bem como na Nota 41. do Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um conjunto de informação que descreve as práticas de gestão de risco, sua monitorização e controlo.

3. Impacto do período de Turbulência Financeira nos Resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

O exercício de 2012 foi marcado por uma forte recessão económica com inevitável impacto negativo no negócio bancário, ainda confrontado com o cumprimento dos objectivos estabelecidos pelo PAEF, nomeadamente ao nível do capital e da liquidez, num contexto de quebra de actividade, custos acrescidos de obtenção de recursos, dificuldade de acesso aos mercados financeiros e deterioração da qualidade dos activos, com reflexo inevitável sobre a rentabilidade.

No BBVA, a contracção económica, associada ao necessário processo de desalavancagem, com a conseqüente diminuição de concessão de crédito, e a concorrência na captação de recursos, exerceram um efeito negativo sobre a margem financeira, quer pelo efeito volume, quer pelo efeito preço. O agravamento do incumprimento, apesar da prudência e avaliação rigorosa da carteira, conduziu ao aumento da imparidade, com conseqüências negativas sobre a rentabilidade.

No ponto 8. do Relatório de Gestão é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e dos resultados do Banco e do impacto do período de turbulência financeira.

9., 10., 11., 12., 13., 14., 15.

Não aplicável

4. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16., 17., 18., 19., 20., 21.

Não aplicável

5. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos Estruturados

A política de classificação destes produtos está desenvolvida na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável

24 e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras são descritas as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

6. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira do BBVA baseiam-se na transparência, obedecendo a todos os requisitos de natureza regulamentar.

De entre a informação disponibilizada salienta-se o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2012		31-12-2011		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2012	31-12-2011
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	43.061	-	43.061	88.783	Recursos de bancos centrais	19	352.545	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	37.741	-	37.741	47.807	Passivos financeiros detidos para negociação	8	82.699	73.149
Activos financeiros detidos para negociação	7	91.876	-	91.876	87.776	Recursos de outras instituições de crédito	20	2.989.965	3.384.379
Activos financeiros disponíveis para venda	10	27.938	614	27.324	124.842	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	2.281.460	3.220.504
Aplicações em instituições de crédito	11	200.648	-	200.648	108.932	Derivados de cobertura	8	19.482	20.237
Crédito a clientes	12	5.758.771	225.603	5.533.168	6.457.513	Provisões	22	6.194	5.321
Derivados de cobertura	8	1.935	-	1.935	1.924	Passivos por impostos correntes	16	-	1.191
Activos não correntes detidos para venda	13	332	-	332	22	Passivos por impostos diferidos	16	41	99
Outros activos tangíveis	14	123.984	78.400	45.584	47.014	Outros passivos	23	49.126	41.536
Activos intangíveis	15	17.288	4.720	12.568	7.318	Total do passivo		<u>5.781.512</u>	<u>6.746.416</u>
Activos por impostos correntes	16	1.498	-	1.498	296	Capital	25	480.000	430.000
Activos por impostos diferidos	16	50.114	-	50.114	51.039	Prémios de emissão	25	7.008	7.008
Outros activos	17	97.664	14.816	82.848	73.651	Reservas de reavaliação	26	(74.894)	(79.583)
						Outras reservas e resultados transitados	26	(6.892)	10.322
						Resultado consolidado do exercício	26	(58.037)	(17.246)
						Total do capital próprio		<u>347.185</u>	<u>350.501</u>
Total do activo		<u>6.452.850</u>	<u>324.153</u>	<u>6.128.697</u>	<u>7.096.917</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>6.128.697</u>	<u>7.096.917</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares	27	213.556	270.515
Juros e encargos similares	28	(155.778)	(186.638)
Margem financeira		<u>57.778</u>	<u>83.877</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	29	464	491
Rendimentos de serviços e comissões	30	39.870	42.770
Encargos com serviços e comissões	30	(7.694)	(9.595)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	916	(3.118)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	1.817	1.180
Resultados de reavaliação cambial	33	1.637	129
Resultados de alienação de outros activos	34	(476)	21.105
Outros resultados de exploração	35	7.019	6.407
Produto bancário		<u>101.331</u>	<u>143.246</u>
Custos com pessoal	36	(44.231)	(80.993)
Gastos gerais administrativos	37	(27.972)	(30.223)
Amortizações do exercício	14 e 15	(5.554)	(4.304)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	22	(1.368)	(776)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(71.668)	(40.670)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(6.427)	(3.901)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>(55.889)</u>	<u>(17.621)</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	16	(3.651)	(6.826)
Diferidos	16	1.503	7.201
		<u>(2.148)</u>	<u>375</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>(58.037)</u>	<u>(17.246)</u>
Resultado por acção básico		<u>(0,12)</u>	<u>(0,04)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total	
				Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (<i>Proforma</i>)	280.000	7.008	(72.082)	19.568	11.839	(15.118)	16.289	(7.061)	224.154
Aumento de capital	150.000	-	-	-	-	-	-	-	150.000
Aplicação do resultado do exercício de 2010:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	204	-	(7.265)	(7.061)	7.061	-
Transferência entre reservas de reavaliação e resultados transitados	-	-	(1.093)	-	-	1.093	1.093	-	-
Outros	-	-	(3)	-	-	1	1	-	(2)
Rendimento integral de 2011	-	-	(6.405)	-	-	-	-	(17.246)	(23.651)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	430.000	7.008	(79.583)	19.772	11.839	(21.289)	10.322	(17.246)	350.501
Aumento de capital	50.000	-	-	-	-	-	-	-	50.000
Aplicação do resultado do exercício de 2011:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	(17.246)	(17.246)	17.246	-
Transferência entre reservas de reavaliação e resultados transitados	-	-	(18)	-	-	18	18	-	-
Outros	-	-	(297)	-	-	14	14	-	(283)
Rendimento integral de 2012	-	-	5.004	-	-	-	-	(58.037)	(53.033)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	480.000	7.008	(74.894)	19.772	11.839	(38.503)	(6.892)	(58.037)	347.185

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido consolidado do exercício	<u>(58.037)</u>	<u>(17.246)</u>
Ganhos e perdas actuariais e financeiras relativos a benefícios pós-emprego (Nota 18)	239	649
Activos financeiros disponíveis para venda		
. Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	6.777	(9.935)
. Impacto fiscal	(2.012)	2.881
	<u>4.765</u>	<u>(7.054)</u>
Total	<u>5.004</u>	<u>(6.405)</u>
Rendimento integral do exercício	<u>(53.033)</u>	<u>(23.651)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	259.438	303.315
Pagamentos de juros e comissões	(162.402)	(190.625)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores (Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(74.464)	(130.419)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	11.495	30.751
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>28.395</u>	<u>7.709</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	10.528	8.688
Derivados de cobertura (justo valor positivo)	2.148	380
Activos financeiros disponíveis para venda	102.988	(2.393)
Aplicações em instituições de crédito	(92.335)	161.263
Crédito a clientes	848.753	627.194
Outros activos	(12.309)	(22.009)
	<u>859.773</u>	<u>773.123</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(6.419)	460
Derivados de cobertura (justo valor negativo)	(5.331)	3.980
Recursos de outras instituições de crédito	(389.308)	(688.812)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(939.560)	(72.886)
Recursos de bancos centrais	350.000	
Outros passivos	6.596	(14.147)
	<u>(984.022)</u>	<u>(771.405)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(95.854)</u>	<u>9.427</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(10.398)	1.523
Recebimentos de dividendos	464	491
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(9.934)</u>	<u>2.014</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	50.000	150.000
Reembolso de passivos subordinados	-	(150.000)
Juros de passivos subordinados	-	(6.175)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>50.000</u>	<u>(6.175)</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(55.788)	5.266
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	136.590	131.324
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	80.802	136.590

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários em Portugal.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é detido pelo Grupo BBVA, pelo que as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere. O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 87 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2012 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para aprovação em Assembleia Geral em 14 de Fevereiro de 2013. Estas demonstrações financeiras encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.1.1 Alteração ocorrida em 2011 na política contabilística referente aos desvios actuariais e financeiros

Durante o exercício de 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de tratamento dos desvios actuariais e financeiros relacionados com os benefícios pós-emprego dos empregados – Plano de benefícios definidos, por entender que o reconhecimento imediato dos mesmos em capitais próprios possibilita uma leitura mais adequada das demonstrações financeiras e uma informação mais fiável e relevante sobre os efeitos dos desvios actuariais e financeiros na posição financeira e performance do Banco.

Até 31 de Dezembro de 2010, inclusivé, o Banco utilizava o método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19 – Benefícios a Empregados, para o reconhecimento dos desvios actuariais e financeiros relacionados com os benefícios pós-emprego dos empregados – Plano de benefícios definidos. De acordo com este método, o Banco reconhecia o valor acumulado líquido (após 1 de Janeiro de 2005) dos desvios actuariais e financeiros no balanço como um activo ou passivo, sendo estabelecido um corredor para absorver as perdas e ganhos actuariais e financeiros acumulados que não excedessem o maior de entre: (i) 10% do valor actual das responsabilidades com serviços passados; ou (ii) 10% do valor dos activos do fundo de pensões. Os desvios actuariais e financeiros superiores ao limite do corredor eram amortizados em resultados durante o período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Conforme referido anteriormente, no exercício de 2011, o Banco alterou esta política contabilística e passou a utilizar o método de reconhecimento das perdas e ganhos actuariais e financeiros directamente nos capitais próprios (rendimento integral) no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais e financeiros teve os seguintes impactos:

	Total de capital próprio, incluindo resultado do exercício	
	31/12/2010	01/01/2010
Saldos de acordo com as contas estatutárias	295.963	243.876
Alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais e financeiras	(71.809)	(52.855)
Saldos após reexpressão das demonstrações financeiras (proforma)	224.154	191.021

Em 1 de Janeiro de 2010, o valor do Corredor ascendia a 52.855 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo do Corredor ascendia a 71.809 mEuros.

De acordo com o Orçamento Geral de Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a Planos de Pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, não concorrem para os limites anuais estabelecidos no artigo 43º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, sendo dedutíveis para efeitos fiscais, em partes iguais, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012 e nos 9 períodos de tributação seguintes. Em 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, os impostos diferidos activos relativos à variação negativa na situação líquida decorrente da alteração da política contabilística não registados ascendem a 15.328 mEuros e 20.825 mEuros, respectivamente, tendo em consideração as projecções do Banco relativamente aos lucros tributáveis nos próximos anos.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo, entre outros, a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O “goodwill” corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O “goodwill” é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o “goodwill” gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas. Desta forma, o Banco não mantém qualquer “goodwill” registado nas suas contas.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos na categoria de activos financeiros acima referida. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

São fornecidos por esse órgão preços (bid prices) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no activo e passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. O justo valor positivo e negativo é registado nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Crédito a clientes

A imparidade estimada resulta da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o respectivo cash-flow esperado actualizado, sendo utilizadas as taxas de juro em vigor dos créditos para efeitos do desconto financeiro.

O cálculo das perdas por imparidade foi efectuado segundo duas metodologias complementares, existindo operações de crédito sujeitas a análise individual e operações de crédito sujeitas a análise colectiva.

Para efeitos da análise individual foram incluídas as operações de crédito concedido a clientes que apresentavam as seguintes condições:

- Clientes com responsabilidades superiores a 2.500 mEuros;
- Clientes com operações classificadas em Contencioso, cuja responsabilidade pelo acompanhamento pertence à Área de Recuperações;
- Todos os clientes que estejam classificados pelo Banco no sistema de acompanhamento como “A reduzir” ou “A eliminar” por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade e com responsabilidades iguais ou superiores a 300 mEuros; e
- Clientes com operações em incumprimento e com responsabilidades iguais ou superiores a 300 mEuros.

Para as operações de crédito sujeitas a análise individual, as perdas por imparidade foram apuradas tendo em consideração o “cash-flow” esperado, o qual corresponde ao somatório dos “cash-flow’s” estimados futuros, incluindo os relativos a operações vencidas, corrigidos por factores de recuperação esperados e tendo em conta o período estimado de recuperação (meses), descontados à taxa de juro actual dos contratos.

As operações não incluídas na análise individual, bem como as operações para as quais não sejam apuradas perdas por imparidade na análise individual, são analisadas de forma colectiva. Para estas é calculado o “cash-flow” esperado actualizado, tendo por base comportamentos históricos de incumprimento.

Para este efeito, a carteira de crédito concedido foi segmentada da seguinte forma:

- i) Empresas
 - Banca corporativa
 - Banca comercial
 - Banca hipotecária
 - Leasing
 - Banca institucional
 - Vigilância especial
 - Instituições financeiras

- ii) Particulares
 - Crédito à habitação
 - Crédito ao consumo, incluindo cartões de crédito
 - Crédito ao consumo – outros fins hipotecários
 - Crédito ao consumo – outros fins
 - Vigilância especial

- iii) Operações extrapatrimoniais
 - Garantias e avales prestados
 - Compromissos irrevogáveis
 - Créditos documentários

A evidência de imparidade no Grupo BBVA Portugal está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, por exemplo:
 - Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

Se existir evidência de que o Grupo BBVA Portugal incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo BBVA Portugal abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”. O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. Entenda-se por valor recuperável o maior entre o justo valor deduzido de custos a incorrer da venda e valor de uso (valor actual dos “cash-flows” futuros esperados num activo ou unidade geradora de caixa). As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos por recuperações de créditos são registados na rubrica “Outros activos”, dado que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica "Juros e encargos similares".

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

As empresas com sede em Portugal encontram-se sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). Até 31 de Dezembro de 2011, todas as empresas do Grupo BBVA Portugal foram tributadas individualmente. As Sucursais Financeiras Exteriores da Madeira beneficiaram, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o Banco passou a ser tributado em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), assim como as suas participadas, com sede e direcção efectiva em território português, nas quais detém, de forma directa ou indirecta, uma participação igual ou superior a 90%, e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as empresas incluídas no perímetro de aplicação do RETGS, à qual será aplicável a taxa de IRC acrescida das respectivas Derramas.

A dedução dos prejuízos fiscais reportáveis apurados pelas referidas empresas em exercícios anteriores ao do início da aplicação do RETGS depende da verificação das condições previstas no artigo 71.º do Código do IRC, ou seja, só podem ser deduzidos ao lucro tributável agregado até ao limite do lucro tributável da empresa a que respeitam.

De referir que, com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do lucro tributável, sendo esta limitação aplicável à dedução, a partir de 1 de Janeiro de 2012, dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores. O lucro tributável do Grupo é calculado pela sociedade dominante (o Banco), através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais, de cada uma das sociedades incluídas no perímetro de consolidação.

A opção por este regime conduz a que o Banco tenha a responsabilidade de, enquanto sociedade dominante, efectuar o pagamento do imposto corrente sobre lucros.

Por opção do Grupo, o gasto / rendimento com imposto sobre rendimento é reconhecido na esfera individual das participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras individuais, sendo os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação do RETGS apropriados pelo Banco, enquanto sociedade dominante.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 3 de Dezembro), de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

Com a publicação da Lei n.º 12 - A /2010, de 30 de Junho, foi introduzida a Derrama Estadual, a qual tributava a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 mEuros à taxa de 2,5%.

Contudo, a Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, nos exercícios de 2012 e de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 mEuros.

Neste sentido, no exercício de 2012, sobre a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 mEuros, incide a taxa adicional de 3%, a título de Derrama Estadual, sendo que sobre a parte do lucro tributável superior a 10.000 mEuros incide a taxa de 5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Banco encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. O Banco dispõe de projecções relativas aos lucros tributáveis futuros. Com base nessas projecções, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos diferidos activos não registados devido a dúvidas quanto à existência de lucros tributáveis futuros ascendem a 37.786 mEuros e 22.898 mEuros, respectivamente.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões temporariamente não aceites para efeitos fiscais e valores associados às responsabilidades com pensões.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Conforme referido anteriormente, o Banco utiliza o método de reconhecimento das perdas e ganhos actuariais e financeiros directamente nos capitais próprios (Rendimento integral) no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos directamente em capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação”.

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. Adicionalmente, assume nos termos de políticas internas, compromissos adicionais para com um conjunto de trabalhadores e reformados.

Em 7 de Dezembro de 2010 foi apresentado ao Instituto de Seguros de Portugal um projecto de extinção de quotas-partes da BBVA Gest e BBVA Fundos junto do Fundo de Pensões Grupo BBVA Portugal, o qual foi aprovado em 23 de Dezembro de 2010 pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º e no n.º 6 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro.

A extinção em causa teve como origem a constatação de que, sendo os trabalhadores afectos a cada uma das sociedades gestoras, trabalhadores com vínculo laboral exclusivo ao BBVA Portugal, cedidos às sociedades, a existência das quotas-partes de cada uma das sociedades era dispensável, sendo o BBVA responsável pelos custos laborais dos seus trabalhadores, incluindo nestes o financiamento do plano de pensões que os abrange. A operação foi efectuada, por simplificação, com referência a 1 de Janeiro de 2010, tendo nessa data as responsabilidades com pensões relativas aos empregados da BBVA Gest e BBVA Fundos sido transferidas para o BBVA Portugal, bem como as respectivas quotas-partes do Fundo de Pensões. De referir que as responsabilidades se encontravam integralmente cobertas pelas respectivas quotas-partes do Fundo de Pensões, pelo que esta transferência não apresentou qualquer impacto em resultados ou capitais próprios para o Banco nessa data.

A BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveu o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das “yields” de mercado relativas à dívida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto nestas circunstâncias, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na sua determinação informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações do universo da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Companhia de Seguros Groupama Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e reformas antecipadas, deduzido do rendimento esperado, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

Nos dois últimos exercícios, importa ainda salientar os seguintes aspectos:

Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros referentes à contabilização desta operação em 2010, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. A partir de 2011, o Banco passou a suportar a Taxa Social Única relativamente a estes colaboradores. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (Decreto Lei nº127/2011), define que a Segurança Social é responsável pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com o Decreto-Lei 127/2011, o Banco mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- v) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte afectada a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o Decreto-Lei nº 127/2011, as quais foram determinadas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

- Tábua de mortalidade população masculina: TV 73/77 menos 1 ano
- Tábua de mortalidade população feminina: TV 88/90
- Taxa técnica actuarial (desconto): 4%

O Banco optou por transmitir a totalidade dos activos sob a forma de numerário.

A transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas determinado com base em pressupostos actuariais definidos pelo Banco e os previstos no Decreto-Lei nº 127/2011 foi registada na rubrica de resultados "Custos com o pessoal" (Notas 18 e 36), dado que esta operação configura uma liquidação parcial nos termos definidos pela IAS 19 – Benefícios a empregados. O Banco não registou quaisquer impactos adicionais decorrentes desta operação.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais relativos a estas responsabilidades não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 30).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento.

2.17. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as apresentadas de seguida:

Continuação do apoio concedido pelo Grupo BBVA ao BBVA Portugal em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

O BBVA Portugal financia a sua actividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto da casa-mãe. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo em conta a intenção do Grupo BBVA de continuar a apoiar o BBVA Portugal através da concessão de financiamento.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à taxa de desconto, à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das referidas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis. Desta forma, tendo em consideração as incertezas quanto à existência de lucros tributáveis futuros, o Banco, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não registou impostos diferidos activos no montante de 37.786 mEuros e 22.898 mEuros, respectivamente.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. Na Nota 40 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentada a fonte utilizada pelo Banco no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Determinação das perdas por imparidade relativas a activos fixos tangíveis afectos à actividade

O Banco analisa periodicamente o valor recuperável dos activos tangíveis para efeitos de determinação das perdas por imparidade, sendo o valor de uso estimado com base nas projecções dos “cash-flows futuros” esperados dos activos / unidades geradoras de caixa.

2.18. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2012, o Banco adoptou a emenda à IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”, que vem exigir um maior número de divulgações relativamente às transferências de activos financeiros. A adopção desta emenda no caso do Banco não requereu divulgações adicionais.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) - “Apresentação de demonstrações financeiras” – A emenda à norma inclui algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.
- IAS 12 – Impostos sobre lucros – Recuperação de activos por impostos diferidos (alteração): a revisão desta norma estabelece a presunção que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade por contrapartida de capitais próprios (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma taxa de juro única para cálculo do valor actual das responsabilidades e para o rendimento estimado dos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores”. A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. Esta norma vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades (subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas), nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IFRS 13 – “Mensuração de justo valor” – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. É aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 (alteração) – “Demonstrações financeiras separadas” – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 28 (alteração) “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 (alteração) - “Divulgações de instrumentos financeiros” - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 32 (alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relativos à apresentação de activos e passivos financeiros pelo líquido. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
 - IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa.
 - IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento.
 - IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar relativo ao activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (alterações) – As alterações a estas normas incluem esclarecimentos acerca da obrigação de divulgação de informação comparativa, nomeadamente eliminando a exigência de apresentação de informação comparativa para períodos anteriores ao imediatamente anterior ao período de referência. As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (alterações) – Entidades de investimento – As alterações a estas normas criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adoptadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,00%	Integral
Invesco Management nº 1, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral
Invesco Management nº 2, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Activo líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	21.259	9.385	(729)
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	11.593	11.295	1.092
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	7.562	7.456	96
Invesco Management nº 1, S.A.	8.674	8.532	(580)
Invesco Management nº 2, S.A.	5.335	(11.777)	(1.228)

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,99% na sociedade Invesco Management nº 1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 100% na sociedade Invesco Management nº 2, S.A.. Em 2008, o Banco adquiriu o remanescente, passando a deter 100% da participação nesta Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pela gestão do Banco:

- Retail: Refere-se essencialmente a operações canalizadas pela rede de balcões, nomeadamente operações de concessão de crédito e captação de recursos, e serviços disponibilizados por telefone e Internet de clientes particulares e empresas.
- Corporate: São consideradas neste segmento operações com empresas com volume de negócios igual ou superior a 50 milhões de Euros, ou que pertençam a um grupo que reúna estas condições. Esta actividade é suportada pela rede de balcões e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento de projectos.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes, para a carteira de outras entidades pertencentes ao Grupo BBVA, ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários e de pensões.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2012 e 2011, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2012					
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem financeira	26.555	34.599	1.322	77	(4.775)	57.778
Rendimentos de instrumentos de capital	464	-	-	-	-	464
Resultados de serviços e comissões	10.314	2.096	16.729	2.720	317	32.176
Outros resultados de exploração e outros	4.455	871	4.373	(5)	1.219	10.913
Produto bancário	41.788	37.566	22.424	2.792	(3.239)	101.331
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(48.006)	(14.607)	(5.196)	(1.172)	(3.222)	(72.203)
Amortizações do exercício	(3.226)	(2.034)	(294)	-	-	(5.554)
Provisões e imparidade	(66.092)	(1.304)	-	-	(12.067)	(79.463)
Resultado antes de impostos	(75.536)	19.621	16.934	1.620	(18.528)	(55.889)
Impostos	19.887	(5.200)	(4.487)	(432)	(11.916)	(2.148)
Resultado líquido do exercício	(55.649)	14.421	12.447	1.188	(30.444)	(58.037)
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	91.876	-	-	91.876
Activos financeiros disponíveis para venda	-	3.958	-	-	23.366	27.324
Aplicações em instituições de crédito	88	-	200.560	-	-	200.648
Crédito a clientes	3.963.416	1.510.554	-	-	59.198	5.533.168
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	352.545	352.545
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	82.699	-	-	82.699
Recursos de outras instituições de crédito	2.318.537	916.838	292.436	-	(537.846)	2.989.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.638.242	597.674	-	-	45.544	2.281.460
	2011					
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem financeira	48.636	37.328	1.017	193	(3.297)	83.877
Rendimentos de instrumentos de capital	491	-	-	-	-	491
Resultados de serviços e comissões	10.733	4.426	13.553	4.132	331	33.175
Outros resultados de exploração e outros	4.715	361	(1.154)	10	21.771	25.703
Produto bancário	64.575	42.115	13.416	4.335	18.805	143.246
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(59.963)	(12.037)	(7.455)	(1.277)	(30.484)	(111.216)
Amortizações do exercício	(2.528)	(1.461)	(315)	-	-	(4.304)
Provisões e imparidade	(40.250)	(358)	-	-	(4.739)	(45.347)
Resultado antes de impostos	(38.166)	28.259	5.646	3.058	(16.418)	(17.621)
Impostos	10.202	(7.489)	(1.496)	(816)	(26)	375
Resultado líquido do exercício	(27.964)	20.770	4.150	2.242	(16.444)	(17.246)
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	87.776	-	-	87.776
Activos financeiros disponíveis para venda	-	107.093	-	-	17.749	124.842
Aplicações em instituições de crédito	87	13.500	85.744	-	9.601	108.932
Crédito a clientes	4.292.423	2.155.367	-	-	9.723	6.457.513
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	73.149	-	-	73.149
Recursos de outras instituições de crédito	2.619.853	1.122.643	173.520	-	(531.637)	3.384.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.663.818	1.153.317	-	-	403.369	3.220.504

A totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Atendendo a que a liquidez tem sido garantida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. em Madrid, em 2012 e 2011, a distribuição dos montantes da rubrica "Recursos de outras instituições de crédito – Outros" pelos diversos segmentos foi efectuada em função das necessidades de liquidez associadas ao volume de Activo de cada segmento.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	19.894	21.997
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	23.157	66.744
Juros a receber	10	42
	-----	-----
	43.061	88.783
	=====	=====

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cheques a cobrar	15.079	22.215
Depósitos à ordem		
· No país	187	164
· No estrangeiro	22.475	25.431
	-----	-----
	37.741	47.810
Imparidade (Nota 22)	-	(3)
	-----	-----
	37.741	47.807
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	82.540	74.709
Títulos		
· Instrumentos de capital	9.336	6.891
· Instrumentos de dívida	-	6.176
	-----	-----
	91.876	87.776
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica, excepto derivados, é apresentado no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2012							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
Operações cambiais a prazo								
. Compra	221.256	-	221.256	-	-	-	-	-
. Venda	(223.649)	-	(223.649)					
<i>Swaps</i>								
Taxa de juro				80.015	(78.847)	1.730	(18.770)	(15.872)
. Compra	1.309.605	268.943	1.578.548					
. Venda	(1.309.605)	(268.943)	(1.578.548)					
Cotações				-	(10)	205	(712)	(517)
. Compra	1.236	44.831	46.067					
. Venda	-	(44.831)	(44.831)					
<i>Opções</i>								
Taxa de juro				-	(1.411)	-	-	(1.411)
. Compra	12.535	-	12.535					
. Venda	(11.903)	-	(11.903)					
Cotações				1.260	(1.166)	-	-	94
. Compra	35.831	-	35.831					
. Venda	(35.243)	-	(35.243)					
<i>Contratos de garantia de taxa</i>								
Caps	85.765	-	85.765	1.265	(1.265)	-	-	-
Floors	65.408	-	65.408	-	-	-	-	-
	151.236	-	151.236	82.540	(82.699)	1.935	(19.482)	(17.706)
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
<i>Futuros</i>								
Taxa de juro	2.330	-	2.330	-	-	-	-	-
Cotações	10.064	-	10.064	-	-	-	-	-
	12.394	-	12.394	-	-	-	-	-
	163.630	-	163.630	82.540	(82.699)	1.935	(19.482)	(17.706)

Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor dos swaps contratados com entidades do sector público ascende a 6.653 mEuros. Relativamente a estas operações são contratadas operações de cobertura (exclusivamente numa perspectiva de gestão) com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., cujo justo valor em 31 de Dezembro de 2012 ascende a 6.653 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
Operações cambiais a prazo								
. Compra	310.508	-	310.508					
. Venda	(307.355)	-	(307.355)					
<i>Sw aps</i>								
Taxa de juro				71.215	(69.817)	1.919	(19.666)	(16.349)
. Compra	1.765.240	727.946	2.493.186					
. Venda	(1.765.240)	(727.946)	(2.493.186)					
Cotações				57	(18)	5	(571)	(527)
. Compra	907	42.633	43.540					
. Venda	-	(42.633)	(42.633)					
<i>Opções</i>								
Taxa de juro								
. Compra	13.000	-	13.000					
. Venda	(12.572)	-	(12.572)					
Cotações				1.414	(1.291)	-	-	123
. Compra	42.899	-	42.899					
. Venda	(42.272)	-	(42.272)					
<i>Contratos de garantia de taxa</i>								
Caps	109.666	-	109.666	2.023	(2.023)	-	-	-
Floors	87.744	-	87.744	-	-	-	-	-
	<u>202.525</u>	<u>-</u>	<u>202.525</u>	<u>74.709</u>	<u>(73.149)</u>	<u>1.924</u>	<u>(20.237)</u>	<u>(16.753)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
<i>Futuros</i>								
Taxa de juro	2.225	-	2.225	-	-	-	-	-
Cotações	7.821	-	7.821	-	-	-	-	-
	<u>10.046</u>	<u>-</u>	<u>10.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>212.571</u>	<u>-</u>	<u>212.571</u>	<u>74.709</u>	<u>(73.149)</u>	<u>1.924</u>	<u>(20.237)</u>	<u>(16.753)</u>

Os futuros apresentam liquidação financeira diária, pelo que, o seu saldo de balanço é nulo. Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor das operações cambiais a prazo encontra-se registado na rubrica "Outros passivos - Outras contas de regularização – Outras operações a regularizar", ascendendo a 2.480 mEuros (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2012, encontram-se registadas na rubrica "Crédito a clientes - Imparidade" 3.534 mEuros para fazer face ao risco de crédito associado a operações de instrumentos financeiros derivados (Nota 12).

Em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor das operações cambiais a prazo encontra-se registado na rubrica "Outros activos - Outras contas de regularização - Operações activas a regularizar", ascendendo a 3.062 mEuros (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

	2012					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	111.105	19.672	36.762	53.717	-	221.256
. Venda	(112.363)	(19.893)	(37.102)	(54.291)	-	(223.649)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	-	-	11.067	432.156	1.135.325	1.578.548
. Venda	-	-	(11.067)	(432.156)	(1.135.325)	(1.578.548)
Cotações						
. Compra	7.246	2.990	-	35.831	-	46.067
. Venda	(6.500)	(2.500)	-	(35.831)	-	(44.831)
Opções						
Taxa de juro						
. Compra	-	-	-	12.535	-	12.535
. Venda	-	-	-	(11.903)	-	(11.903)
Cotações						
. Compra	-	-	-	35.831	-	35.831
. Venda	-	-	-	(35.243)	-	(35.243)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	-	85.765	85.765
Floors	-	-	-	-	65.408	65.408
	(512)	269	(340)	646	151.173	151.236
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro	2.330	-	-	-	-	2.330
Cotações	10.064	-	-	-	-	10.064
	12.394	-	-	-	-	12.394
	11.882	269	(340)	646	151.173	163.630

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2011					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	287.371	15.401	7.736	-	-	310.508
. Venda	(285.060)	(14.931)	(7.364)	-	-	(307.355)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	41.643	467.827	100.055	1.107.857	775.804	2.493.186
. Venda	(41.643)	(467.827)	(100.055)	(1.107.857)	(775.804)	(2.493.186)
Cotações						
. Compra	907	6.000	16.942	19.691	-	43.540
. Venda	-	(6.000)	(16.942)	(19.691)	-	(42.633)
Opções						
Taxa de juro						
. Compra	-	-	-	13.000	-	13.000
. Venda	-	-	-	(12.572)	-	(12.572)
Cotações						
. Compra	-	6.000	16.942	19.957	-	42.899
. Venda	-	(5.923)	(16.804)	(19.545)	-	(42.272)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	20.000	-	-	69.827	19.839	109.666
Floors	20.000	-	-	67.744	-	87.744
	<u>43.218</u>	<u>547</u>	<u>510</u>	<u>138.411</u>	<u>19.839</u>	<u>202.525</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro						
	2.225	-	-	-	-	2.225
Cotações						
	7.821	-	-	-	-	7.821
	10.046	-	-	-	-	10.046
	<u>53.264</u>	<u>547</u>	<u>510</u>	<u>138.411</u>	<u>19.839</u>	<u>212.571</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações cambiais a prazo - Compra		
. Instituições financeiras	207.855	270.936
. Clientes - Sector privado	13.401	39.572
	<u>221.256</u>	<u>310.508</u>
Operações cambiais a prazo - Venda		
. Instituições financeiras	(210.335)	(267.967)
. Clientes - Sector privado	(13.314)	(39.388)
	<u>(223.649)</u>	<u>(307.355)</u>
Sw aps de taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	985.856	1.618.474
. Clientes:		
- Sector privado	540.182	816.865
- Sector público	52.509	57.847
	<u>1.578.547</u>	<u>2.493.186</u>
Sw aps de taxa de juro - Venda		
. Instituições financeiras	(985.856)	(1.618.474)
. Clientes:		
- Sector privado	(540.182)	(816.865)
- Sector público	(52.509)	(57.847)
	<u>(1.578.547)</u>	<u>(2.493.186)</u>
Sw aps de cotações - Compra		
. Instituições financeiras	46.067	43.540
Sw aps de cotações - Venda		
. Instituições financeiras	(44.831)	(42.633)
Opções de taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	12.535	13.000
Opções de taxa de juro - Venda		
. Clientes - Sector privado	(11.903)	(12.572)
Opções de cotações - Compra		
. Instituições financeiras	35.831	42.899
Opções de cotações - Venda		
. Clientes - Sector privado	(35.243)	(42.272)
Contratos de garantia de taxa - Caps		
. Instituições financeiras	42.883	54.833
. Clientes - Sector privado	42.882	54.833
	<u>85.765</u>	<u>109.666</u>
Contratos de garantia de taxa - Floors		
. Instituições financeiras	32.704	43.872
. Clientes - Sector privado	32.704	43.872
	<u>65.408</u>	<u>87.744</u>
Futuros		
. Bolsa	12.394	10.046
	<u>163.630</u>	<u>212.571</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)9. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

Tipo de cobertura	2012						
	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura		
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nocional	Reavaliação	Justo valor
(Nota 8)							
<i>Cobertura de justo valor</i>							
Crédito a taxa fixa	191.175	735	13.049	204.959	192.008	(13.883)	(13.883)
Depósitos	98.218	(3.218)	(1.731)	93.269	102.366	(2.094)	(2.090)
Obrigações a taxa fixa	19.400	510	1.164	21.074	19.400	(1.574)	(1.574)
	<u>308.793</u>	<u>(1.973)</u>	<u>12.482</u>	<u>319.302</u>	<u>313.774</u>	<u>(17.551)</u>	<u>(17.547)</u>

Tipo de cobertura	2011						
	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura		
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nocional	Reavaliação	Justo valor
(Nota 8)							
<i>Cobertura de justo valor</i>							
Crédito a taxa fixa	201.007	(115)	11.003	211.895	200.996	(15.074)	(13.258)
Depósitos	527.727	(492)	(1.299)	525.936	530.183	(897)	(3.992)
Obrigações a taxa fixa	39.400	1.085	314	40.799	39.400	532	(1.063)
	<u>768.134</u>	<u>478</u>	<u>10.018</u>	<u>778.630</u>	<u>770.579</u>	<u>(15.439)</u>	<u>(18.313)</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2012	2011
Crédito e outros activos a taxa fixa		
Elemento coberto	1.734	5.143
Instrumento de cobertura	(2.824)	(4.497)
	<u>(1.090)</u>	<u>646</u>
Depósitos		
Elemento coberto	391	(976)
Instrumento de cobertura	(265)	(484)
	<u>126</u>	<u>(1.460)</u>
	<u>(964)</u>	<u>(814)</u>

Em 2012 e 2011, os resultados acima apresentados incluem (966) mEuros e (1.493) mEuros, respectivamente, registados em "Resultados em operações financeiras" (Nota 31) e 1.164 mEuros e 679 mEuros, respectivamente, registados em "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 32).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De residentes		
. De dívida pública portuguesa	17.692	10.415
. Outras obrigações	-	84.580
De não residentes		
. Obrigações estrangeiras	3.959	3.001
. Outras obrigações	-	19.864
<u>Instrumentos de capital</u>	5.766	5.766
	-----	-----
Juros a receber	27.417	123.626
	521	1.830
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	27.938	125.456
	(614)	(614)
	-----	-----
	27.324	124.842
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco detinha dois títulos não cotados de um emitente português do sector da distribuição registados na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda" pelo montante global de 85.314 mEuros, relativamente aos quais reconheceu perdas potenciais de 420 mEuros e ganhos potenciais de 1.039 mEuros, respectivamente, na rubrica de "Reservas de Justo Valor". Para a valorização destes títulos, o BBVA estava a considerar os preços gerados por um modelo interno de valorização desenvolvido pelo BBVA Madrid, que se baseava num cálculo teórico de aplicação da curva de IRS em Euros acrescida de um *spread* que varia consoante o título. O "spread" de crédito foi determinado com base nos spreads de "Credit Default Swaps" de entidades europeias de sectores similares. Em Maio de 2012, estes títulos foram vendidos ao BBVA Ireland PLC gerando uma menos valia de 119 mEuros (Nota 32).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos de capital têm a seguinte composição:

	2012			2011	
	Participação efectiva (%)	Valor bruto de balanço	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido de balanço	Valor líquido de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,83%	3.831	-	3.831	3.831
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,114%	622	(544)	78	78
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,95%	1.241	-	1.241	1.241
Outros		72	(70)	2	2
		-----	-----	-----	-----
		5.766	(614)	5.152	5.152
		-----	-----	-----	-----

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2012 e 2011 na Imparidade é apresentado na Nota 22.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor líquido contabilístico da participação detida na Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A. ascende a 1.241 mEuros. A valorização desta participação corresponde ao valor subjacente à operação de reforço de participação ocorrida em 2010. Em Junho de 2010, o Banco adquiriu 3.510 acções da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A., pelo montante unitário de 65 Euros, passando a deter uma participação no capital social de 0,95%. Em 2012 e 2011, a valorização desta participação manteve-se inalterada.

O movimento ocorrido na rubrica “Reserva de Justo Valor” durante os exercícios de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

Título	31-12-2011			31-12-2012
	Reserva justo valor (Nota 26)	Aumentos	Diminuições	Reserva justo valor (Nota 26)
<u>Instrumentos de dívida</u>				
De residentes				
. De dívida pública portuguesa	(8.174)	5.937	-	(2.237)
. De outras obrigações	(420)	420	-	-
De não residentes				
. Obrigações estrangeiras	3	-	(7)	(4)
. De outras obrigações	(427)	427	-	-
<u>Instrumentos de capital</u>				
. Valorizados ao justo valor	709	-	-	709
	<u>(8.309)</u>	<u>6.784</u>	<u>(7)</u>	<u>(1.532)</u>

Título	31-12-2010 (Proforma)			31-12-2011
	Reserva justo valor	Aumentos	Diminuições	Reserva justo valor (Nota 26)
<u>Instrumentos de dívida</u>				
De residentes				
. De dívida pública portuguesa	120	-	(8.294)	(8.174)
. De outras obrigações	1.039	-	(1.459)	(420)
De não residentes				
. Obrigações estrangeiras	-	3	-	3
. De outras obrigações	(336)	-	(91)	(427)
<u>Instrumentos de capital</u>				
. Valorizados ao justo valor	803	-	(94)	709
	<u>1.626</u>	<u>3</u>	<u>(9.938)</u>	<u>(8.309)</u>

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos		
· no país	2	13.503
Depósitos		
· no estrangeiro	200.520	94.808
· no país	125	-
	-----	-----
	200.646	108.311
	-----	-----
Juros a receber		
· no país	-	587
· no estrangeiro	2	34
	-----	-----
	2	621
	-----	-----
	200.648	108.932
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	200.646	105.218
De três meses a um ano	-	3.093
	-----	-----
	200.646	108.311
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe por contraparte das aplicações em instituições de crédito, pode ser apresentado como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	200.434	94.724
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	13.500
Outros	212	87
	-----	-----
	200.646	108.311
	=====	=====

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.272.798	1.415.174
Créditos em conta corrente	382.333	394.608
Créditos tomados - factoring	77.654	137.151
Operações de locação financeira	153.135	198.560
Outros créditos	3.214	4.970
. Particulares		
Habitação	2.600.128	2.708.408
Outros créditos	106.108	128.661
Crédito ao exterior	426.844	596.168
	-----	-----
	5.022.214	5.583.700
Crédito titulado:		
Papel comercial	160.500	438.550
Desconto e outros créditos titulados	53.357	64.442
Dívida não subordinada	238.528	308.144
	-----	-----
	5.474.599	6.394.836
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	13.049	11.317
	-----	-----
	5.487.648	6.406.153
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	9.126	16.861
Crédito titulado	1.185	2.116
Despesas com encargo diferido	20.473	20.816
Receitas com rendimento diferido	(9.160)	(12.412)
	-----	-----
	5.509.272	6.433.534
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	249.499	178.693
	-----	-----
	5.758.771	6.612.227
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	(225.603)	(154.714)
	-----	-----
	5.533.168	6.457.513
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., nos montantes de aproximadamente 1.129.150 mEuros e 53.772 mEuros, respectivamente (1.646.990 mEuros e 457.660 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011). Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento de perdas por imparidade para fazer face ao risco de crédito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Despesas com encargo diferido” inclui 10.043 mEuros e 10.628 mEuros relativos a pagamentos efectuados a mediadores imobiliários no âmbito da angariação de contratos de crédito. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui 7.040 mEuros e 7.072 mEuros relativos à campanha de crédito à habitação lançada pelo Banco, denominada “Adaptamo-nos”, a qual foi concluída em Fevereiro de 2011. No âmbito desta campanha, o Banco entrega aos clientes 200 Euros mensalmente no primeiro ano do crédito à habitação. Os montantes entregues aos clientes encontram-se a ser periodificados ao longo do prazo de vigência dos contratos.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha um financiamento junto do Banco Central Europeu no montante de 350.000 mEuros remunerado a uma taxa anual de 0,75% por um período de 3 anos (Nota 19). Nessa data os empréstimos dados em garantia a esta operação ascendiam a 1.432.351 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Imparidade” inclui 3.534 mEuros referentes a perdas por imparidade registadas para fazer face ao risco de crédito associado a operações de instrumentos financeiros derivados (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido, juros a receber, comissões diferidas e correcções de justo valor, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	827.227	1.245.997
De três meses a um ano	302.056	528.973
De um a dois anos	148.818	279.296
Mais de dois anos	4.196.498	4.340.570
	-----	-----
	5.474.599	6.394.836
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido, juros a receber, comissões diferidas e correcções de justo valor, é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Agricultura	26.952	36.246
Alimentos, bebidas e tabaco	75.002	93.265
Comércio	163.547	330.941
Construção	228.203	284.193
Engenharia	344.000	374.615
Madeira e cortiça	6.688	8.979
Serviços	1.086.881	1.288.137
Têxtil	85.667	29.400
Transportes e comunicações	291.454	307.987
Particulares:		
- Habitação	2.764.218	2.887.037
- Consumo	54.916	61.374
Outros	347.071	692.662
	-----	-----
	5.474.599	6.394.836
	=====	=====

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui viaturas e equipamentos retomados pelo Banco no vencimento de operações de leasing. A expectativa do Banco é de que os mesmos sejam vendidos num prazo inferior a um ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	31-12-2011			Alienações, abates e regularizações		Transferências		Amortizações		31-12-2012				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	do exercício	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Imóveis														
. De serviço próprio	55.063	(18.018)	-	350	(2)	-	(961)	181	(885)	(324)	54.450	(18.722)	(324)	35.404
. Despesas em edifícios arrendados	10.906	(9.467)	-	391	(515)	239	(7)	-	(178)	-	10.775	(9.406)	-	1.369
Activos tangíveis em curso														
. Imóveis de serviço próprio	13	-	-	-	(13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>65.982</u>	<u>(27.485)</u>	<u>-</u>	<u>741</u>	<u>(530)</u>	<u>239</u>	<u>(968)</u>	<u>181</u>	<u>(1.063)</u>	<u>(324)</u>	<u>65.225</u>	<u>(28.128)</u>	<u>(324)</u>	<u>36.773</u>
Equipamento -														
. Mobiliário e material	9.436	(8.623)	-	282	(21)	21	-	-	(303)	-	9.697	(8.905)	-	792
. Máquinas e ferramentas	7.446	(6.440)	-	499	(128)	128	-	-	(426)	-	7.817	(6.738)	-	1.079
. Equipamento informático	22.544	(20.914)	-	633	(2)	2	-	-	(836)	-	23.175	(21.748)	-	1.427
. Instalações interiores	5.908	(4.007)	-	1.230	(93)	41	9	4	(352)	-	7.054	(4.314)	-	2.740
. Material de transporte	2.540	(1.140)	-	89	(87)	16	-	-	(543)	-	2.542	(1.667)	-	875
. Equipamento de segurança	4.475	(4.150)	-	114	-	-	4	-	(108)	-	4.593	(4.258)	-	335
	<u>52.349</u>	<u>(45.274)</u>	<u>-</u>	<u>2.847</u>	<u>(331)</u>	<u>208</u>	<u>13</u>	<u>4</u>	<u>(2.568)</u>	<u>-</u>	<u>54.878</u>	<u>(47.630)</u>	<u>-</u>	<u>7.248</u>
Outros activos tangíveis -														
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
. Outros activos tangíveis	3.034	-	(1.669)	-	-	-	770	-	-	(649)	3.804	-	(2.318)	1.486
	<u>121.442</u>	<u>(72.759)</u>	<u>(1.669)</u>	<u>3.588</u>	<u>(861)</u>	<u>447</u>	<u>(185)</u>	<u>185</u>	<u>(3.631)</u>	<u>(973)</u>	<u>123.984</u>	<u>(75.758)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>45.584</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2010 (<i>Proforma</i>)			Alienações, abates e regularizações		Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 22)	31-12-2011			Valor líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		
				Aquisições									
Imóveis -													
. De serviço próprio	66.970	(21.189)	-	962	(13.156)	4.094	287	(923)	-	55.063	(18.018)	-	37.045
. Despesas em edifícios arrendados	10.751	(9.216)	-	232	(2)	-	(75)	(251)	-	10.906	(9.467)	-	1.439
Activos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	587	-	-	532	-	-	(1.106)	-	-	13	-	-	13
	<u>78.308</u>	<u>(30.405)</u>	<u>-</u>	<u>1.726</u>	<u>(13.158)</u>	<u>4.094</u>	<u>(894)</u>	<u>(1.174)</u>	<u>-</u>	<u>65.982</u>	<u>(27.485)</u>	<u>-</u>	<u>38.497</u>
Equipamento -													
. Mobiliário e material	9.037	(8.404)	-	435	(39)	37	3	(256)	-	9.436	(8.623)	-	813
. Máquinas e ferramentas	7.062	(6.043)	-	388	(4)	3	-	(400)	-	7.446	(6.440)	-	1.006
. Equipamento informático	21.121	(20.479)	-	633	(4)	-	794	(435)	-	22.544	(20.914)	-	1.630
. Instalações interiores	15.440	(12.869)	-	496	(10.125)	9.318	97	(456)	-	5.908	(4.007)	-	1.901
. Material de transporte	2.354	(1.205)	-	1.180	(994)	702	-	(637)	-	2.540	(1.140)	-	1.400
. Equipamento de segurança	4.377	(4.021)	-	98	-	-	-	(129)	-	4.475	(4.150)	-	325
	<u>59.391</u>	<u>(53.021)</u>	<u>-</u>	<u>3.230</u>	<u>(11.166)</u>	<u>10.060</u>	<u>894</u>	<u>(2.313)</u>	<u>-</u>	<u>52.349</u>	<u>(45.274)</u>	<u>-</u>	<u>7.075</u>
Outros activos tangíveis -													
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
. Outros activos tangíveis	3.034	-	(1.432)	-	-	-	-	-	(237)	3.034	-	(1.669)	1.365
	<u>140.810</u>	<u>(83.426)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>4.956</u>	<u>(24.324)</u>	<u>14.154</u>	<u>-</u>	<u>(3.487)</u>	<u>(237)</u>	<u>121.442</u>	<u>(72.759)</u>	<u>(1.669)</u>	<u>47.014</u>

Em 2011, o BBVA alienou o imóvel da sua sede social à Caboliberdade, S.A. (entidade não relacionada com o grupo BBVA) por 31.000 mEuros, tendo registado uma mais-valia de 21.133 mEuros (Nota 34). A venda do imóvel foi efectuada pelo seu valor de mercado, determinado por peritos independentes na data da transacção (ATGM – Avaliação e Consultoria Geral, Lda.). Esta operação contempla ainda o arrendamento do referido imóvel pelo BBVA por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por dois períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato de arrendamento, o Banco detém uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento, pelo respectivo valor de mercado à data, conservando em qualquer circunstância direito de preferência na sua aquisição. Neste contexto, o contrato de arrendamento configura uma locação operacional, de acordo com o definido na norma IAS 17 – Locações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2011			Transferências	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2012		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<i>Activos intangíveis</i>								
Software	7.656	(2.797)	14	36	(1.923)	7.706	(4.720)	2.986
Activos intangíveis em curso	2.459	-	7.159	(36)	-	9.582	-	9.582
	<u>10.115</u>	<u>(2.797)</u>	<u>7.173</u>	<u>-</u>	<u>(1.923)</u>	<u>17.288</u>	<u>(4.720)</u>	<u>12.568</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2010 (Proforma)			Transferências	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2011		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<i>Activos intangíveis</i>								
Software	3.166	(1.980)	-	4.490	(817)	7.656	(2.797)	4.859
Activos intangíveis em curso	3.258	-	3.691	(4.490)	-	2.459	-	2.459
	<u>6.424</u>	<u>(1.980)</u>	<u>3.691</u>	<u>-</u>	<u>(817)</u>	<u>10.115</u>	<u>(2.797)</u>	<u>7.318</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Activos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento. Este software diz respeito aos seguintes projectos:

- (i) Transformação tecnológica da arquitectura informática global do Banco;
- (ii) Sistema de transferências para o estrangeiro;
- (iii) Sistema de débitos directos;
- (iv) Canal *online* para particulares e empresas; e
- (v) Projecto referente à área financeira.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	50.114	51.039
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(41)	(99)
	-----	-----
	50.073	50.940
	=====	=====
Activos por impostos correntes	1.498	296
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(1.191)
	-----	-----
	1.498	(895)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante registado na rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” foi apurado ao abrigo do RETGS, que consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as empresas incluídas no perímetro de aplicação do RETGS, à qual será aplicável a taxa de IRC acrescida das respectivas Derramas.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2010 (profirma)	Variação em resultados	Variação em capitais próprios	Outros	Saldos em 31-12-2011	Variação em resultados	Variação em capitais próprios	Outros	Saldos em 31-12-2012
Provisões	21.331	4.897	-	(133)	26.095	6.159	-	6	32.260
Responsabilidade com pensões	20.776	212	-	(943)	20.045	(4.610)	-	8	15.443
Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Nota 26)	(19)	-	2.853	-	2.834	-	(2.384)	-	450
Liquidação do plano de benefícios definidos (Decreto-Lei nº 1277/2011)	-	2.073	-	-	2.073	(104)	-	-	1.969
Reavaliação de activos fixos tangíveis	(118)	19	-	-	(99)	58	-	-	(41)
Outros	8	-	-	(16)	(8)	-	-	-	(8)
	<u>41.978</u>	<u>7.201</u>	<u>2.853</u>	<u>(1.092)</u>	<u>50.940</u>	<u>1.503</u>	<u>(2.384)</u>	<u>14</u>	<u>50.073</u>

Em 2012 e 2011 foi reconhecido o seguinte impacto fiscal directamente em capitais próprios do Banco:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
. Imposto diferido	(2.384)	2.853
. Imposto corrente	372	28
	-----	-----
	(2.012)	2.881
	=====	=====

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Impostos correntes</u>	3.651	6.826
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(1.503)	(7.201)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	2.148	(375)
	-----	-----
Resultado antes de impostos	(55.889)	(17.621)
	-----	-----
Carga fiscal	n.a.	n.a.
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(55.889)		(17.621)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	(16.208)	29,00%	(5.110)
Contribuição para o sector bancário	(5,54%)	3.095	(17,26%)	3.041
Não activação de impostos diferidos	(25,16%)	14.060	(11,76%)	2.073
Mais-valia não tributada associada à venda do imóvel da sede social do Banc	-	-	17,07%	(3.008)
Artigo 92º do código do IRC e realizações de utilidade social não dedutíveis	-	-	(9,55%)	1.682
Provisões não aceites fiscalmente	(0,60%)	338	(0,62%)	110
Efeito da derrama	(1,21%)	679	-	-
Tributação autónoma	(0,64%)	358	(1,86%)	327
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,48%	(267)	-	-
Outros	(0,17%)	93	(2,89%)	510
	(3,84%)	2.148	2,13%	(375)

Conforme referido na nota 2.10., a determinação da taxa nominal de imposto referente ao exercício de 2011 reflecte o aditamento, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual, no seu nº 1, prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (derrama estadual).

Contudo, a Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, nos exercícios de 2012 e de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 mEuros.

Neste sentido, no exercício de 2012, sobre a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 mEuros, incide a taxa adicional de 3%, a título de Derrama Estadual, sendo que sobre a parte do lucro tributável superior a 10.000 mEuros incide a taxa de 5%. De referir que, dado o carácter transitório das novas regras de cálculo da derrama estadual, que apenas são aplicáveis aos períodos de tributação de 2012 e 2013, as mesmas não foram consideradas na estimativa de impostos diferidos.

Conforme referido anteriormente, em 30 de Março de 2011, foi publicada a Portaria nº 121/2011, que regulamenta a contribuição sobre o sector bancário estabelecida pelo artigo 141º da Lei nº 55-A / 2010, de 31 de Dezembro, bem como as condições de aplicação desta taxa adicional. Em 2012 e 2011, o Banco reconheceu um custo de 3.095 mEuros e 3.041 mEuros, respectivamente relacionado com esta contribuição extraordinária.

Em 2011, a mais-valia fiscal na venda do imóvel sede social do Banco, descrita em maior detalhe anteriormente, apenas foi tributada em 50%, no pressuposto de reinvestimento dessa mais-valia no exercício anterior ao da realização, no próprio exercício ou até ao final do segundo exercício seguinte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos diferidos activos não registados devido a dúvidas quanto à existência de lucros tributáveis futuros ascendem a 37.786 mEuros e 22.898 mEuros, respectivamente, dos quais:

- 19.469 mEuros relativos à alteração da política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais e financeiros (20.825 mEuros em 31 de Dezembro de 2011). Esta alteração é explicada em maior detalhe na nota 2.1.1. A variação negativa na situação líquida decorrente da alteração da política contabilística será dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, em 2012 e nos nove anos seguintes, ao abrigo do artigo 183º do Orçamento de Estado Português de 2012;
- 12.006 mEuros relativos a provisões para crédito constituídas em 2012;
- 4.316 mEuros relativos a prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2012;
- 26 mEuros relativos a prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2011 da Leasimo; e
- 1.969 mEuros relativos aos efeitos da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social (2.073 mEuros em 31 de Dezembro de 2011). De acordo com o Decreto-Lei nº 127/2011, os custos reconhecidos em 2011 em consequência da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social serão dedutíveis para efeitos fiscais, em partes iguais, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012 em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em 2011, o Banco foi objecto de inspecções de âmbito geral aos exercícios de 2008 e de 2009 (último ano objecto de inspecção), tendo sido promovidas determinadas correcções em sede de retenções na fonte de IRS, em sede de IRC (determinados encargos considerados como não fiscalmente dedutíveis em sede deste imposto, entre outras) e de IVA (imposto deduzido referente a imóveis objecto de locação financeira). As liquidações adicionais recebidas pelo Banco relacionadas com tais correcções foram já objecto de pagamento integral.

No que respeita aos exercícios de 2005 a 2007, os mesmos estão encerrados, não havendo quaisquer processos fiscais pendentes quanto a esses exercícios.

Relativamente ao IRC dos exercícios de 2003 e de 2004, o Banco foi alvo de correcção aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente declarados nesses dois exercícios, tendo as autoridades fiscais emitido liquidações adicionais de IRC (por considerar que quer em 2003, quer em 2004, deveriam ter sido apurados lucros tributáveis).

Os valores liquidados adicionalmente a título de IRC e juros compensatórios relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 (os quais não foram objecto de pagamento, tendo pelo Banco sido prestadas as necessárias garantias bancárias para suspender o processo de execução fiscal), foram objecto de contestação, tendo sido apresentada, durante o exercício de 2011, impugnação judicial, a qual se encontra actualmente pendente de análise.

No entendimento do Banco, as liquidações adicionais de IRC referentes a esses dois exercícios não deverão ser consideradas como definitivas, na medida em que, para efeitos do apuramento final do resultado fiscal dos exercícios de 2003 e de 2004, dever-se-ão aguardar pela decisão dos 4 processos fiscais ainda pendentes de decisão (relativos aos exercícios de 2001, 2002 e 2003), os quais têm implicação directa na determinação de tais resultados fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e que não foram objecto de pagamento e, bem assim, a eventuais questões fiscais que possam vir a ser colocadas relativamente aos exercícios ainda não revistos pela administração fiscal. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas provisões ascendiam a 3.003 mEuros e 3.060 mEuros, respectivamente, apresentando a seguinte decomposição por antiguidade:

Ano	2012		2011	
	Montante do imposto reclamado pelas autoridades fiscais	Provisão	Montante do imposto reclamado pelas autoridades fiscais	Provisão
2012	336	336	-	-
2011	412	412	240	240
2010	200	200	200	200
2009	-	-	565	565
2006	374	187	374	187
2004	1.420	1.065	1.420	1.065
2003	1.071	803	1.071	803
	<u>3.813</u>	<u>3.003</u>	<u>3.870</u>	<u>3.060</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos recebidos em dação em pagamento:		
· Imóveis	69.513	57.501
	-----	-----
	69.513	57.501
	-----	-----
<u>Outras disponibilidades</u>	14	5
	---	---
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	14	14
	---	---
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.020	845
Sector Público Administrativo		
· IVA a recuperar	1.204	1.204
Bonificações a receber	140	298
Outros devedores diversos	15.412	12.924
	-----	-----
	17.776	15.271
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	3.851	4.237
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	151	44
Outras	913	845
	-----	-----
	1.064	889
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões</u>		
Excesso de cobertura do fundo de pensões (Nota 18)	3.073	-
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	2.225	3.159
Operações activas a regularizar	134	3.288
	-----	-----
	2.359	6.447
	-----	-----
	97.664	84.364
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos (Nota 22)</u>		
Outros devedores diversos	(4.219)	(5.165)
Activos recebidos em dação em pagamento	(10.597)	(5.548)
	-----	-----
	(14.816)	(10.713)
	-----	-----
	82.848	73.651
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 2.608 mEuros e 2.545 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A. de Seguros y Reaseguros, pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal (Notas 38 e 39).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento na rubrica “Activos recebidos em dação em pagamento” durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2011				(Dotações)/ Reversões de Imparidade	31 de Dezembro de 2012		
	Valor		Aquisições	Alienações		Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento								
Imóveis	57.501	(5.548)	21.928	(9.916)	(5.049)	69.513	(10.597)	58.916
	<u>57.501</u>	<u>(5.548)</u>	<u>21.928</u>	<u>(9.916)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>69.513</u>	<u>(10.597)</u>	<u>58.916</u>

	31 de Dezembro de 2010 (Proforma)				(Dotações)/ Reversões de Imparidade	31 de Dezembro de 2011		
	Valor		Aquisições	Alienações		Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento								
Imóveis	25.987	(2.105)	37.469	(5.955)	(3.443)	57.501	(5.548)	51.953
Outros	829	(829)		(829)	829	-	-	-
	<u>26.816</u>	<u>(2.934)</u>	<u>37.469</u>	<u>(6.784)</u>	<u>(2.614)</u>	<u>57.501</u>	<u>(5.548)</u>	<u>51.953</u>

Em 2012, o Banco alienou imóveis recebidos em dação em pagamento pelo montante de 7.822 mEuros, tendo gerado com estas operações menos-valias líquidas no valor de 246 mEuros. As menos-valias líquidas em 2012 podem ser decompostas da seguinte forma:

Mais-valias (Nota 35)	76
Menos-valias (Nota 35)	(2.168)
Imparidade	1.846

	(246)
	===

A rubrica “Devedores e outras aplicações – IVA a recuperar” corresponde ao imposto pago pelo Banco aquando da aquisição de bens associados a operações de leasing, sendo este imposto posteriormente recuperado, quando os bens são colocados à disposição dos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Outros devedores diversos” inclui valores a reembolsar pela Direcção-Geral de Contribuições e Impostos referentes a depósitos do valor de venda de imóveis recuperados e em execução fiscal, nos montantes de 4.645 mEuros e 4.984 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Outros activos - Outras contas de regularização - Operações activas a regularizar” inclui 3.062 mEuros, relativos ao justo valor de operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa (Nota 8).

Durante 2012, o BBVA Portugal reconheceu perdas por imparidade para activos recebidos em dação em pagamento no montante de 4.646 mEuros. Essas perdas por imparidade foram apuradas tendo em consideração os seguintes aspectos: (i) novas avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes em 2012; e (ii) projecto “House BBVA” (condições especiais de financiamento na compra de imóveis recebidos em dação em pagamento, tais como, descontos no valor de venda dos imóveis, prazo do financiamento até 40 anos, financiamento até 100% do preço do imóvel e spreads desde 1%).

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	4,50%	5,75%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,10%	3,82%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	2,25%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,40%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social	1,40%	1,75%
Taxa de crescimento dos salários para efeitos de apuramento das pensões a pagar pela Segurança Social	2,25%	2,75%
Factor de sustentabilidade ⁽¹⁾	0,952	0,969

(1) Com decréscimo anual de 0,5%

Pressupostos demográficos

Tábua de mortalidade	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	-
Percentagem de casados	Real
Idade de reforma	65

A taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões corresponde à estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo efectuada pelos actuários responsáveis.

Em Dezembro de 2012, o Banco actualizou a taxa de desconto de 5,75% para 4,5%.

A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a redução abrupta das “yields” de mercado relativas à dívida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto nestas circunstâncias, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na sua determinação informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações do universo da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

Em Dezembro de 2012, o Banco actualizou a taxa de actualização salarial, diminuindo-a de 2,75% para 2,25%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 1,75% para 1,40%, tendo em conta as estimativas disponíveis à data.

Em 2012 e 2011, a duração das responsabilidades com pensões do BBVA era de 19 e 20 anos, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empregados no activo	713	715
Reformados e pensionistas	826	829
	-----	-----
	<u>1.539</u>	<u>1.544</u>
	=====	=====

As responsabilidades com pensões de reforma, assistência médica e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2012 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	71.169	58.192	67.867	69.576	58.417
. Reformados e pensionistas	77.013	73.493	219.810	225.365	203.232
	<u>148.182</u>	<u>131.685</u>	<u>287.677</u>	<u>294.941</u>	<u>261.649</u>
- Assistência médica					
. Empregados no activo	5.227	3.908	4.403	4.494	3.767
. Reformados e pensionistas	15.365	14.420	14.233	14.608	13.174
	<u>20.592</u>	<u>18.328</u>	<u>18.636</u>	<u>19.102</u>	<u>16.941</u>
- Subsídio por morte	1.081	3.642	3.792	3.977	3.696
	<u>169.855</u>	<u>153.655</u>	<u>310.105</u>	<u>318.020</u>	<u>282.286</u>
Cobertura das responsabilidades					
- Valor patrimonial dos Fundos	167.347	148.148	283.985	311.337	275.551
- Contratos de rendas vitalícias	5.581	5.507	6.192	6.683	6.735
- Contribuições a entregar	-	-	19.928	-	-
	<u>172.928</u>	<u>153.655</u>	<u>310.105</u>	<u>318.020</u>	<u>282.286</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 17)	<u>3.073</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Desvios actuariais e financeiros:					
- Alteração de pressupostos	17.676	(11.640)	(20.986)	21.903	(18.239)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos) / Perdas actuariais	(4.531)	(5.074)	(3.078)	(377)	2.317
. (Ganhos) / Perdas financeiras	(13.384)	16.065	43.992	(9.449)	17.186
	<u>(17.915)</u>	<u>10.991</u>	<u>40.914</u>	<u>(9.826)</u>	<u>19.503</u>
	<u>(239)</u>	<u>(649)</u>	<u>19.928</u>	<u>12.077</u>	<u>1.264</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Responsabilidades no início do exercício	153.655	310.105
Custo dos juros	8.716	16.143
Custo do serviço corrente	844	1.027
Subsídio por morte	300	288
Reformas antecipadas	-	13.841
Desvios actuariais:		
- Alteração de pressupostos:		
. Taxa de desconto	37.787	(11.640)
. Taxa de crescimento das pensões	(11.648)	-
. Taxa de crescimento dos salários	(8.463)	-
- (Ganhos) / perdas de experiência	(4.531)	(5.074)
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(4.282)	(16.464)
Alteração no cálculo do subsídio por morte	(2.833)	-
Contribuições dos colaboradores	310	320
Responsabilidades transferidas para o Estado Português no âmbito do Decreto-Lei nº 127/2011	-	(154.891)
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	169.855	153.655
	=====	=====

Os principais aspectos a destacar no movimento das responsabilidades são os seguintes:

- Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho

O Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte, igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. Neste contexto, o Banco reconheceu uma redução de 2.833 mEuros nas responsabilidades com serviços passados por contrapartida de resultados.

- Não ocorreram reformas antecipadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro

Conforme referido anteriormente, a partir de 1 de Janeiro de 2012, o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (Decreto Lei nº127/2011), define que a Segurança Social é responsável pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

Deste modo, o Banco mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- do subsídio por morte;
- da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte afectada a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado de acordo com os seguintes pressupostos:

- Tábua de mortalidade população masculina : TV 73/77 menos 1 ano
- Tábua de mortalidade população feminina: TV 88/90
- Taxa técnica actuarial (desconto): 4%

O valor das responsabilidades de transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 169.187 mEuros. O Banco optou por transmitir a totalidade dos activos sob a forma de numerário.

A transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- iii) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades. O valor definitivo foi determinado por uma entidade independente contratada pelo Ministério das Finanças;
- iv) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (169.187 mEuros), e os adoptados pelo Banco (154.891 mEuros), no montante de 14.296 mEuros, foi registada em 2011 na rubrica de "Custos com pessoal" (Nota 37), tal como previsto pela norma IAS 19 – Benefícios aos empregados. O Banco não reconheceu qualquer outro ganho ou perda relacionada com esta operação.

- Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros relativos à contabilização desta operação em 2010, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. A partir de 2011, o Banco passou a suportar a Taxa Social Única relativamente a estes colaboradores. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Companhia de Seguros Groupama Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial:		
. Valor patrimonial dos Fundos	148.148	303.913
. Contratos de rendas vitalícias	5.507	6.192
	-----	-----
	153.655	310.105
	-----	-----
Contribuições efectuadas pelo Banco	2.046	33.413
Contribuições dos colaboradores	310	320
Rendimento efectivo dos fundos de pensões:		
- Rendimento esperado dos fundos de pensões	7.814	11.533
- Ganhos e (perdas) financeiras	13.384	(16.065)
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(4.282)	(16.464)
Responsabilidades transferidas para o Estado Português no âmbito do Decreto-Lei nº 127/2011	-	(169.187)
Outros	1	-
	-----	-----
Saldo final	172.928	153.655
	=====	=====

Em 2012, a taxa de retorno efectiva do Fundo de Pensões foi de 13,8% (negativa em 1,35% em 2011).

Em 2011, foram efectuadas contribuições em numerário no montante global de 53.341 mEuros. As contribuições efectuadas em 2011 incluem o montante de 19.928 mEuros relativo à contribuição referente a 2010, efectuada em Fevereiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigações	2.476	2.174
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos desvios actuariais e financeiros reconhecidos directamente em capitais próprios pode ser resumido da seguinte forma:

Desvios actuariais e financeiros em 31 de Dezembro de 2010 (Proforma)	<u>(72.783)</u>
Perdas financeiras	(16.065)
Ganhos actuariais:	
- Alteração da taxa de desconto	11.640
- Outros	5.074
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 26)	<u>(72.134)</u>
Ganhos financeiros	13.384
Ganhos e perdas actuariais:	
- Alteração da taxa de desconto	(37.787)
- Alteração da taxa de crescimento dos salários e pensões	20.111
- Outros	4.531
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 26)	<u><u>(71.895)</u></u>

Em 2012 e 2011, os impactos reconhecidos em resultados com pensões de reforma e responsabilidades com saúde podem ser resumidos da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	-	13.841
Efeito da liquidação, nos termos previsto pela norma IAS 19 (Decreto-Lei nº 127/2011)	-	14.296
	----	-----
	-	28.137
	----	-----
Custo do serviço corrente	844	1.027
Subsídio por morte	300	288
Alteração no cálculo do subsídio de morte	(2.833)	-
Custo dos juros	8.716	16.143
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(7.814)	(11.533)
	-----	-----
	(787)	5.925
	-----	-----
Total	(787)	34.062
	====	=====

Em 2012 e 2011, os encargos com a Segurança Social ascenderam a 7.107 mEuros e 8.251 mEuros, respectivamente (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos do Banco de Portugal		
. Outros recursos	350.000	-
	-----	----
Juros a pagar	2.545	-
	-----	---
	352.545	-
	=====	==

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha um financiamento junto do Banco Central Europeu no montante de 350.000 mEuros remunerado a uma taxa anual de 0,75% por um período de 3 anos. Nessa data os empréstimos dados em garantia a esta operação ascendiam a 1.432.351 mEuros.

20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
. Instituições de crédito no país	8.221	7.365
. Instituições de crédito no estrangeiro	12.171	55.863
	-----	-----
	20.392	63.228
Depósitos a prazo e outros recursos		
. Instituições de crédito no estrangeiro	2.703.647	3.140.336
. Instituições de crédito no país	262.170	171.953
	-----	-----
	2.965.817	3.312.289
	-----	-----
	2.986.209	3.375.517
	-----	-----
Juros a pagar		
. Instituições de crédito no estrangeiro	3.003	8.425
. Instituições de crédito no país	753	437
	-----	-----
	3.756	8.862
	-----	-----
	2.989.965	3.384.379
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	437.573	248.347
De três meses a um ano	521.815	374.942
De um a cinco anos	1.494.187	482.667
Mais de cinco anos	532.634	2.269.561
	-----	-----
	2.986.209	3.375.517
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,25% e 1,61%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. eram remunerados à taxa média de 1,35% e 1,65%, respectivamente.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos		
· À ordem	677.660	717.401
· A prazo	1.588.444	2.487.210
· De poupança	2.577	3.834
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	1.066	898
· Outros	272	236
	-----	-----
	2.270.019	3.209.579
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2.743)	(1.299)
	-----	-----
	2.267.276	3.208.280
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	15.849	14.979
· Juros de empréstimos	87	175
	-----	-----
	15.936	15.154
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	(1.752)	(2.930)
	-----	-----
	2.281.460	3.220.504
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	1.252.781	1.869.239
De três meses a um ano	902.463	864.852
De um a cinco anos	114.775	475.228
Mais de cinco anos	-	260
	-----	-----
	2.270.019	3.209.579
	=====	=====

Durante o exercício de 2008, o accionista Luxinvest S.A. efectuou vários depósitos com o prazo de um mês renováveis mensalmente. Em 31 de Dezembro de 2011, existia um depósito da Luxinvest no montante de 480.346 mEuros, remunerado a uma taxa de 1,083%, que equivalia à Euribor a 1 mês. Desde Agosto de 2012 que o Banco deixou de deter depósitos da Luxinvest.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a taxa anual média de remuneração dos depósitos de clientes, excluindo os depósitos efectuados pelo accionista Luxinvest, S.A., era de 2,15% e 1,83%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	-	52
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.995	2.204
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.210	909
. Contribuições para a Segurança Social	541	536
Cobranças por conta de terceiros	33	26
Contribuições para outros sistemas de saúde	218	227
. Outros credores	3.397	7.909
	-----	-----
	9.394	11.863
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
. Remunerações variáveis	5.822	5.823
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.673	5.028
. Prémio de antiguidade	4.597	4.123
. Outros	423	341
Por gastos gerais administrativos	1.583	1.515
Outros	1.739	1.855
	-----	-----
	18.837	18.675
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	381	596
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Mais valias em bens de locação financeira	231	289
Posição cambial	2.393	3.159
Outras operações a regularizar	17.890	6.954
	-----	-----
	20.514	10.402
	-----	-----
	49.126	41.536
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2012 e 2011, a rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar” inclui a contribuição a efectuar para o Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 302 mEuros (Notas 24 e 35), a qual foi paga em 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Outros passivos - Outras contas de regularização - Outras operações a regularizar” inclui 2.480 mEuros, relativos ao justo valor de operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa (Nota 8).

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	267.744	767.852
Aceites e endossos	8.524	3.731
Créditos documentários abertos	7.126	4.803
Outros passivos eventuais	-	931
	-----	-----
	283.394	777.317
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
. Por linhas de crédito	118.825	151.488
. Por subscrição de títulos	26.600	69.150
. Contratos a prazo de depósitos	9.853	-
. Responsabilidades a prazo de contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	680	680
. Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	597	597
. Outros compromissos irrevogáveis	4.078	3.031
	-----	-----
	160.633	224.946
	-----	-----
Compromissos revogáveis		
. Facilidades de descoberto	245.945	310.196
. Por linhas de crédito	161.729	137.819
. Outros compromissos revogáveis	13.615	22.776
	-----	-----
	421.289	470.791
	-----	-----
	581.922	695.737
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	3.248.088	4.204.912
Valores recebidos para cobrança	40.220	44.115
Valores administrados pela instituição		
. Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	89.182	119.169
. Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	263.310	236.593
. Outros	31.464	36.514
Rendas vincendas e valores residuais	235.260	284.803
Outras	117.060	151.740
	-----	-----
	4.024.584	5.077.846
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 35). Em 2012 e 2011, o BBVA Portugal efectuou o pagamento das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos nos montantes de 647 mEuros e 590 mEuros, respectivamente. De referir que, em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro.

O saldo da rubrica “Sistema de indemnização aos investidores” corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele Sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 2011, o Banco reconheceu um custo de 302 mEuros referente a uma contribuição para o Sistema de Indemnização a Investidores, na rubrica “Outros encargos e gastos operacionais – Outros” (Nota 35). Este valor foi reconhecido por contrapartida da rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar” (Nota 23), tendo sido pago em 2012.

25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista é a seguinte:

	2012		2011	
	N ° de Accções	%	N ° de Accções	%
Entidades do Grupo BBVA:				
. Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	253.332.454	52,78%	253.332.454	58,91%
. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	226.667.396	47,22%	176.667.396	41,09%
Outros	150	0,00%	150	0,00%
	-----		-----	
	480.000.000	100,00%	430.000.000	100,00%
	=====		=====	

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de Dezembro de 2011, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 150.000.000 acções, pelo valor nominal de 1 Euro cada, as quais foram emitidas ao par e integralmente subscritas e realizadas pelo accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.. Com a realização desta operação, o capital social a 31 de Dezembro de 2011 ascende a 430.000 mEuros, integralmente subscrito e realizado.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada em 28 de Dezembro de 2012, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 50.000.000 acções, pelo valor nominal de 1 Euro cada, as quais foram emitidas ao par e integralmente subscritas e realizadas pelo accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.. Com a realização desta operação, o capital social a 31 de Dezembro de 2012 ascende a 480.000 mEuros, integralmente subscrito e realizado.

Prémio de emissão

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Reserva de justo valor (Nota 10)	(1.532)	(8.309)
- Imposto diferido (Nota 16)	(2.384)	2.853
	-----	-----
	(3.916)	(5.456)
. Reservas de reavaliação do imobilizado	683	701
. Reservas relativas a desvios actuariais (Nota 18)	(71.895)	(72.134)
. Outros	234	(2.694)
	-----	-----
	(74.894)	(79.583)
	-----	-----
<u>Outras reservas e resultados transitados</u>		
. Reservas:		
Reserva legal	19.772	19.772
Outras reservas	11.839	11.839
. Resultados transitados	(38.503)	(21.290)
	-----	-----
	(6.892)	10.322
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	(58.037)	(17.246)
	-----	-----
	(139.823)	(86.507)
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Reservas de reavaliação do imobilizado

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2012, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	1.274	(591)	683
	=====	====	====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Formação do resultado consolidado

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado individual	(59.332)	(17.646)
	-----	-----
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:		
- BBVA Gest	96	274
- BBVA Fundos	1.092	1.968
- BBVA Leasimo	(729)	(50)
- Invesco Management nº 1	(580)	(608)
- Invesco Management nº 2	(1.228)	(1.247)
	-----	-----
	(1.349)	337
	-----	-----
Impacto da conversão das contas individuais para IAS/IFRS:		
- Imparidade do crédito concedido líquida do efeito fiscal, constituída no exercício	107	(3.255)
- Anulação da imparidade da participação do Banco na Invesco nº 1 (Nota 3)	580	608
- Anulação da provisão da Invesco nº 2, registada no exercício para o crédito concedido à Invesco nº 1 (Nota 3)	1.228	1.247
- Anulação da imparidade da participação do Banco na BBVA Leasimo, constituída no exercício	729	1.463
	-----	-----
Resultado consolidado do exercício	(58.037)	(17.246)
	=====	=====

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de disponibilidades	285	968
Juros de aplicações em instituições de crédito	1.474	2.580
Juros de crédito a clientes		
. Crédito não titulado		
. Crédito interno	129.429	159.108
. Crédito ao exterior	13.298	13.836
. Crédito titulado		
. Outros créditos e valores a receber	17.535	25.979
Juros de crédito vencido	3.199	2.899
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Instrumentos derivados	35.868	49.693
. Títulos	31	151
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	2.171	4.438
Juros de derivados de cobertura	8.207	8.766
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
. Operações de crédito	534	895
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	1.525	1.202
	-----	-----
	213.556	270.515
	=====	=====

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais	2.918	-
Juros de recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		
. no país	7.815	8.774
. no estrangeiro	36.748	56.297
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	59.098	51.644
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	36.057	50.339
Juros de derivados de cobertura	12.525	12.578
Juros de passivos subordinados	-	6.149
Outros juros e encargos similares	5	138
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	612	719
	-----	-----
	155.778	186.638
	=====	=====

Em 2011, o Banco de Portugal autorizou a amortização antecipada de dois empréstimos subordinados perpétuos concedidos pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), no montante global de 150.000 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	416	416
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	46	70
. Finangest – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2	5
	-----	-----
	464	491
	====	====

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	3.510	6.101
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	3.187	3.349
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	34	44
Por serviços prestados		
. Administração de valores	15.216	12.096
. Depósito e guarda de valores	1.299	1.681
. Gestão de cartões	5.525	6.634
. Operações de crédito	1.707	1.610
. Cobrança de valores	966	935
. Montagem de operações	332	255
. Transferência de valores	12	13
. Outros serviços prestados	201	1.525
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.620	1.248
Por gestão de fundos	2.724	3.645
Outras comissões recebidas	3.537	3.634
	-----	-----
	39.870	42.770
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	4.323	5.812
Por operações realizadas por terceiros	2.055	2.163
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Depósito e guarda de valores	306	296
. Operações de crédito	189	5
. Cobrança de valores	7	9
. Outros	780	639
Outras comissões pagas	34	671
	-----	-----
	7.694	9.595
	=====	=====

Em 2012 e 2011, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 949 mEuros e 1.273 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2012 e 2011, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 14.318 mEuros e 11.050 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2012 e 2011, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 2.608 mEuros e 2.545 mEuros (Notas 38 e 39), respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A. de Seguros y Reaseguros.

Em 2012 e 2011, a rubrica “Comissões por serviços prestados – gestão de cartões” inclui 2.446 mEuros e 2.621 mEuros, respectivamente, correspondentes a comissões de cartões de crédito recebidas.

A rubrica “Encargos com serviços e comissões – Por garantias recebidas” diz respeito essencialmente aos custos suportados relativamente às garantias prestadas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid).

31. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Títulos						
. Emitidos por residentes	2.289	(2.022)	267	734	(1.904)	(1.170)
. Emitidos por não residentes	147	(113)	34	285	(540)	(255)
Instrumentos financeiros derivados						
. Swaps	63.389	(63.048)	341	102.103	(103.670)	(1.567)
. Futuros	9.791	(10.301)	(510)	15.360	(13.562)	1.798
. Opções	6.500	(4.749)	1.751	3.627	(4.058)	(431)
	<u>82.116</u>	<u>(80.233)</u>	<u>1.883</u>	<u>122.109</u>	<u>(123.734)</u>	<u>(1.625)</u>
Contabilidade de cobertura:						
Derivados de cobertura	8.787	(11.876)	(3.089)	17.616	(22.597)	(4.981)
Correcções de valor de activos/passivos de operações objecto de cobertura	12.432	(10.310)	2.122	19.770	(16.282)	3.488
	<u>21.219</u>	<u>(22.186)</u>	<u>(967)</u>	<u>37.386</u>	<u>(38.879)</u>	<u>(1.493)</u>
	<u>103.335</u>	<u>(102.419)</u>	<u>916</u>	<u>159.495</u>	<u>(162.613)</u>	<u>(3.118)</u>

32. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	2.105	1.354
. Títulos emitidos por não residentes	(288)	(174)
	-----	-----
	<u>1.817</u>	<u>1.180</u>
	=====	=====

Em 2012 e 2011, a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” inclui 1.164 mEuros e 679 mEuros, respectivamente, relativos à aplicação da contabilidade de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2012, a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” inclui 766 mEuros que podem ser decompostos da seguinte forma:

- . Menos valia de 119 mEuros resultante da venda de dois títulos não cotados de um emitente português do sector da distribuição (Nota 10); e
- . Mais valia de 885 mEuros resultante da venda de um título cotado de um emitente português do sector da energia.

33. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	7.179	(4.951)
Reavaliação da posição cambial a prazo	(5.542)	5.080
	-----	-----
	1.637	129
	====	==

34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados em activos não financeiros		
. Outros activos tangíveis	(485)	10
Alienação do imóvel da sede social	-	21.133
Outros	9	(38)
	-----	-----
	(476)	21.105
	===	=====

Em 2011, o BBVA alienou o imóvel da sua sede social a uma entidade não relacionada, Caboliberdade, S.A., por 31.000 mEuros, tendo registado uma mais-valia de 21.133 mEuros (Nota 14). A venda do imóvel foi efectuada pelo seu valor de mercado, determinado por peritos independentes na data da transacção. O BBVA Portugal não financiou de forma directa ou indirecta a aquisição deste imóvel.

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	7.456	5.685
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.488	3.885
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	541	570
. Recuperação de créditos incobráveis	256	438
. Mais-valias na alienação de activos recebidos em dação (Nota 17)	76	97
. Rendas de locação operacional	2	5
. Outros	145	463
	-----	-----
	11.964	11.143
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	506	1.026
. Impostos indirectos	626	765
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	123	145
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	647	590
Outros encargos e gastos operacionais:		
. Menos-valias na alienação de activos recebidos em dação (Nota 17)	2.069	466
. Outros	974	1.744
	-----	-----
	4.945	4.736
	-----	-----
Outros resultados de exploração	7.019	6.407
	=====	=====

A rubrica “Outros rendimentos e receitas operacionais – Reembolso de despesas” inclui essencialmente o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), imposto do selo, avaliações e outros custos de solicitadoria pagos pelo Banco no acto de escritura dos imóveis e posteriormente cobrados aos clientes, essencialmente no que diz respeito a operações de crédito à habitação.

Em 2011, a rubrica “Outros encargos e gastos operacionais – Outros” inclui a contribuição a efectuar para o Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 302 mEuros, conforme referido nas notas 23 e 24.

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	740	741
. Empregados	31.809	34.529
	-----	-----
	32.549	35.270
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social (Nota 18)	7.107	8.251
SAMS	1.425	1.506
. Encargos com pensões (Nota 18)	1.746	5.637
. Encargos com reformas antecipadas (Nota 18)	-	13.841
. Efeito da liquidação nos termos previstos pela Norma IAS 19 (Decreto-Lei nº127/2011) (Nota 18)	-	14.296
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
Subsídio por morte (Nota 18)	300	288
Outros	123	129
. Outros	218	202
	-----	-----
	10.919	44.150
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	152	145
	-----	-----
Outros custos com pessoal:		
. Transferências de pessoal	366	12
. Indemnizações contratuais	111	1.230
. Outros	134	186
	-----	-----
	611	1.428
	-----	-----
	44.231	80.993
	=====	=====

O número de colaboradores do Grupo BBVA Portugal em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Quadros directivos	51	41
Chefias e gerência	215	140
Quadros técnicos	386	456
Administrativos	125	154
	-----	-----
	777	791
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com fornecimentos	1.720	1.834
Com serviços		
· Rendas e alugueres	4.676	3.116
· Comunicações	2.885	3.245
· Publicidade e edição de publicações	1.242	2.206
· Conservação e reparação	1.220	869
· Seguros	505	433
· Deslocações, estadas e representação	491	913
· Transportes	229	231
· Serviços especializados		
Informática	1.407	1.555
Avenças e honorários	630	680
Segurança e vigilância	338	346
Mão de obra eventual	333	898
Judiciais, contencioso e notariado	320	458
Outros serviços especializados	3.138	4.292
· Outros serviços de terceiros	8.838	9.147
	-----	-----
	27.972	30.223
	=====	=====

Em 2012, os honorários do Revisor Oficial de Contas relativamente ao Grupo BBVA Portugal têm a seguinte composição:

Revisão legal das contas anuais	194
Outros serviços de garantia de fiabilidade	475
Outros serviços relativos a consultoria fiscal	352

	1.021
	=====

Em 2012 e 2011, a rubrica de outros serviços de terceiros inclui 2.386 mEuros e 3.098 mEuros, respectivamente, referentes ao projecto desenvolvido pelo Banco, em regime de outsourcing, de centralização e arquivo digital da documentação relativa a processos de crédito e operações realizadas nas agências.

Em 2012 e 2011, a rubrica Rendas e alugueres inclui 1.939 mEuros e 355 mEuros, respectivamente, referentes aos custos com rendas relativas ao imóvel da sede social do Banco, no âmbito do contrato de arrendamento referido na Nota 12. O contrato prevê o arrendamento do referido imóvel pelo BBVA por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por dois períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato de arrendamento, o Banco detém uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento, pelo respectivo valor de mercado à data, conservando em qualquer circunstância direito de preferência na sua aquisição. Neste contexto, o contrato de arrendamento configura uma locação operacional, de acordo com o definido na norma IAS 17 – Locações.

Os principais aspectos a destacar no contrato de arrendamento relativo à sede social do Banco são os seguintes:

- As despesas e encargos relacionados com obras de reparação de estrutura (excluindo canalizações e algerozes), cobertura e fachadas do imóvel encontram-se sob responsabilidade da Caboliberdade, S.A., a par com a responsabilidade, em caso da ocorrência de sinistro, da reposição do imóvel no estado em que o mesmo se encontrava antes.

- São responsabilidades do Banco: as despesas e encargos relacionados com a obtenção ou modificação de quaisquer licenças ou autorizações necessárias ao desenvolvimento da sua actividade no imóvel, bem como despesas e encargos decorrentes da instalação de novos equipamentos, antenas e sinais no imóvel, obras de manutenção e reparação do imóvel, obras legalmente exigidas em razão da actividade desenvolvida no edifício ou alterações que sejam da iniciativa do Banco, substituição de quaisquer instalações permanentes sempre e quando as mesmas cheguem ao fim da respectiva vida útil e ainda penalidades, coimas ou sanções aplicadas em virtude da utilização do edifício.
- O Banco tem também a responsabilidade de contratar e manter em vigor seguros de responsabilidade civil e multi-riscos, sendo responsável pelos custos e prémios de seguro associados, sendo igualmente da responsabilidade do Banco o pagamento de quaisquer impostos e contribuições especiais, taxas ou comissões relacionadas com a actividade desenvolvida no imóvel. Adicionalmente, as despesas relacionadas com fornecimento de serviços do edifício, tais como água, electricidade, gás e telecomunicações são também encargos do Banco.

38. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

O BBVA Portugal é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, o BBVA Portugal comercializa na sua rede comercial seguros por conta das seguintes seguradoras: BBVA Seguros, S.A. de Seguros y Reaseguros, Mapfre Seguros Gerais, S.A., Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. e Groupama Seguros de Vida, S.A..

Os proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros referem-se às comissões cobradas a seguradoras pela comercialização dos seus produtos e são registados na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – outras comissões recebidas”. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as comissões cobradas à BBVA Seguros, S.A. de Seguros y Reaseguros ascendem a 2.608 mEuros e 2.545 mEuros (Notas 30 e 39), respectivamente. As comissões cobradas a outras seguradoras em 2012 e 2011 ascendem a 142 mEuros e 187 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros activos – rendimentos a receber de comissões” inclui comissões a receber da BBVA Seguros, S.A. de Seguros y Reaseguros nos montantes de 2.608 mEuros e 2.545 mEuros (Notas 17 e 39), respectivamente, e de outras seguradoras nos montantes de 598 mEuros e 1.057 mEuros, respectivamente.

O BBVA não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

39. ENTIDADES RELACIONADAS

De acordo com a norma IAS 24, são consideradas entidades relacionadas, aquelas em que o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira – empresas subsidiárias e Fundos de Pensões dos colaboradores do Banco – e as entidades que exercem uma influência significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas, empresas controladas pelo accionista e Membros do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2012, as entidades relacionadas do Banco são:

- Entidades pertencentes ao Grupo BBVA;
- Membros do Conselho de Administração do Banco:
 - Dr. Eduardo Vera Cruz Jardim
 - Dr. Alberto Manuel Charro Pastor
 - Dr. Álvaro Aresti Aldasoro
 - Dr. Gerardo Bergé Sobrevals
 - Dr. Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos
 - Dra. Susana Nereu de Oliveira Ribeiro
 - Dr. Luis Filipe da Silva Figueiredo
 - Dr. Manuel Gonçalves Ferreira
 - Dr. Jaime Saenz de Tejada
 - Dra. Maria Luísa Gomes Bravo
 - Dr. José Miguel Blanco Martín
- Fundos de pensões dos colaboradores do Banco: Fundo de Pensões CLP e o Fundo de Pensões Grupo BBVA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2012	2011
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	15.376	13.397
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.247	2.882
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	200.437	94.758
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	176	-
Crédito a clientes		
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	33.132	24.406
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	20.380	23.812
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	1.924	762
Outros Activos		
BBVA Seguros, S.A. (Notas 17 e 38)	2.608	2.545
BBVA Gestion, S.A.	4	5
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	84.138	71.548
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.645.786	3.111.645
Recursos de clientes		
BBVA Seguros, S.A.	4.052	2.787
Financeira do Comércio Exterior	27	29
BBVA Luxinvest	-	480.375
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	19.482	20.439
Outros passivos		
BBVA Gestion, S.A.	37	29
Extrapatrimoniais (garantias recebidas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	1.294.337	2.384.040
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.659.045	4.017.944

Transacções com entidades relacionadas

Nos exercícios de 2012 e 2011, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Margem Financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(35.026)	(60.090)
BBVA Luxinvest	(3.148)	(29)
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	311	503
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	1.525	791
Comissões Líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	10.104	5.436
BBVA Seguros, S.A. (Notas 30 e 38)	2.608	2.545
BBVA Gestion, S.A.	7	9
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(35.021)	(43.418)
Outros resultados de exploração		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(1.437)	(1.437)
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	1	-

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os princípios e as políticas de gestão de riscos seguidos no BBVA Portugal, têm por objectivo essencial gerir e controlar activamente a exposição à incerteza para otimizar os rendimentos da Instituição, numa perspectiva constante de manter um equilibrado nível da solvência, do provisionamento e da liquidez.

Para alcançar tal objectivo, a Função Gestão de Riscos coadjuvada pelo Comité Geral de Gestão de Riscos, deve assegurar que os diferentes riscos aos quais a Instituição tem exposição são devidamente identificados e valorados. Desta forma pretende-se garantir que a variável risco está presente em todas as decisões e que contribui para configurar o “perfil de risco” desejado pelo BBVA Portugal estruturado de acordo com os objectivos globais do Grupo.

Neste sentido e para prosseguir com esta estratégia, o Grupo BBVA Portugal tem vindo a dotar-se de meios e recursos, tanto qualitativos (estrutura, sistema e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas), de forma contínua.

O Grupo BBVA Portugal dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

No BBVA Portugal, o Comité de Activos e Passivos (COAP) é o órgão responsável pelos riscos estruturais do Balanço

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial (actual ou futuro) que deriva da incapacidade da Instituição satisfazer os seus compromissos à medida que se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

Compete ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O BBVA Portugal baseia a gestão do risco de liquidez em dois indicadores: o rácio de liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo. Utiliza como modelo base de análise do risco de liquidez o gap de liquidez e o gap de tesouraria de acordo com a Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal.

A identificação e análise da evolução do fluxo de financiamento do Grupo é realizada numa base diária e mensalmente elabora-se um mapa de liquidez para reporte ao Banco de Portugal.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos essencialmente junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem e as contas correntes caucionadas registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos, a acções, unidades de participação e crédito vencido a clientes;
- Para as operações cuja remuneração é variável, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011;
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

O BBVA Portugal nos anos de 2012 e 2011 pautou-se por um forte empenho na redução de GAP de liquidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos “cash-flows” contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	43.061	-	-	-	-	-	43.061
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.741	-	-	-	-	-	37.741
Activos financeiros detidos para negociação	5.048	4.263	28.780	90.902	167.726	9.336	306.055
Activos financeiros disponíveis para venda	-	40	916	8.059	19.880	5.767	34.662
Aplicações em instituições de crédito	200.367	157	1	4	155	-	200.684
Crédito a clientes	719.640	212.968	569.144	1.493.600	3.856.148	259.769	7.111.269
Derivados de cobertura	224	329	2.694	8.314	6.894	4	18.459
	<u>1.006.081</u>	<u>217.757</u>	<u>601.535</u>	<u>1.600.879</u>	<u>4.050.803</u>	<u>274.876</u>	<u>7.751.931</u>
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	357.963	-	-	357.963
Passivos financeiros detidos para negociação	5.405	4.300	27.957	89.154	165.782	-	292.598
Recursos de outras instituições de crédito	329.671	17.087	660.089	1.617.601	546.266	-	3.170.714
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.055.404	206.611	925.380	116.807	-	-	2.304.202
Derivados de cobertura	923	2.000	10.688	29.490	20.866	-	63.967
	<u>1.391.403</u>	<u>229.998</u>	<u>1.624.114</u>	<u>2.211.015</u>	<u>732.914</u>	<u>-</u>	<u>6.189.444</u>
Gap de liquidez	<u>(385.322)</u>	<u>(12.241)</u>	<u>(1.022.579)</u>	<u>(610.136)</u>	<u>3.317.889</u>	<u>274.876</u>	<u>1.562.487</u>
2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.783	-	-	-	-	-	88.783
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47.810	-	-	-	-	-	47.810
Activos financeiros detidos para negociação	16.403	10.133	43.298	113.399	210.810	204	394.247
Activos financeiros disponíveis para venda	3.000	20.625	53.451	41.518	13.584	5.768	137.946
Aplicações em instituições de crédito	92.382	13.496	3.141	-	-	-	109.019
Crédito a clientes	929.449	458.454	873.818	1.668.749	3.861.721	185.826	7.978.017
Derivados de cobertura	377	2.344	8.489	18.185	11.627	1.018	42.040
	<u>1.178.204</u>	<u>505.052</u>	<u>982.197</u>	<u>1.841.851</u>	<u>4.097.742</u>	<u>192.816</u>	<u>8.797.862</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	7.392	10.127	41.899	110.142	207.850	205	377.615
Recursos de outras instituições de crédito	353.153	357.368	385.702	1.894.065	583.837	-	3.574.125
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.909.812	409.161	776.190	149.597	4.107	-	3.248.867
Derivados de cobertura	1.162	4.531	14.994	40.039	25.320	-	86.046
	<u>2.271.519</u>	<u>781.187</u>	<u>1.218.785</u>	<u>2.193.843</u>	<u>821.114</u>	<u>205</u>	<u>7.286.653</u>
Gap de liquidez	<u>(1.093.315)</u>	<u>(276.135)</u>	<u>(236.588)</u>	<u>(351.992)</u>	<u>3.276.628</u>	<u>192.611</u>	<u>1.511.209</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Todos os “gaps” incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A exposição do Banco a movimentos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária, sendo em simultâneo uma oportunidade para a criação de valor económico. Neste sentido, o risco de taxa de juro deve ser gerido de modo a não ser excessivo face aos Fundos Próprios do Banco, e mantendo uma relação estável em relação ao resultado esperado.

No BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

De seguida é apresentada a análise de sensibilidade da margem financeira do Banco a uma subida (descida) de 2% das taxas de juro de referência, considerando a totalidade dos instrumentos da carteira sensíveis à taxa de juro:

Banda temporal	2012			2011		
	Posição	Factor ponderação	Impacto na margem financeira	Posição	Factor ponderação	Impacto na margem financeira
À vista	-	2,00%	-	-	2,00%	-
À vista - 1 mês	1.071.510	1,92%	20.573	768.874	1,92%	14.762
1 - 2 meses	634.508	1,75%	11.104	792.736	1,75%	13.873
2 - 3 meses	(672.997)	1,58%	(10.633)	(862.628)	1,58%	(13.630)
3 - 4 meses	(21.884)	1,42%	(311)	54.643	1,42%	776
4 - 5 meses	(57.903)	1,25%	(724)	(80.608)	1,25%	(1.008)
5 - 6 meses	40.402	1,08%	436	199.214	1,08%	2.152
6 - 7 meses	(110.488)	0,92%	(1.016)	(62.130)	0,92%	(572)
7 - 8 meses	(78.952)	0,75%	(592)	(24.772)	0,75%	(186)
8 - 9 meses	(452.676)	0,58%	(2.626)	(34.968)	0,58%	(203)
9 - 10 meses	(100.389)	0,42%	(422)	(59.941)	0,42%	(252)
10 - 11 meses	(95.226)	0,25%	(238)	(72.663)	0,25%	(182)
11 - 12 meses	(40.497)	0,08%	(32)	(61.862)	0,08%	(49)
			<u>15.519</u>			<u>15.482</u>

Pela análise dos resultados podemos concluir que num cenário de descida (subida) de 2% das taxas de juro o BBVA Portugal teria tido um impacto positivo (negativo) em margem financeira de 15.519 mEuros em 2012 e 15.482 mEuros em 2011.

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazos superiores a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de depósitos à ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o Grupo BBVA Portugal não evidencia uma exposição ao risco de taxa de juro significativa.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA Portugal fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se for o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de Instrumento Financeiro	2012			2011		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.741	-	37.741	47.810	(3)	47.807
Activos financeiros detidos para negociação	91.876	-	91.876	87.776	-	87.776
Activos financeiros disponíveis para venda	27.938	(614)	27.324	125.456	(614)	124.842
Aplicações em instituições de crédito	200.648	-	200.648	108.932	-	108.932
Crédito a clientes	5.758.771	(225.603)	5.533.168	6.612.227	(154.714)	6.457.513
	<u>6.116.974</u>	<u>(226.217)</u>	<u>5.890.757</u>	<u>6.982.201</u>	<u>(155.331)</u>	<u>6.826.870</u>
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	283.394	(2.199)	281.195	777.317	(162)	777.155
Compromissos irrevogáveis	160.633	(980)	159.653	224.946	-	224.946
	<u>444.027</u>	<u>(3.179)</u>	<u>440.848</u>	<u>1.002.263</u>	<u>(162)</u>	<u>1.002.101</u>
	<u>6.561.001</u>	<u>(229.396)</u>	<u>6.331.605</u>	<u>7.984.464</u>	<u>(155.493)</u>	<u>7.828.971</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos

O principal objectivo estratégico na gestão de risco de crédito no BBVA Portugal é manter a melhor qualidade da sua carteira de crédito dentro de parâmetros de rácios de incumprimento definidos, mantendo-os nos níveis de exigência fixados pelo Grupo e sempre que possível melhorá-los.

Crédito a clientes – empresas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito a clientes, incluindo o crédito vencido, apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito com rating	2.250.516	3.004.673
Crédito sem rating	575.759	552.492
Crédito a particulares	2.751.784	2.886.131
Crédito ao consumo	144.995	128.961
	-----	-----
	5.723.054	6.572.257
	=====	=====

O Banco dispõe de um sistema corporativo de rating interno. O cálculo do rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de probabilidade de incumprimento, validada por bases de dados históricas, e é transposta para uma escala de rating de AAA a CCC.

A BBVA Leasimo não dispõe de um sistema de rating interno dos seus clientes.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito a empresas, excluindo o crédito concedido através da BBVA Leasimo, encontra-se classificado de acordo com o sistema de rating interno como segue:

Classe de activo	2012						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca comercial	-	-	6.497	221.993	190.860	5.136	424.486
Banca corporativa	-	120.009	400.193	516.076	310.532	14.056	1.360.866
Banca institucional	-	28.455	41.355	39.117	-	-	108.927
Instituições financeiras e participadas	5	-	1	3.612	-	-	3.618
Banca hipotecária	-	-	-	49.635	221.644	11.148	282.427
Leasing	-	-	3.045	33.957	32.696	494	70.192
	<u>5</u>	<u>148.464</u>	<u>451.091</u>	<u>864.390</u>	<u>755.732</u>	<u>30.834</u>	<u>2.250.516</u>

Classe de activo	2011						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca comercial	-	-	9.487	351.125	267.385	6.060	634.057
Banca corporativa	-	334.895	466.812	604.645	343.504	6.566	1.756.422
Banca institucional	2	96.783	40.958	45.092	-	-	182.835
Instituições financeiras e participadas	1	-	1	9.617	-	-	9.619
Banca hipotecária	-	-	2.083	60.740	38.277	528	101.628
Leasing	-	-	-	119.538	189.779	10.795	320.112
	<u>3</u>	<u>431.678</u>	<u>519.341</u>	<u>1.190.757</u>	<u>838.945</u>	<u>23.949</u>	<u>3.004.673</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 1.129.150 mEuros e 53.772 mEuros, respectivamente (1.646.990 mEuros e 457.660 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011). Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento de necessidades de provisões para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações de crédito para as quais o Grupo BBVA Portugal não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2012	2011
Empresas		
Banca comercial	174.957	221.254
Corporativa	212.153	126.620
Banca Institucional (SPA)	5.596	-
Instituições financeiras e participadas	633	4.340
Banca hipotecária	63.524	62.409
Leasing	118.896	137.869
	<u>575.759</u>	<u>552.492</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Crédito a clientes – particulares*

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor registado nas aplicações do Banco relativamente à valorização dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2012		2011	
	Crédito	%	Crédito	%
<=75%	1.543.598	56,09%	1.598.005	55,37%
entre 75 e 90%	847.353	30,79%	921.773	31,94%
Mais de 90%	360.833	13,11%	366.353	12,69%
	<u>2.751.784</u>	<u>100%</u>	<u>2.886.131</u>	<u>100%</u>

Os valores registados nas aplicações do Banco relativamente à valorização dos imóveis correspondem aos valores iniciais de avaliação do imóvel na data da contratação do crédito, sendo objecto de reavaliações periódicas não presenciais (de 3 em 3 anos).

Títulos em carteira

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição dos títulos em carteira por rating, excluindo derivados, pode ser resumida como segue:

Classe de Activo	2012								
	Rating Externo			Rating Interno				Sem Rating	Total
	AAA/AA/AA-	BB/BB-	BBB/BBB-	A/A-	B+/B-	BB/BB-	BBB+/BBB/BBB-		
Activos financeiros detidos para negociação	-	884	3.869	1.063	116	590	1.782	1.032	9.336
Activos financeiros disponíveis para venda	3.959	-	18.213	-	-	-	-	5.152	27.324
	<u>3.959</u>	<u>884</u>	<u>22.082</u>	<u>1.063</u>	<u>116</u>	<u>590</u>	<u>1.782</u>	<u>6.184</u>	<u>36.660</u>

Classe de Activo	2011								
	Rating Externo			Rating Interno				Sem Rating	Total
	AAA/AA/AA-	BB/BB-	BBB/BBB-	A/A-	B+/B-	BB/BB-	BBB+/BBB/BBB-		
Activos financeiros detidos para negociação	4.900	318	2.831	1.339	-	400	1.609	1.670	13.067
Activos financeiros disponíveis para venda	3.001	-	31.377	-	-	85.314	-	5.150	124.842
	<u>7.901</u>	<u>318</u>	<u>34.208</u>	<u>1.339</u>	<u>-</u>	<u>85.714</u>	<u>1.609</u>	<u>6.820</u>	<u>137.909</u>

Relativamente aos títulos registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”, o rating externo apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody’s e Standard & Poors.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Exposição a dívida soberana

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição do Banco à dívida dos países que solicitaram apoio financeiro à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional diz respeito exclusivamente à dívida pública portuguesa:

	2012		2011	
	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Activos financeiros disponíveis para venda				
Portugal	18.213	(2.237)	10.935	(8.174)
	<u>18.213</u>	<u>(2.237)</u>	<u>10.935</u>	<u>(8.174)</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, esta exposição apresenta a seguinte repartição por prazos residuais de vencimento:

Maturidades	2014	2020	Total
Portugal	495	17.718	18.213
	<u>495</u>	<u>17.718</u>	<u>18.213</u>

Os ratings de Portugal são os seguintes:

	S&P	Moody's	Fitch
Portugal	BB	Ba2	n.d.

O Banco considera que não existe qualquer evidência objectiva de imparidade relativamente à dívida pública portuguesa em 31 de Dezembro de 2012.

Créditos reestruturados

Em 31 de Dezembro de 2012, os créditos reestruturados identificados nas aplicações centrais do Banco ascendem a 451.112 mEuros e podem ser resumidos da seguinte forma:

	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:			
Banca corporativa	6.042	-	6.042
Banca comercial	61.683	10.088	71.771
Banca hipotecária	107.583	83.570	191.153
Leasing	10.557	815	11.372
Vigilância especial	30	-	30
Particulares:			
Crédito à habitação	151.395	3.472	154.867
Crédito ao consumo	1.557	304	1.861
Crédito ao consumo - outros fins hipotecários	8.347	837	9.184
Crédito ao consumo - outros fins	4.265	392	4.657
Vigilância especial	34	141	175
	<u>351.493</u>	<u>99.619</u>	<u>451.112</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os créditos reestruturados identificados nas aplicações centrais do Banco ascendiam 168.434 mEuros.

O Banco continua a desenvolver esforços no sentido de identificar nos sistemas centrais a totalidade das operações reestruturadas.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . Value-at-Risk" (VaR) relativamente à carteira de "trading", a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- . Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de "trading"

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

No Grupo BBVA Portugal são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções, a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas "at the money" de caps, floors e swaps.

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	2012	2011
VaR máximo	186	144
VaR médio	97	76
VaR mínimo	60	47
VaR em 31 de Dezembro	142	89

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 por tipo de risco é apresentada de seguida:

	2012	2011
Taxa de juro	37	51
Cambial	10	11
Renda variável	134	72
Efeito de diversificação	(39)	(45)
VaR total	<u>142</u>	<u>89</u>

Carteira de “non- trading”

A análise de sensibilidade relativamente à carteira “non trading” foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na situação líquida e na Margem Financeira do Banco considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial na Margem financeira projectada para 2012 de uma descida (subida) das taxas de juro de referência em 200 basis points encontra-se apresentado na secção “Risco de taxa de juro” da presente Nota.

Justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Para estes instrumentos financeiros, o justo valor é apurado com base em técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis de mercado (Nível III, de acordo com a classificação da norma IFRS 7).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos activos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado, é o seguinte:

Instrumentos financeiros	2012		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activos			
Aplicações em instituições de crédito	200.648	200.660	12
Crédito a clientes	5.533.168	5.123.264	(409.904)
	<u>5.733.816</u>	<u>5.323.924</u>	<u>(409.892)</u>
Passivos			
Recursos de outras instituições de crédito	(2.989.965)	(2.923.708)	66.257
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.281.460)	(2.283.167)	(1.707)
Recursos de Bancos Centrais	(352.545)	(352.509)	36
	<u>(5.623.970)</u>	<u>(5.559.384)</u>	<u>64.586</u>
2011			
Instrumentos financeiros	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activos			
Aplicações em instituições de crédito	108.932	108.932	-
Crédito a clientes	6.457.513	6.067.784	(389.729)
	<u>6.566.445</u>	<u>6.176.716</u>	<u>(389.729)</u>
Passivos			
Recursos de outras instituições de crédito	(3.384.379)	(3.315.133)	69.246
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.220.504)	(3.220.207)	297
	<u>(6.604.883)</u>	<u>(6.535.340)</u>	<u>69.543</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- As operações são agrupadas de acordo com o seu segmento, produto bancário, tipo de taxa (fixa ou variável), indexante (no caso de operações a taxa variável) e área de negócio;
- Para apurar a taxa de desconto dos cash-flows foram consideradas as operações negociadas nos últimos três meses do ano, sendo calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante;
- Para operações com vencimento no prazo de seis meses foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor; e
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que justo valor é igual ao valor de balanço.

O cálculo do justo valor foi efectuado operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do "cash-flow" com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2012, seguindo-se uma actualização dos "cash-flows" à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do "spread" médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2012.

Para algumas operações com características singulares, a taxa de actualização ou "spread" resulta de consultas ao mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor*

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

2012					
Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível I)	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado (Nível II)	Outros (Nível III)	
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.336	81.280	1.260	91.876
Activos financeiros disponíveis para venda	5.151	22.171	2	-	27.324
Derivados de cobertura	-	-	1.935	-	1.935
	<u>5.151</u>	<u>31.507</u>	<u>83.217</u>	<u>1.260</u>	<u>121.135</u>
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(80.122)	(2.577)	(82.699)
Derivados de cobertura	-	-	(19.482)	-	(19.482)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(99.604)</u>	<u>(2.577)</u>	<u>(102.181)</u>
2011					
Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível I)	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado (Nível II)	Outros (Nível III)	
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	13.067	73.295	1.414	87.776
Activos financeiros disponíveis para venda	5.151	13.935	-	105.756	124.842
Derivados de cobertura	-	-	1.924	-	1.924
	<u>5.151</u>	<u>27.002</u>	<u>75.219</u>	<u>107.170</u>	<u>214.542</u>
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(71.858)	(1.291)	(73.149)
Derivados de cobertura	-	-	(20.237)	-	(20.237)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(92.095)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(93.386)</u>

Os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 7:

- . Nível I: Cotações em mercado activo – esta categoria inclui instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- . Nível II: Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado - a valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (com excepção das opções);
- . Nível III: Técnicas de valorização, utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis de mercado - os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização desenvolvidos internamente são apresentados em “Técnicas de valorização – outros”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2012 e 2011, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.750	-	(1.997)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(1.550)
Crédito a clientes	1.732	-	4.464	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	(3.089)	-	(4.981)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	390	-	(976)	-
	<u>783</u>	<u>-</u>	<u>(3.490)</u>	<u>(1.550)</u>

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012 nos activos e passivos classificados no nível III apresenta o seguinte detalhe:

Activos e passivos financeiros	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Derivados de negociação (líquido)	Total
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2011	<u>1.414</u>	<u>105.756</u>	<u>(1.291)</u>	<u>105.879</u>
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(154)	(119)	(1.286)	(1.559)
Vendas / reembolsos	-	(105.637)	-	(105.637)
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2012	<u>1.260</u>	<u>-</u>	<u>(2.577)</u>	<u>(1.317)</u>

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas. Estão definidos e são diariamente controlados os limites para posições abertas "Stop Loss", e são efectuadas medições através da metodologia Value at Risk (VaR) para o risco de taxa de câmbio.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras	Dólares Canadianos	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	42.344	185	136	10	386	43.061
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.349	2.554	251	190	1.397	37.741
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	9.336					9.336
- Instrumentos financeiros derivados	82.233	242	-	65	-	82.540
Activos financeiros disponíveis para venda	27.324	-	-	-	-	27.324
Aplicações em instituições de crédito	200.492	-	-	156	-	200.648
Crédito a clientes	5.470.100	59.118	936	2.188	826	5.533.168
Derivados de cobertura	1.950	(15)	-	-	-	1.935
	<u>5.867.128</u>	<u>62.084</u>	<u>1.323</u>	<u>2.609</u>	<u>2.609</u>	<u>5.935.753</u>
<i>Passivo</i>						
Recursos de bancos centrais	352.545	-	-	-	-	352.545
Passivos financeiros detidos para negociação	82.388	246	-	65	-	82.699
Recursos de outras instituições de crédito	2.804.936	181.559	-	2.301	1.169	2.989.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.205.471	47.817	5.010	1.889	21.273	2.281.460
Derivados de cobertura	19.478	4	-	-	-	19.482
	<u>5.464.818</u>	<u>229.626</u>	<u>5.010</u>	<u>4.255</u>	<u>22.442</u>	<u>5.726.151</u>
Exposição Líquida		<u>(167.542)</u>	<u>(3.687)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>(19.833)</u>	
Operações cambiais a prazo	(196.933)	167.149	4.670	1.690	21.032	(2.393)
	2011					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras	Dólares Canadianos	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	88.174	364	196	4	45	88.783
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.481	7.495	1.199	291	1.341	47.807
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.067					13.067
- Instrumentos financeiros derivados	73.373	724	-	612	-	74.709
Activos financeiros disponíveis para venda	124.842	-	-	-	-	124.842
Aplicações em instituições de crédito	106.154	1.808	-	28	942	108.932
Crédito a clientes	6.388.669	63.863	-	3.041	1.940	6.457.513
Derivados de cobertura	1.877	47	-	-	-	1.924
	<u>6.833.637</u>	<u>74.301</u>	<u>1.395</u>	<u>3.976</u>	<u>4.268</u>	<u>6.917.577</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	71.830	707	-	612	-	73.149
Recursos de outras instituições de crédito	3.175.914	203.673	-	3.041	1.751	3.384.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.115.484	88.883	3.380	628	12.129	3.220.504
Derivados de cobertura	20.196	41	-	-	-	20.237
	<u>6.383.424</u>	<u>293.304</u>	<u>3.380</u>	<u>4.281</u>	<u>13.880</u>	<u>6.698.269</u>
Exposição Líquida		<u>(219.003)</u>	<u>(1.985)</u>	<u>(305)</u>	<u>(9.612)</u>	
Operações cambiais a prazo	(228.211)	219.253	2.226	237	9.648	3.153

A exposição em Dólares Norte Americanos que se verifica em Dezembro de 2012 e de 2011 deve-se a depósitos a prazo, cujo risco cambial foi coberto através de forwards cambiais classificados contabilisticamente como derivados de negociação.

41. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo BBVA Portugal são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundos próprios de base	349.421	394.860
Fundos próprios complementares	1.012	1.032
Deduções	(1.386)	(1.087)
	-----	-----
Fundos próprios totais	349.047	394.805
	=====	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito contraparte e transacções incompletas	245.420	278.814
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	1.315	215
Requisitos de Fundos Próprios para risco operacional	20.736	21.751
	-----	-----
Requisitos de Fundos próprios	267.471	300.780
	=====	=====
Rácio TIER I	10,5%	10,5%
Rácio TIER II	0,0%	0,0%
Rácio de solvabilidade	10,4%	10,5%

O BBVA Portugal procura uma solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios totais.

No apuramento do rácio de solvabilidade, o Banco levou em consideração as alterações introduzidas pela legislação comunitária no domínio dos fundos próprios.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
Títulos									
Instrumentos de Capital									
Emitidos por Residentes									
Acções									
ALTRI	73.360	0,13	1,59	97	-	117	117	-	117
BANIF	117.718	0,00	0,15	21	-	17	17	-	17
BCP	8.693.540	0,00	0,08	487	-	652	652	-	652
BES	655.153	0,00	0,90	410	-	586	586	-	586
BPI - SGPS SA	236.382	0,00	0,94	197	-	223	223	-	223
CIMPOR SGPS	76.069	1,00	3,46	307	-	263	263	-	263
COFINA	28.280	0,25	0,59	15	-	17	17	-	17
CORT AMORIM	16.464	1,00	1,60	23	-	26	26	-	26
EDP	784.365	1,00	2,29	1.717	-	1.796	1.796	-	1.796
ENGIL SGPS	37.901	1,00	1,57	49	-	60	60	-	60
GALP	120.263	1,00	11,76	1.503	-	1.414	1.414	-	1.414
JERONIMO MARTINS SGPS	66.599	1,00	14,60	927	-	972	972	-	972
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	216.384	0,03	3,75	839	-	811	811	-	811
PORTUCEL	153.384	1,00	2,28	335	-	350	350	-	350
REN	92.540	1,00	2,06	189	-	190	190	-	190
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO SGPS	31.745	1,00	5,69	169	-	181	181	-	181
SONAE COM SGPS SA	61.246	1,00	1,48	81	-	91	91	-	91
SONAE INDUSTRIA SGPS	46.912	5,00	0,49	29	-	23	23	-	23
SONAE SGPS	535.954	1,00	0,69	297	-	368	368	-	368
ZON MULTIMÉDIA	126.376	0,01	2,97	299	-	375	375	-	375
Emitidos por Não Residentes									
Acções									
EDP RENOVAVEIS	147.346	5,00	3,99	559	-	589	589	-	589
BES FIN LU	40.692	0,00	5,28	217	-	215	215	-	215
				8.767	-	9.336	9.336	-	9.336

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por Residentes									
Instrumentos de Dívida									
Dívida Pública Portuguesa									
O.T - 15 Junho 2020	1.940.000.000	0,01	1,00	18.282	510	17.208	17.718	-	17.718
O.T. - 16 JUNHO 2014	48.000.000	0,01	0,89	483	11	484	495	-	495
				<u>18.765</u>	<u>521</u>	<u>17.692</u>	<u>18.213</u>	<u>-</u>	<u>18.213</u>
Emitidos por Não Residentes									
Instrumentos de Dívida									
Dívida Pública Holandesa									
O.T - 15 Janeiro 2014	3.920.000	1,00	1,00	3.962	-	3.959	3.959	-	3.959
Instrumentos de capital									
Acções									
SIBS	287.307	5,00		3.831	-	3.831	3.831	-	3.831
FINANGESTE	6.350	4,99		622	-	622	622	(544)	78
UNICRE	19.098	5,00		533	-	1.241	1.241	-	1.241
LUSITÂNIA	125	5,00		2	-	2	2	-	2
Outros ao custo histórico				70	-	70	70	(70)	-
				<u>5.058</u>	<u>-</u>	<u>5.766</u>	<u>5.766</u>	<u>(614)</u>	<u>5.152</u>
				<u>27.785</u>	<u>521</u>	<u>27.417</u>	<u>27.938</u>	<u>(614)</u>	<u>27.324</u>

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, que evidência um total de 6.128.697 mEuros e capitais próprios de 347.185 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 58.037 mEuros, as demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados consolidados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

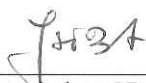
Ênfase

5. As demonstrações financeiras consolidadas mencionadas no parágrafo 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. No entanto, nos últimos três exercícios, o Banco apresentou resultados líquidos negativos crescentes. Neste contexto, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. tem apoiado a actividade do Banco através da realização de aumentos de capital e financiamento de uma parte significativa das operações do Banco, estando a continuidade das operações do Banco dependente da manutenção desse suporte financeiro, bem como do sucesso das suas operações futuras.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada de 2012 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 25 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Ex mos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

RELATÓRIO

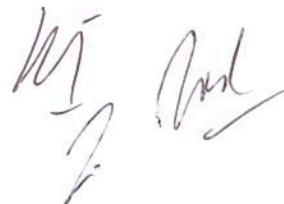
Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal das Contas, emitida pela Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras Consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.



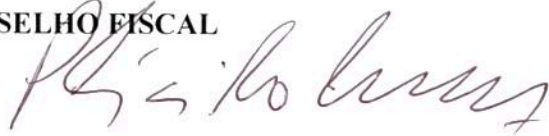
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 25 de Março de 2013

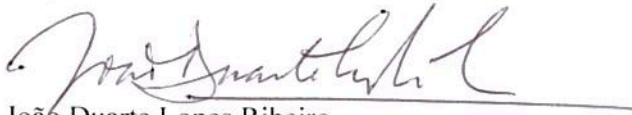
O CONSELHO FISCAL



Plácido Norberto dos Inocentes
Presidente



Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
Vogal



João Duarte Lopes Ribeiro
Vogal